

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NÍVEL MESTRADO

EMANUEL DIEGO CANTUÁRIA LÔBO

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LIMITES E
POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA FORMADORA**

São Leopoldo - RS

2018

Emanuel Diego Cantuária Lôbo

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LIMITES E
POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA FORMADORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Atores sociais, políticas públicas e cidadania

Orientador: Prof.º Dr.º. Solon Eduardo Annes Viola

São Leopoldo - RS

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

378

L799 Lôbo, Emanuel Diego Cantuária.

O estágio não-obrigatório na educação superior e suas relações com o mercado de trabalho dos acadêmicos de uma instituição de educação superior privada no Distrito Federal / Emanuel Diego Cantuária Lôbo. - São Leopoldo - RS: UNISINOS, 2018.

95 f. ; il. color ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

1. Educação Superior 2. Estágio Não-obrigatório 3. Estudante Estagiário
4. Formação Acadêmica I. Título

CDU 378

Ficha elaborada pelo bibliotecário Luís Eduardo Gauterio Fonseca

Emanuel Diego Cantuária Lôbo

**O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LIMITES E
POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA FORMADORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Dr^o. Solon Eduardo Annes Viola – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr^a. Monika Weronika Dowbor – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr^o. Paulo Albuquerque – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à minha esposa, Alessandra Lobo, que foi fonte inspiradora para o presente trabalho. Por vezes, minha amada teve que abdicar de seu marido, sempre conduzindo as questões da minha ausência com muita habilidade, para que eu pudesse me dedicar aos estudos inerentes de uma dissertação de mestrado. Dedico esse trabalho, também, à minha mãe Lucieli Cantuária, que sempre foi meu porto seguro e exemplo de dedicação aos seus objetivos e sonhos, pois é prova viva da ação transformadora que os estudos podem ocasionar na vida de um indivíduo. Dedico, ainda, ao meu pai, Emanuel Lobo, que, em uma atitude heroica, nunca deixou que os seus três filhos deixassem de estudar, não importando a distância percorrida diariamente para levá-los à escola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele foi fonte de conforto em todos os momentos de desafio durante a execução desta dissertação. Agradeço ao Grupo Projeção que proporcionou a continuidade dos meus estudos. Agradeço ao Prof. José Sérgio de Jesus que sempre foi um dos grandes incentivadores de meus estudos e fonte de inspiração. Agradeço, em especial, à minha primeira orientadora Prof.^a Monika Dowbor que, por motivos pessoais, não pôde acompanhar a finalização desse processo, mas que, com muita paciência, sabedoria e habilidade, conseguiu trazer esse estudante das ciências exatas para as ciências sociais. E, por fim, agradeço ao Prof. Solon Viola que sempre foi referência como profissional, em suas práticas docentes, durante os estudos atinentes a esse mestrado, aceitando o desafio de acompanhar e orientar a parte final dessa dissertação.

“Quando acho que cheguei ao ponto máximo,
descubro que é possível superá-lo.” (SENNÁ,
1992)

RESUMO

O estágio supervisionado se apresenta como etapa obrigatória nos cursos de graduação superior, quando se fala em obtenção de títulos de bacharelado ou de licenciatura, em que figura como disciplina em um ou dois dos últimos semestres da graduação. Com duração de, em média, 200h, dependendo da matriz curricular do curso, a disciplina pode variar de acordo com a área de conhecimento. Por outro lado, há o estágio não obrigatório, ou seja, o estágio remunerado no qual o acadêmico se candidata a uma determinada vaga para cumprir de 4 a 6 horas diárias de jornada de trabalho. O prazo de duração é de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. A atividade laboral é, normalmente, gerenciada por uma instituição integradora que faz a relação entre os acadêmicos, as instituições de ensino e as empresas. Partindo do pressuposto que o estágio pode reconfigurar as vidas acadêmica e social dos estudantes, o objetivo deste estudo foi demonstrar como o estágio não obrigatório impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de baixa renda inseridos em uma Instituição de Educação Superior Privada situada em região de periferia do Distrito Federal. Para tanto, optou-se por uma estratégia metodológica de abordagem quantitativa e qualitativa e tipo descritivo que contou com a mediação de técnica de grupo focal, com a aplicação de questionário com questões fechadas. Percebeu-se, portanto, que o estágio não obrigatório, relevando os diversos contextos sociais, impacta significativamente na formação profissional do acadêmico.

Palavras-Chave: Educação Superior; Estágio; Estudante-Estagiário; Formação Acadêmica.

RESUMEN

El estagio se presenta como disciplina obligatoria en los cursos de graduación superior cuando se habla de títulos de bachillerato o de licenciatura, donde aparece como disciplina en uno o dos de los últimos semestres de la graduación y tiene una duración en promedio de 200h, dependiendo de la matriz curricular del curso, variando de acuerdo con el área de conocimiento. Por otro lado, hay el estagio no obligatorio, o sea, la etapa remunerada en que el académico se postula a una determinada vacante y cumple de 4 a 6 horas diarias de jornada de trabajo y tiene plazo de duración de 12 meses, pudiendo ser renovado por igual período, donde normalmente es administrado por una institución integradora, que hace la relación entre los académicos, instituciones de enseñanza y empresas. El objetivo de este estudio fue demostrar cómo el estagio no obligatorio impacta en la formación social, académica y profesional de los estudiantes de bajos ingresos insertados en una Institución de Educación Superior Privada, situada en una institución de educación superior privada en la región de periferia del Distrito Federal. Para ello, se optó por una estrategia metodológica de abordaje cuantitativo y cualitativo y tipo descriptivo que contó con la mediación de técnica de grupo focal con la aplicación de cuestionario con cuestiones cerradas. Se percibió, por lo tanto, que el estagio no obligatorio, relevando los diversos contextos sociales, impacta significativamente en la formación profesional del académico.

Palabras clave: Educación Superior; Estagio; Estudiante en estagio; Formación académica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhador-Estudante e Estudante-Trabalhador	63
Quadro 2: Características dos estágios obrigatório e não obrigatório	69

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Evolução das matrículas da educação superior brasileira.....</i>	<i>26</i>
<i>Figura 2 – Evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior</i>	<i>27</i>
<i>Figura 3 – Evolução dos Ingressantes Presenciais Privados por Processo Seletivo da Educação Superior no Brasil – 2005 a 2015</i>	<i>30</i>
<i>Figura 4 – Evolução do Investimento do Governo no FIES e Quantidade de Novos Contratos – 2010 a 2016.....</i>	<i>31</i>
<i>Figura 5 – Número de matrículas na Educação Superior Brasil</i>	<i>35</i>
<i>Figura 6 – Taxa de Crescimento e Estimativa Hoper de Matrículas EaD – Graduação Superior Privada – Brasil – 2002 a 2019(em milhões)</i>	<i>37</i>
<i>Figura 7 – Pesquisa Hoper de Valores de Mensalidades da Graduação Presencial – Brasil UFs e DF – 2017</i>	<i>38</i>
<i>Figura 8 – Evolução do Valor da Mensalidade EaD Brasil em Reais – 2012 a 2017.....</i>	<i>38</i>
<i>Figura 9 – Evolução do Número de Concluintes do E.M Regular e Ingressantes da Graduação Presencial – Brasil – 2003 a 2014</i>	<i>39</i>
<i>Figura 10 – Evolução da Taxa Bruta de Matrícula – Educação Superior Brasil e Países – 2001 a 2015</i>	<i>40</i>
<i>Figura 11 – Evolução da Taxa Bruta e Líquida Matrículas – Educação Superior Brasil – 2001 a 2015</i>	<i>41</i>
<i>Figura 12 – Curso dos acadêmicos que responderam ao questionário</i>	<i>75</i>
<i>Figura 13 – Exerce função remunerada</i>	<i>76</i>
<i>Figura 14 – Importância do trabalho para a sua subsistência</i>	<i>76</i>
<i>Figura 15 – Forma de Custeio dos estudos.....</i>	<i>77</i>
<i>Figura 16 – Importância da educação superior em sua formação profissional.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 17 – Acadêmicos que tiveram oportunidade de estágio após ingresso na Faculdade..</i>	<i>78</i>
<i>Figura 18 – Conhece alguém que conseguiu estágio após ingressar na Faculdade.....</i>	<i>79</i>
<i>Figura 19 – Tempo de início do estágio.....</i>	<i>79</i>
<i>Figura 20 – Estágio importante para formação acadêmica e atividade prática.....</i>	<i>90</i>
<i>Figura 21 – Importância do estágio em sua formação profissional</i>	<i>80</i>
<i>Figura 22 – Estágio como fator determinante na formação profissional</i>	<i>81</i>
<i>Figura 23 – Interação com profissionais e troca de experiência.....</i>	<i>81</i>
<i>Figura 24 – Amplia a visão do mercado de trabalho</i>	<i>82</i>
<i>Figura 25 – Interesse em ser contrato ao término do contrato.....</i>	<i>82</i>

Figura 26 – Jornada de trabalho no estágio 83

LISTA DE SIGLAS

ABRES	Associação Brasileira de Estágios
BRED	Brasil Educacional
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IES	Instituição de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema	13
1.2 Delimitação do Tema.....	14
1.3 Problema.....	14
1.4 Objetivos.....	15
1.4.1 Objetivo Geral	15
1.4.2 Objetivos Específicos	15
1.5 Justificativa.....	16
1.6 Metodologia.....	16
1.6.1 Abordagem metodológica.....	16
1.6.2 Tipo de pesquisa	17
1.6.3 Procedimento para geração dos dados.....	17
1.6.4 Ambiente de estudo	18
1.6.5 Participantes da pesquisa	19
1.6.6 Procedimento para análise dos dados	19
2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	20
2.1 Educação Superior no Império	20
2.2 Educação Superior na República.....	22
2.3 Educação Superior e sua expansão	25
2.4 Políticas públicas de acesso à educação superior após os anos 2000	29
2.4.1 FIES – Financiamento Estudantil.....	29
2.4.2 PROUNI - Programa Universidade Para Todos	33
2.4.3 Cotas raciais.....	35
2.4.4 Educação a distância.....	36
2.5 Expansão da educação superior – possíveis cenários.....	39
3 ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ESTÁGIOS	42
3.1 Estágio na educação superior	43
3.2 Estágio curricular.....	44
3.3 Estágio extracurricular na educação superior	47
3.4 Estudante: descrição do universo	52
3.4.1 Trabalhador-estudante e estudante-trabalhador: categorias de análise.....	53
3.4.2 Trabalhador-estudante	56

3.4.3 Estudante-trabalhador	60
3.4.4 Aluno-estagiário	63
4 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO PROJEÇÃO	70
4.1 Descrição do Centro Universitário	70
4.2 Estágio não obrigatório no Projeção.....	72
4.3 Divulgação das vagas de estágio	73
4.3.1 Blog acadêmico	74
4.3.2 Mural de informações.....	74
4.3.4 Contato com agências integradoras	74
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	75
5.1 Questionário	75
5.2 Grupo focal.....	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE	99

1 INTRODUÇÃO

É consenso que, no Brasil, as universidades chegaram com grande atraso, se comparado com seus vizinhos de continente. Mas, mesmo assim, foram desenvolvidas ações para minimizar tal atraso, como a criação, em primeiro lugar, de universidades públicas, criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, autorização para abertura de faculdades/universidades particulares, entre outras, com o intuito de universalizar o acesso à educação superior. Para tornar as universidades mais acessíveis à sociedade, nas últimas décadas, foram tomadas decisões políticas para que essa realidade fosse possível. Foram criados programas de financiamento, programas de bolsas de estudos parciais ou integrais e, claro, a expansão das instituições públicas e, principalmente, a expansão das instituições privadas de educação, aumentando o número de vagas disponíveis/ofertadas na educação superior. Com a ampliação da educação superior, surgiram oportunidades para capacitar esses acadêmicos inseridos nessa modalidade de ensino: o estágio.

Segundo Bourdieu (1998), as Faculdade e Universidades são instituições de ensino reprodutoras de conhecimento. Semestralmente, acadêmicos¹ interessados em cursar a educação superior buscam conhecimento e formação profissional. Ao longo dos anos em que eu desenvolvo trabalho no ramo da educação superior, inicialmente como docente dos cursos de tecnologia, perpassando pela função de coordenador desses mesmos cursos, e, nos últimos três anos, desempenhando a função de diretor administrativo de uma faculdade e, no último ano, de um centro universitário, foi possível observar, por diversas vezes, esse movimento de ingresso dos estudantes nas faculdades/universidades, em busca de conhecimento e formação profissional.

Nesses anos trabalhando na educação superior, no primeiro momento atuando diretamente com os discentes, foi possível perceber uma mudança significativa nos acadêmicos, após o seu ingresso em algum estágio não obrigatório. Era possível ver mudanças comportamentais, atitudinais, postura enquanto acadêmicos e, até mesmo, na forma de se vestir e se apresentar. O meu cotidiano de labor docente tornou essa percepção banal, apesar de continuar visualizando uma notória mudança social. Quando assumi a Direção da unidade de educação, diariamente passei a ser surpreendido com uma quantidade significativa de contratos de estágio para homologação. Nesse momento, pude perceber que o estágio não era uma

¹ Para este estudo, entende-se o termo “acadêmico” como a reunião de estudantes dos sexos masculino e feminino.

realidade apenas dos acadêmicos/acadêmicas da área de tecnologia, mas sim de acadêmicos/acadêmicas inseridos na educação superior. Como meu trabalho não estava mais voltado para o atendimento direto e cotidiano dos discentes, o contato com o estágio passou a ser única e exclusivamente por meio dos contratos que assinava diariamente. No primeiro semestre de 2015, deparei-me novamente com as mudanças que o estágio é capaz de proporcionar na vida de um acadêmico.

Durante minha vida acadêmica, pude notar, dentro da própria instituição em que trabalho, mudanças que o estágio causa nos acadêmicos/acadêmicas inseridos nesse programa. As alterações comportamentais e de postura ficavam evidentes de tal forma que me remetiam aos anos de docência e coordenação dos cursos de tecnologia. Isso causou o interesse de estudar, de modo aprofundado, os possíveis benéficos que o estágio não obrigatório proporciona na vida do discente, aflorado, mais ainda, devido à troca de experiências proporcionada durante longas conversas com acadêmicos/acadêmicas sobre seu local de trabalho e sobre histórias vivenciadas nesses ambientes.

Com o passar do tempo, foi possível observar algumas mudanças em seus discursos, o que me chamou atenção. Entre os aspectos evolutivos mais significativos, destacam-se a renda, o *network*, a possibilidade de contratação e a experiência profissional. Esses fatos instigaram-me a desenvolver esta pesquisa, para comprovar se as mudanças que observei são apenas impressões ou são, de fato, verdadeiras e relevantes. Para tanto, buscar-se-á fazer a pesquisa dentro da unidade educacional na qual atuo como Diretor, o que por vezes foi bastante desafiador, pois tinha que me despir do gestor e trabalhar como estudante e pesquisador da área.

1.1 Tema

A inserção no mercado de trabalho é almejada por intermédio de várias alternativas e uma delas pode ser a educação superior. Ao ingressar na educação superior os acadêmicos se deparam com o estágio, que pode ser uma porta de entrada para o mercado de trabalho. O cidadão que busca uma formação profissional e acadêmica pode estar interessado na futura inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em aumentar o seu poder aquisitivo. Com a inserção do acadêmico no mercado de trabalho, setores da sociedade são direta e indiretamente atingidos, pois quando o estudante se torna trabalhador, ele contribui para a sociedade com o desenvolvimento de sua atividade profissional e com a economia de sua região. Podemos lançar luz também sobre a modificação social que a inserção no mercado de trabalho, por meio da educação superior, pode causar em sua vida. Após a sua formatura e com

os estudos concluídos, o recém-formado pode se inserir ou se realocar em uma posição profissional mais privilegiada, o que pode influenciar toda a vivência social do seu núcleo familiar.

1.2 Delimitação do Tema

A pesquisa será realizada no âmbito do Centro Universitário Projeção Campus II, que está localizado em uma cidade satélite da Brasília, a 22 km do centro da capital. Será trabalhado o impacto que o estágio não obrigatório produz na vida acadêmica, profissional e social dos acadêmicos/acadêmicas das classes C e D, matriculados na instituição que serviu como fonte de dados a serem analisados na pesquisa.

Os acadêmicos foco dessa pesquisa são de ambos os sexos, predominantemente pardos, oriundos da periferia de Brasília, pertencentes, predominantemente, a classe C, dos cursos de Sistemas de Informação, Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Redes de Computadores, Secretariado Executivo, Letras, Pedagogia, História, Geografia e Matemática, que estagiam essencialmente em empresas particulares e exercem a função por 4h ou 6h diárias.

1.3 Problema

O Centro Universitário Projeção, ambiente deste estudo, contém um público de acadêmicos, predominantemente, das classes C e D, quando considerados os parâmetros do IBGE². Estes acadêmicos, por vezes, dependem de financiamentos ou bolsas para custear uma mensalidade média de R\$550,00. Alternativamente, por meio das estruturas curriculares e propostas pedagógicas, há oportunidades de oferta de estágios não obrigatórios. Entretanto, esta situação não é possível para todos, visto a configuração das relações estudante-trabalhador e trabalhador-estudante. Por outro lado, o estágio não obrigatório pode, ainda, correlacionar-se com outros aspectos sociais dos acadêmicos: (i) **iniciação no mercado de trabalho** – o estágio extracurricular pode ser o primeiro contato do acadêmico com a sua futura área de atuação; (ii) **iniciação financeira** – a bolsa recebida pelo acadêmico pode ser a primeira renda formal recebida em sua vida e pode ser utilizada para sua subsistência e pagamento de sua faculdade;

²Segundo o IBGE, são denominadas classe C, pessoas com renda familiar entre R\$ 3.150,01 a R\$ 7.880,00; e classe D, pessoas com renda familiar entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00.

(iii) **rede de contatos** – o estágio pode proporcionar ao acadêmicos uma rede de contatos (*networking*), que ele talvez jamais poderia ter se não estivesse inserido em uma empresa como estagiário; (iv) **experiências na área antes da conclusão da graduação** – o estágio proporciona esse primeiro contato com a sua futura área de atuação e, como consequência, acadêmicos/acadêmicas estagiários podem sair na frente de todos os outros que não se inseriram nesses programas, pois, por intermédio do estágio, ele tem contatos e experiências reais com seu futuro mercado de trabalho; e (v) **possível contratação** – segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Considerando o cenário de possível oferta e oportunidade de estágio não obrigatório para os acadêmicos, quais seriam as suas relações com o mercado de trabalho?

1.4 Objetivos

Nesta seção, apresentam-se os objetivos geral e específicos propostos para este estudo.

1.4.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo demonstrar como o estágio não obrigatório impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de baixa renda inseridos em uma Instituição de Educação Superior Privada situada em região de periferia do Distrito Federal.

1.4.2 Objetivos Específicos

Foram definidos os seguintes objetivos específicos para este estudo:

- **Iniciação no mercado de trabalho** – o estágio extracurricular pode ser o primeiro contato do acadêmico com a sua futura área de atuação;
- **Iniciação financeira** – a bolsa recebida pelo acadêmico pode ser a primeira renda formal recebida em sua vida e pode ser utilizada para sua subsistência e pagamento de sua faculdade;
- **Rede de contatos** – o estágio pode proporcionar ao acadêmico uma rede de contatos (*networking*) que ele talvez jamais poderia ter se não estivesse inserido em uma empresa como estagiário;
- **Experiências na área antes da formatura** – o estágio proporciona esse primeiro contato com a sua futura área de atuação e como consequência o acadêmico-estagiário pode sair na frente de todos os outros que não se inseriram nesses programas, pois, por

intermédio do estágio, ele tem contatos e experiências reais com seu futuro mercado de trabalho;

- **Possível contratação** – segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que rege os estágios no Brasil, o contrato de estágio do estudante pode ter duração máxima de 12 meses, com a possibilidade de ser renovado por igual período, o que permite ao estudante atuar por no máximo por 24 meses consecutivos em uma mesma empresa, como estagiário. O prolongamento dessas práticas laborais permite que esse estagiário adquira uma experiência considerável em sua área de atuação e, sobretudo, na empresa em que atua. A atuação dentro da empresa pode torná-lo um forte candidato a uma vaga efetiva ao término do seu contrato de estágio. A possível efetivação desse estagiário pode trazer uma mão de obra treinada e qualificada nos moldes de trabalho exigidos pela empresa, já que ele pode estar adaptado com os procedimentos e a cultura organizacional vigente na instituição de trabalho.

1.5 Justificativa

O estágio não obrigatório é um dos elementos de prática acadêmica que pode ser vivenciado na educação superior. Diferentes autores, tais como Pimenta (1995), Silva e Teixeira (2013), Caires e Almeida (2003) falam sobre o estágio curricular na educação superior, sob uma perspectiva obrigatória. Por outro lado, após busca em diferentes repositórios científicos, foi possível identificar obras que tratam do estágio não obrigatório. Entretanto, percebe-se que ainda há espaços para contribuir com estudos que correlacionem estágio não obrigatório com mercado em diferentes contextos, como o de educação superior privada.

1.6 Metodologia

Este item apresenta o percurso metodológico definido para estudo, compreendo a abordagem e a natureza de pesquisa, bem como o seu tipo e as técnicas e instrumentos adotados para operacionalizá-la.

1.6.1 Abordagem metodológica

Para averiguar os aspectos da pesquisa sobre o estágio extracurricular, o desenho da pesquisa incluiu tanto uma abordagem quantitativa, quanto qualitativa. Essa abordagem

metodológica que permite análises objetivas e subjetivas sobre o fenômeno estudado é corroborada por Demo (1995, p.231), quando diz que “embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica”.

1.6.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada nessa dissertação foi do tipo descritiva. Sobre o tipo de pesquisa, entende-se este estudo como do tipo descritivo, porque pretende descrever preferências, comportamentos ou fenômenos sociais, tal como afirmou Cresswell (2003). Na pesquisa, utilizou-se um estudo detalhado dos tipos de estágio presentes no Campus II, seja, esse estágio, obrigatório ou não obrigatório.

1.6.3 Procedimento para geração dos dados

Para geração dos dados que subsidiariam as análises deste estudo, foi adotado o instrumento de pesquisa questionário, bem como a técnica de pesquisa de grupo focal.

1.6.3.1 Instrumento de pesquisa questionário

Primeiramente, aplicou-se um questionário eletrônico, do tipo *survey*, a todos os acadêmicos enquadrados no perfil analítico dos anos finais dos cursos de graduação³ (n=175). O questionário permitiu a classificação das três categorias de análise deste estudo: (i) estudante-trabalhador; (ii) trabalhador-estudante; e (iii) estudante-estagiário. As três categorias de análise deste estudo consideram que as experiências de trabalho prévias, sejam de estágio, sejam de empregos, constituem a formação acadêmica (FREITAS et al., 2000).

Segundo Quaresma (2005), uma das principais vantagens do questionário é que nem sempre é necessária a presença do pesquisador para sua aplicação. O questionário também é capaz de atingir um número significativo de pessoas ao mesmo tempo, além de garantir uma maior liberdade das respostas, em razão do anonimato.

³ Administração - 8º Semestre, Letras - 6º Semestre, Pedagogia - 7º Semestre, Matemática - 6º Semestre, Secretariado Executivo Bilingue - 6º Semestre, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - 5º Semestre, Tecnologia em Marketing - 4º Semestre, Tecnologia em Recursos Humanos - 4º Semestre, Tecnologia em Gestão Pública - 4º Semestre, Tecnologia em Redes de Computadores - 5º Semestre.

Definiu-se, portanto, um questionário composto por 18 questões fechadas. Este questionário ficou disponível durante o período de 14 dias, prazo delimitado pelo pesquisador em função das características do espaço acadêmico local. A construção do questionário permitiu o levantamento do perfil dos acadêmicos participantes desta pesquisa. Os resultados advindos da aplicação do questionário serão explicitados no capítulo que trata dos resultados obtidos.

1.6.3.2 Técnica de grupo focal

Para além dos dados gerados pela aplicação do questionário, percebeu-se a necessidade de mediar um grupo focal para, a partir da evocação de questões norteadoras, levantar apreensões individuais e coletivas dos participantes da pesquisa.

Segundo Lervolino e Pelicioni (2001), o grupo focal consiste na interação entre participantes e pesquisador com o objetivo de colher dados a partir de uma discussão em um tópico específico. Ainda, segundo as autoras, esse grupo deve ser composto por um número de participantes entre 4 e 10, com características em comum que estão sendo associadas ao tópico da pesquisa.

Considerando o $n=175$ deste estudo, foram convidados, aleatoriamente, 7 estudantes, dos quais, 4 aceitaram participar da mediação do grupo focal, sendo 3 mulheres e 1 homem. Todos estavam inseridos em programa de estágio não obrigatório. Pelo grupo focal, observou-se o universo desse grupo de acadêmicos, descrevendo seu cotidiano e atividades vinculadas ao estágio.

O grupo focal foi mediado na sala de reuniões da Direção do *campus* II do Centro Universitário Projeção. Sua duração foi de 1 hora e 12 minutos, sendo realizada apenas uma sessão de grupo focal. Como técnica, os relatos foram registrados com o apoio de uma secretária, possibilitando que o pesquisador observasse, além das respostas, o comportamento dos respondentes. Paralelo a isto, e com o livre consentimento dos participantes da pesquisa, todo o grupo focal foi gravado. No capítulo no qual trataremos os resultados da coleta de dados, será abordada a contribuição do grupo focal para as análises desta dissertação.

1.6.4 Ambiente de estudo

O ambiente de estudo para esta pesquisa foi o Centro Universitário Projeção, mais especificamente, no seu *campus* II, situado em Taguatinga, região periférica do Distrito Federal, tal qual descrito no item 4.1 deste documento.

1.6.5 Participantes da pesquisa

Considerou-se, como participantes da pesquisa, todos os acadêmicos regularmente inscritos no programa de estágio não obrigatório. Do quantitativo total de acadêmicos elegíveis a participar desta pesquisa, 175 responderam o questionário e 4 participaram do grupo focal. A pesquisa foi aplicada para acadêmicos dos semestres finais dos cursos de graduação da Unidade do Campus II. Dentro deste universo, foram constituídos grupos de estagiários e de trabalhadores-estudantes.

1.6.6 Procedimento para análise dos dados

Para análise dos dados, os resultados obtidos por meio do questionário foram tabulados em planilha eletrônica do Google Forms, de modo a permitir a elaboração dos gráficos apresentados a seguir. No que se refere ao grupo focal, os dados foram gerados pelo relatório imediato da sessão e pela degravação dos dados.

Durante os capítulos da dissertação, tratarei da expansão da educação superior no Brasil, iniciando no período imperial até o período republicano, abordarei os tipos de estudantes e a relação que cada um tem com os estudos e o estágio, descreverei como o Centro Universitário trata a questão do estágio junto aos acadêmicos e, por fim, apresento os dados obtidos na pesquisa realizada.

2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No início do século XX, segundo Gomes (2010), a educação superior brasileira era exclusivamente elitista e com cursos voltados para a formação de base para a construção de uma sociedade e de um Estado, provocado pela chegada da família real portuguesa, como cursos de Medicina, Direito, Engenharia e alguns cursos de formação de professores como Letras, Ciências e Educação. Isso fazia com que apenas as famílias mais abastadas custeassem os estudos de seus filhos, até porque as universidades só se encontravam nos grandes centros urbanos da época, o que, em muitos casos, significava o custeio do filho em uma cidade diferente daquela do seu seio familiar.

Na década de 90, houve um aumento considerável no número de instituições de educação superior privada no Brasil. Esse fato pode ser explicado pelos diversos incentivos governamentais propostos para a educação superior. Entre eles, podem ser citados a oferta de cursos noturnos, credenciamento de instituições particulares, financiamentos estudantis e bolsas de estudo com objetivo de massificar a educação superior, mas que, mesmo com todo o movimento de expansão na mesma década, não significou um aumento no número de matrículas na educação superior, por não suprirem as carências da sociedade brasileira e que são significativamente menores do que a maior parte dos países da América Latina.

No levantamento histórico da educação superior brasileira, ficam bem distintas as fases por ela percorridas, desde sua concepção até a sua massificação no século XXI. A educação superior brasileira está basicamente dividida em três espaços de tempo distintos que culminaram no modelo educacional que se encontra instalado hoje no Brasil: i) Educação Superior do Império; ii) Educação Superior da República e iii) Educação Superior e sua Expansão.

2.1 Educação Superior no Império

É consenso entre os autores, tais como Gomes e Moraes (2010), Sampaio (1991) e Barros (2015), que a implantação da educação superior no Brasil teve início com bastante atraso, inclusive se comparado com o mesmo processo ocorrido com os vizinhos da América do Sul. Os primórdios da educação brasileira foram fruto da colonização portuguesa que era quase que na sua totalidade catequizadora da população do novo mundo. Sampaio (1991) relata que a educação superior teve início de fato no Brasil apenas em 1808, com a criação da Faculdade de Cirurgia da Bahia, Salvador, nos moldes da Universidade de Coimbra, o que

durou todo o século XVIII. Para entender melhor esse processo até o século XVIII, é necessário voltar um pouco mais e entender como foi a concepção da educação no Brasil, ainda nos primeiros anos de colonização.

Segundo Mayorga (2002), entre o período de 1572 a 1759, a educação no Brasil estava pautada sobre a responsabilidade dos colégios da Companhia de Jesus⁴, que eram frequentados, no início, por índios nativos, com o objetivo de catequizá-los no cristianismo. Posteriormente, a escola Jesuíta passou a ser frequentada pelos filhos da elite colonial que aprendiam letras e artes. Para os filhos da elite, que tinham interesse de continuar os seus estudos, o destino era Portugal, mais especificamente Coimbra, onde eles, em sua maioria, estudavam Direito e Teologia. Aqueles que tinham interesse em estudar medicina eram enviados à França, mais especificamente à Montpellier. Nesse sentido, a educação superior brasileira já deu os seus primeiros passos de forma elitista, onde só a classe latifundiária abastada tinha condições de dar educação superior aos seus filhos, visto a necessidade de encaminhá-los para outro país, a um custo suportado apenas pela elite da época.

Mesmo dentro das classes mais abastadas, ainda havia segregação para acesso a esse conhecimento, pois apenas jovens, homens e brancos podiam ser enviados à Europa para completar seus estudos. Nesse primeiro momento, a educação superior era realidade apenas para os filhos homens, pois as mulheres ainda não tinham acesso/direito a esse tipo de educação no Brasil.

A invasão a Portugal pelas forças francesas comandadas por Napoleão, no século XVIII, influenciou diretamente a educação superior no Brasil. Com a expulsão da família real e sua corte de Portugal, cerca de 15 mil pessoas fugiram para o Brasil e aqui chegaram no ano de 1808. Com a chegada da família real, segundo Mayorga (2002), fundou-se a Escola de Medicina da Bahia, com os cursos de cirurgia, anatomia e obstetrícia, bem como os cursos de Economia Política e Escola de Comércio. Já em 1819, deram início às atividades do curso de Filosofia. Com a chegada da família real, houve um grande avanço na educação brasileira também com a criação, no Rio de Janeiro, do Museu Nacional, da Biblioteca Nacional e do Jardim Botânico. É importante destacar os cursos de direito e engenharia, pois daí surgiram os funcionários do nascente Estado Brasileiro e das forças armadas que iriam compor o sistema de poder do Estado.

Segundo Cunha (1980), durante o Império, houve um esforço para organizar o ensino público primário e o ensino público secundário com a criação do Colégio Pedro II. A religião católica ainda era, pela Constituição, a religião de Estado. Por isso, os professores e a

⁴ Segundo Jesuitas.org (2017), a companhia de Jesus no Brasil se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549 à Bahia. Então fundaram um colégio e iniciaram a catequese dos índios.

organização da escola ainda estavam permeados pela ideologia da Igreja Católica. Entretanto, após a independência, formaram-se dois setores, o do ensino estatal (secular) e o do ensino particular (religioso e secular).

No que tange à educação superior, segundo Mayorga (2002), só o Colégio Pedro II podia credenciar os acadêmicos para cursar escolas superiores, o que dava ao Estado controle sobre quem poderia ou não ter direito ao conhecimento, profissão e renda, tornando evidente a distinção das classes sociais presentes na época do império. Ainda, segundo Mayorga (2002), Dom Pedro II era um grande entusiasta das ciências, letras e artes e, com isso, convidou grandes cientistas e escritores europeus para visitarem o Brasil. Consequentemente, alguns deles optaram por aqui permanecer. Alguns autores brasileiros, como Machado de Assis, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, também ajudaram a aprimorar o panorama cultural que existia no Brasil colônia.

Ainda, existia no Brasil uma dependência política e econômica da Inglaterra, devido à escolaridade e ao fato do Estado Nacional ter chegado tardiamente. Era uma dependência cultural europeia muito arraigada, mais especificamente à cultura francesa, pois, nesse período, o Brasil ainda estava se estruturando enquanto país, cultura e Estado.

2.2 Educação Superior na República

Segundo Cunha (1980), a decadência do ouro e o início do ciclo do café trouxeram a Proclamação da República, a criação da Constituição de 1891, a criação dos estados da federação, regidos pela constituição e tendo seus governos eleitos, e causaram uma mudança da estrutura do Estado Nacional. Com isso, houve a criação de vários cargos burocráticos, o que gerou diversas oportunidades de empregabilidade para bacharéis em direito e engenheiros, visto que um novo modelo de país se apresentava e deveria ser legislado e reconstruído.

Foram criados também em 1912 a Academia Militar e o Ensino de Química e de Agricultura. Em seguida, por volta de 1914, foram criados o Ensino de Botânica e o de Farmácia. Essa grande evolução em um curto espaço de tempo se dá pela necessidade da criação de um Estado Nacional que ainda não estava completamente instaurado no Brasil. Com empregabilidade em cargos burocráticos no governo, houve uma maior procura por curso superior de direito. Segundo Mayorga (2002), o curso de direito era o mais procurado, visto a sua fácil empregabilidade.

De acordo com Mayurga (2002),

O curso de Direito era o mais procurado, pois com ele o bacharel era o burocrata por excelência e podia atuar em qualquer setor do Estado. Tal formação, em um país agrário, servia como instrumento para ascensão social e manutenção/conservação do regime vigente.

No momento em que houve o aumento dos empregos burocráticos no Brasil, ocorreu um movimento dos jovens da elite brasileira da época em busca, a qualquer preço, de um diploma de ensino superior. Com isso, intelectuais, encabeçados pelos positivistas do Rio Grande do Sul, não ficaram muito satisfeitos com a grande entrada de acadêmicos nos cursos superiores, que, segundo eles, não estavam preparados adequadamente para cursar uma faculdade. Segundo Mayorga (2002), a preocupação dos intelectuais da época era que a qualidade do ensino fosse prejudicada com a entrada desse perfil de discente nas universidades e, também, com o fim do privilégio de acesso ao conhecimento.

Segundo Cunha (1980), em 1911 a bancada gaúcha no congresso nacional apoiou e aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República que, entre outras prerrogativas, criava o exame de admissão para as universidades. Dessa forma, apenas acadêmicos com nível adequado e aptos poderiam ingressar nas escolas superiores, garantindo a qualidade do ensino.

Os exames, chamados de vestibular, deviam ser realizados sempre em todo mês de janeiro, com uma prova escrita e uma oral, o que, em tese, não garantiria a vaga ao candidato, pois o acadêmico deveria apresentar a certificação de conclusão de ensino médio e ainda estaria submetido ao quantitativo de vagas disponíveis para cada curso em ordem de classificação. Os não classificados deveriam prestar novamente o vestibular no ano seguinte. Ainda, segundo Cunha (1980), essa medida tinha como objetivo garantir uma melhor qualidade de ensino e diminuir o ingresso em determinados cursos como medicina, direito e engenharia, consequentemente elitizando essas profissões e forçando os candidatos não aprovados nesses cursos a procurarem outras áreas do conhecimento.

Já nos anos 30, no governo de Getúlio Vargas, houve uma profunda mudança na gestão econômica do país, com a criação de indústrias de base, exportação de combustíveis e regime político. Consequentemente, foi necessário aplicar uma nova forma de fazer educação superior, com o intuito de atender essa nova demanda gerada pelas transformações que a economia brasileira e a mundial estavam vivendo. Mudanças que definiram o rumo da sociedade brasileira, tornando-a urbana e industrial.

Com o intuito de atender a essa demanda, em 1933, foi fundada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo que tinha por objetivo formar a elite capaz de solucionar

problemas da administração pública e ajudar a conduzir o país na modernização que se propunha.

Os cursos oferecidos preparavam os diplomados para ocupação de cargos em bancos, companhias de transporte, companhias de serviços públicos e particulares, indústrias, sindicatos e corporações. As ações do governo Vargas, somadas às ações do governo central, e o movimento paulista contribuíram para a instalação de novas instituições de ensino no Brasil. O primeiro envolve um projeto do governo central; o segundo, um projeto da elite paulista. Do primeiro, resulta a Universidade Federal do Rio de Janeiro; do segundo, resulta a criação da Universidade da São Paulo.

Nos anos 30, a política educacional brasileira ficou marcada por um forte controle do governo sobre as políticas adotadas, deixando claros os rumos que o governo tinha interesse em adotar. O Estado buscou formas de aumentar o seu controle sobre os rumos da educação e uma das atitudes foi a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública que tinha como um de seus objetivos reforçar o ensino secundário para fortificar a educação superior.

De acordo com Cunha (1980),

[...] reforçar o aparelho do Estado no campo educacional, permitindo-lhe inculcar ideologias tendentes a impedir os trabalhadores (principalmente) e as camadas médias (secundariamente) de se organizarem politicamente e, no limite, de ameaçarem a ordem capitalista.

Por outro lado, em 1932, ocorreu o Manifesto dos Pioneiros como uma tentativa de trazer novas perspectivas acadêmico-pedagógicas para a educação brasileira em seus diferentes níveis, considerando, inclusive, a necessidade da prática para a significação dos conteúdos mediados nos âmbitos escolares.

Continuando com a linha do tempo sobre a educação brasileira, segundo Mayorga (2002), no final do governo constitucional de Vargas, que durou de 1934 a 1937, foram criadas importantes universidades: i) Universidade do Rio de Janeiro que passou a se chamar Universidade do Brasil em 1937, possuindo 17 escolas superiores, 16 institutos, o Hospital das Clínicas, o Colégio Universitário e a Escola Ana Néri; ii) Universidade Técnica do Rio Grande do Sul que foi rebatizada de Universidade de Porto Alegre em 1934; iii) Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, e absorvida pela Universidade do Brasil em 1939; iv) Universidade de São Paulo, criada em 1934; e v) o fortalecimento da Faculdade Católica nos anos 40. Destaca-se, dessa forma, que o governo da época tinha nas faculdades uma parceira para difundir as ideologias governamentais.

Nessa perspectiva, Mayorga (2002) afirma que:

O objetivo maior do Estado era utilizar todo o sistema de ensino como mecanismo de difusão ideológica, isto é, a escola “era vista como um instrumento capaz de assegurar a ideologia dos grupos dominantes.

Em meados dos anos 40, houve movimento de readequação das faculdades, onde um grupo de faculdades se unira para criar uma única universidade, formando as universidades federais. Com esse movimento, cada estado passou a ter em sua capital uma universidade pública vinculada à União. Com a migração da capital do país para o centro-oeste, houve a necessidade de criar uma universidade na nova capital, sendo assim, em 1961, foi criada em Brasília a UnB – Universidade de Brasília.

2.3 Educação Superior e sua expansão

Segundo Mancebo, Araújo e Martins (2010), o primeiro processo de expansão da educação superior se deu em 1961, com a criação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, que regia as diretrizes básicas para a educação no Brasil. Com o advento legal, foi possível metrificar e qualificar a educação no Brasil, em especial nos artigos 2º, 3º e 9º, respectivamente, que dispunham sobre a educação como direito de todos e sobre as regras de funcionamento das instituições de educação, com atenção à educação superior. O Art. 69º, por sua vez, estabeleceu quais cursos poderiam ser ministrados nessas modalidades⁵.

Em 1964, o governo militar Brasileiro fez um convênio com o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID). O convenio ficou conhecido como MEC/USAID e tinha como objetivo implantar a estrutura e os métodos estadunidenses nas universidades brasileiras, fazendo uma profunda reforma na educação superior do Brasil. Esse convênio estava alinhado com os objetivos do novo projeto econômico brasileiro que, por sua vez, estava em conformidade com a política norte americana.

O segundo momento foi a Reforma Universitária de 1968, feita em pleno regime militar por intermédio da Lei nº 5.540/68 que instituía a educação como meio de desenvolvimento

⁵ Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;

b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

econômico e, também, para tentar solucionar o problema da falta de vagas na educação superior pública. A reforma de 68 fragmentou o ano letivo, instituiu o sistema de créditos, promoveu a divisão do currículo em uma parte geral e outra parte profissional, implantou os cursos de curta duração e a pós-graduação, adotou o taylorismo para organização do trabalho, além de determinar o campus segregado da cidade e extinção do regime de cátedra, base do ensino superior do país, substituído pelo regime departamental que proporcionou um aumento no número de docentes.

Segundo Cunha (1989), essa nova composição ajudou a atender a demanda da classe média, fazendo com que a educação brasileira estivesse mais alinhada com as expectativas da população que consumia tal modelo de formação acadêmica.

Segundo Mancebo, Araújo e Martins (2010), a educação superior brasileira deveria se expandir da mesma forma que os demais níveis escolares que já contavam com a modalidade de ensino privado para a educação básica. Segundo Almeida (2004), a expansão da oferta e o acesso à universidade no Brasil, após os anos 70, levaram a um ensino de expansão, mudando a característica do estudante universitário e do próprio ensino. Assim, o acesso ao ensino superior deixou de ser elitista, se transformando em função do surgimento das faculdades/universidades privadas de massas que atendiam a um maior número de acadêmicos, pela facilidade de acesso.

Figura 1: Evolução das matrículas da educação superior brasileira

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1964-1974 □%	559,8	289,1	-	990,1	-
1974-1984 □%	49,3	67,7	-	38,7	-
1984-1994 □%	18,7	20,7	-	17,3	-
1964-1994 □%	1.065,7	687,6	-	1.673,7	-

Fonte: MEC/INEP

Segundo Sampaio (1991), uma característica importante da expansão desse setor foi a abertura de vagas para o turno noturno. Essa iniciativa trouxe uma nova classe de acadêmicos para dentro das salas de aula das universidades e faculdades: o aluno trabalhador, ou seja, o cidadão que trabalha durante o dia e estuda à noite. A implantação do novo turno de

funcionamento significou um aumento considerável no número de matrículas na educação superior, saindo de 425.478, em 1970, para 1.345.000, em 1980.

Figura 2 - Evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total (mil)	Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1	3.479	1.051	30,2	2.428	69,8
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2
1994-2002□%	92,4	-10,5	-	127,8	-	109,5	52,3	-	150,2	-
2002-2006□%	38,7	27,2	-	40,2	-	34,3	15,0	-	42,8	-
1994-2006□%	166,7	13,7	-	219,4	-	181,7	75,1	-	275,2	-

Fonte: MEC/INEP

Segundo Cunha (1989), o regime militar não trouxe apenas benefícios, como a proposição de novos cursos e a expansão da educação superior no Brasil. O regime apresentou intervenções severas nas universidades. Ainda, segundo Cunha (1989), o regime militar destituiu reitores e diretores, aposentou ou demitiu professores, estudantes foram expulsos das universidades e movimentos estudantis foram proibidos. Um exemplo claro disso foi o que aconteceu em Brasília na UnB, em que o campus da universidade foi invadido por tropas militares, havendo a prisão de professores, apreensão de livros tidos como subversivos e a demissão de seu reitor, Anísio Teixeira.

Com o término do regime militar em 1985, houve a possibilidade de expressar a necessidade de se repensar a educação superior brasileira. Com as eleições diretas de 1989, foi dado o primeiro passo para uma libertação das universidades que estavam submetidas e reféns do regime militar. No primeiro mandato fruto das eleições diretas à presidência da república, pouco foi feito com relação à expansão da educação superior, pois o verdadeiro impacto seria percebido apenas em meados dos anos 90 daquela década.

Já nos anos de 1990, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo apresentou, em 1995, o seu Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O Estado ficaria dividido em quatro pontos essenciais: (i) núcleo estratégico; (ii) atividades exclusivas; (iii) serviços não exclusivos; e (iv) produção de bens e serviços para o mercado. A pesquisa se aterá apenas ao quarto ponto, que é o foco deste objeto de estudo. O ponto quatro trata do setor responsável pela produção de serviços e bens, onde estão inseridos, nesse caso, os serviços prestados pelas IES (Plano Diretor do Aparelhamento do Estado, 1995, p.11).

Essa ação do governo estimulou a entrada de novas instituições de educação no mercado, pois esse Plano Diretor, em sua quarta dimensão, permitia que as intuições particulares atuassem na política pública do ensino superior, com foco na ampliação da oferta via mercado do terceiro setor, solução que era coerente com o receituário neoliberal da época.

Com a promulgação da LBD atual, regida pela Lei 9.394/96, foram atualizados os princípios básicos que regem a educação superior, de modo que essas instituições de ensino poderiam criar novos cursos, desde que fossem Centros Universitários. Essa ação causou um aumento na oferta de vagas e a criação de novas modalidades de cursos, ampliando também a gama de cursos ofertados no Brasil, dando mais opções aos estudantes que, antes, estavam restritos a poucos cursos.

No processo de expansão da educação superior no Brasil, é importante falar do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência de acadêmicos na educação superior. Segundo o Ministério da Educação, a meta do programa é dobrar o número de acadêmicos nos cursos de graduação em dez anos. Outro objetivo do REUNI, ainda de acordo com o Ministério da Educação, é aumentar o número de vagas oferecidas com a abertura de cursos no período noturno, aumentar a quantidade de discentes por professor, reduzir o custo por acadêmico, flexibilizar os currículos e combater a evasão.

Frigotto (2011) diz que o programa representa um aumento exponencial nas vagas das universidades públicas brasileiras, mas que, em contrapartida, estabelece uma desestruturação da carreira docente, onde, por vezes, o professor é submetido a uma jornada de trabalho muito grande.

De acordo com Frigotto (2011),

O REUNI, por sua vez, representa uma inversão substantiva de recursos de custeio para projetos e programas, quase duplicando as vagas e sendo aplaudida fortemente pelo Manifesto dos Reitores das Universidades Públicas durante o atual governo. Em contrapartida, estabelece a desestruturação da carreira docente, conquistada duramente, aumenta o trabalho precário e, sobretudo, impõe uma brutal e, em muitos casos, insuportável intensificação da carga de trabalho.

Nessa perspectiva, destaca-se que o esforço para reorganizar e expandir o modelo de educação superior no Brasil, de fato, trouxe um aumento nas matrículas para essa modalidade, principalmente com a abertura de vagas no período noturno, mas ainda faltavam políticas públicas capazes de fazer uma ampliação maior desse seguimento. A essa temática, dedica-se o assunto do próximo tópico deste capítulo.

2.4 Políticas públicas de acesso à educação superior após os anos 2000

Apenas a oferta de vagas em universidades e faculdades particulares não foi o suficiente para atingir todas as classes sociais do Brasil. Para tentar popularizar a educação superior nas classes mais baixas da sociedade brasileira que não tinham condições de arcar com as mensalidades, foram criadas políticas públicas de inclusão dessa fatia da sociedade, por meio de programas como FIES, PROUNI e cotas raciais que oferecem vagas em instituições particulares para acadêmicos de baixa renda. A implantação dessas políticas públicas trouxe como resultado a inserção de um novo segmento social para o ensino superior privado do Brasil: as classes C e D⁶. Segundo Barros (2015), diante deste cenário, para conter os efeitos do esgotamento da expansão no ensino superior privado, o governo Lula voltou suas ações para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes. Sendo assim, os principais mecanismos utilizados foram o FIES e o PROUNI. Nas duas próximas sessões, tratarei destes dois programas de governo.

2.4.1 FIES – Financiamento Estudantil

O FIES⁷ é um programa de financiamento estudantil que visa atender aos estudantes de baixa renda que não conseguiram ingressar em instituições públicas de educação superior e que também não apresentam condições de custear os estudos em instituições particulares. O discente acaba optando por estudar em uma instituição particular, considerando a grande quantidade de instituições existentes no mercado. A facilidade de acesso aos cursos dessas instituições é mais um atrativo ao candidato que conta com um processo seletivo, em formato de vestibular, que é um mero protocolo formal de ingresso na instituição pretendida.

O FIES é um programa do Ministério da Educação (MEC) de financiamento da educação superior operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1999, que foi sancionado apenas em 2001 pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Este programa nada mais é do que um empréstimo feito a estudantes que não têm condições de arcar com parte ou totalidade das suas mensalidades. Em uma análise mais apurada, é possível perceber que o FIES é uma evolução do Crédito Educativo criado pela Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, pelo presidente

⁶ Segundo o IBGE, são denominadas classe C, pessoas com renda familiar entre R\$ 3.150,01 a R\$ 7.880,00 e classe D pessoas com renda familiar entre R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00

⁷ FIES disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/> acessado em 12/08/2017

Fernando Collor. A sua diferença está principalmente na ampliação do número de vagas do programa, na melhoria das condições de adesão para os estudantes, na facilidade do pagamento da parte financiada, na menor taxa de juros e na opção de ter os estudos financiados também pelo Banco do Brasil (Antes, apenas a Caixa Econômica Federal realizava essa operação financeira.), o que tornou o FIES bem mais atrativo para pessoas de baixa renda que não têm condições de arcar com a totalidade ou parte das mensalidades das universidades/faculdades.

Em 2010, no Governo Lula, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e, com o novo formato, os juros caíram de 9% para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano (MEC, 2011). Fica claro que as políticas públicas de inserção do estudante na educação superior surtiram efeitos quanto ao número de novos acadêmicos matriculados nesse seguimento. Em 2005, ingressaram na educação superior 1.108.600 acadêmicos, chegando ao seu pico em 2014, com 1.658.350 de novas matrículas em faculdades/universidades do Brasil (FNDE e Auditoria Hoper Educação, 2017). Observe a figura 3:

Figura 3 – Evolução dos Ingressantes Presenciais Privados por Processo Seletivo da Educação Superior no Brasil – 2005 a 2015

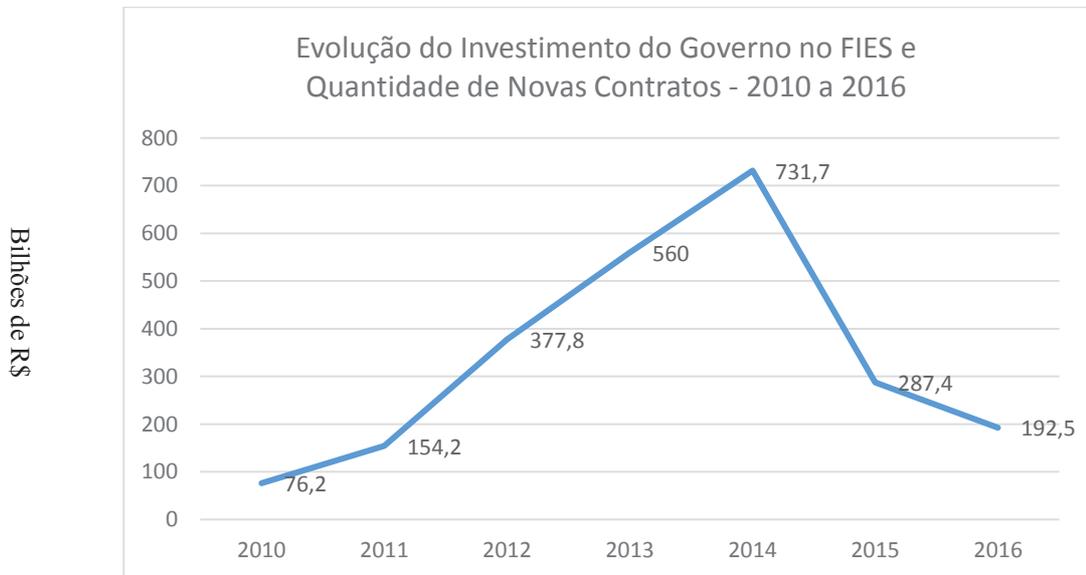


Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

O governo Lula do Partido dos Trabalhadores (PT) foi que deu a maior injeção de recursos nos programas de financiamento estudantil. Essa evolução foi tão consistente entre os anos de 2010 e 2014 que houve um aumento de 76,2 mil acadêmicos ingressantes pelo FIES,

em 2010, para 731,7 mil acadêmicos ingressantes, em 2014. A evolução citada está expressa na figura 4 (FNDE e Auditoria Hoper Educação, 2017).

Figura 4 – Evolução do Investimento do Governo no FIES e Quantidade de Novos Contratos – 2010 a 2016



Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

A Figura 4 mostra que, após o ano de 2014, a curva de crescimento foi interrompida. Tal movimento pode ser explicado pela crise político-econômica que o Brasil passou no segundo mandato do Governo Dilma. Diversos programas do governo foram impactados com a crise que se instalou no país e que se agravou em 2015. Conseqüentemente, a política pública de custeio educacional vigente sofreu com os cortes orçamentários propostos pelo governo Dilma, à época. O FIES, nestes últimos anos, sofreu várias mudanças em suas regras, mas o programa ainda proporciona financiamento de 50% a 100% das mensalidades dos acadêmicos. Segundo o Governo Federal, o programa atende 1,9 milhões de estudantes no Brasil, o que corresponde a 26% dos estudantes matriculados na educação superior.

O aumento da adesão ao FIES se deve a três fatores básicos: (i) Taxa de Juros – são aplicadas taxas de juros baixas para que o estudante tenha condições de pagar o seu financiamento; (ii) Forma de Pagamento – o estudante só começa a pagar o financiamento após a sua formatura, de forma parcelada; e (iii) Carência – o estudante tem carência de 18 meses para iniciar o pagamento do seu financiamento, após o término do curso, o que possibilita condições de ingressar e se estabilizar no mercado de trabalho para que arque com as parcelas.

O programa representa uma grande porta de entrada do estudante à educação superior e, segundo o próprio Governo Federal, até o ano de 2015 já havia 1,9 milhões de estudantes inscritos no programa (BRASIL, 2015). É importante lembrar que, durante a sua graduação, ele não paga a mensalidade ou paga apenas 50%. Mas, após 18 meses de sua colação de grau, ele deve iniciar o pagamento das parcelas do financiamento estudantil. Não se pode esquecer de que o FIES, apesar de uma política pública de inclusão social, é um financiamento e, em algum momento, ele deve ser pago. Deve ser ressaltado que, durante o período no qual o acadêmico ainda está no período de escolaridade, deve-se pagar um valor trimestral de R\$ 50,00, o que caracteriza abatimento de juros do financiamento. Segundo os dados do Governo Federal (2017), a inadimplência, da parte financiada do FIES chegou a 53% em 2016.

Nem todas as universidades e faculdades podem ter acesso a esse programa. Para que a instituição tenha acesso ao financiamento estudantil, ela deve ter avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004⁸, que tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A Lei ainda diz que o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação

⁸ Art. 1º - Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no *caput* deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O artigo 5º da lei dos SINAIS trata da avaliação das instituições, que será realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, visando aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, as suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e as suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O exame de desempenho acontece regularmente em ciclos e consiste na avaliação dos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Já, as diretrizes pertencentes aos cursos de graduação são normativas obrigatórias para a educação básica e orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino; são fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que assinala ser incumbência da União “estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.

2.4.2 PROUNI - Programa Universidade Para Todos

O PROUNI, por sua vez, concede bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em universidade e faculdades particulares. O programa foi idealizado em 2004, pelo Governo Federal, no mandato do então presidente Lula, e sancionado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Em contrapartida, há isenção de alguns tributos às instituições de ensino que aderem ao Programa. O PROUNI tem por finalidade atingir estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas parciais e integrais.

O PROUNI distribui bolsas duas vezes ao ano. Uma vez, no primeiro semestre e a outra, no segundo semestre. As bolsas são divididas em duas modalidades: i) integral, em que o acadêmico tem 100% dos seus estudos custeados pelo programa, de forma que não tenha necessidade de completar valor algum das mensalidades; e (ii) parcial, que corresponde a 50%

do valor da mensalidade; ou seja, 50% do valor é coberto pelo programa e os outros 50% do valor são custeados pelo acadêmico, com o pagamento correspondente da mensalidade.

Para concorrer às bolsas de estudo, o acadêmico(a) deve se encaixar em alguns requisitos: “i) ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ii) no caso de bolsa integral, o acadêmico deve ter renda familiar bruta mensal *per capita* de até um salário e, para as bolsas parciais, o acadêmico deve ter renda mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa; iii) o acadêmico(a) ainda deve ter cursado o ensino médio completo em escola pública e/ou como bolsista integral em escola particular; iv) o acadêmico pode ainda ser professor da rede pública, em exercício do magistério, podendo concorrer a bolsas exclusivamente em cursos de licenciatura, sem a necessidade de comprovar renda” (BRASIL, 2015a).

Após o acadêmico ter sido pré-selecionado, ele deve comparecer à instituição cedente da bolsa, portando a documentação exigida para comprovação dos dados informados no ato da inscrição. Somente após a checagem de todos os dados, o estudante assina o Termo de Concessão e é inserido no programa.

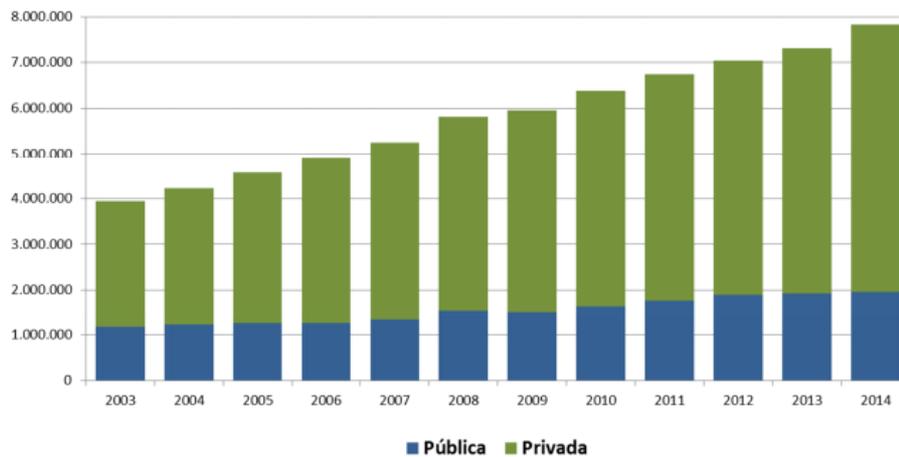
A bolsa do PROUNI vale por todo o período do curso, mas o acadêmico deve ter rendimento positivo de no mínimo 75% nas disciplinas por semestre, sob pena de ser descredenciado do programa. O programa valoriza o aproveitamento acadêmico do discente como formas de supervisionar as bolsas oferecidas nas universidades e faculdades. Segundo dados do Governo Federal, até o ano de 2014, mais de 1,4 milhões de estudantes foram beneficiados com o programa e, desse total, 70% possuíam bolsas integrais (BRASIL, 2015a).

A expansão dos cursos noturnos do ensino superior público e o aumento de vagas nas instituições de ensino superior privado resultaram no acesso de um grande número de trabalhadores-estudantes ou estudantes-trabalhadores de ambos os sexos ao universo acadêmico. Segundo censo do INEP de 2014, o número de inseridos nessa modalidade era de 7.305.977 acadêmicos, em que 63% estudavam no período noturno (4.602.765); ou seja, apenas 37% dos acadêmicos estudavam durante o dia (2.703.211). Isso representa um grande salto comprado à década de 1980, onde esse número era de 1.803.567 acadêmicos matriculados (BRASIL, 2014). Isto é, se os novos programas promoveram maior inclusão dos acadêmicos de baixa renda ao ensino superior, reforçaram mais ainda a presença dos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes, reforçando os desafios e problemáticas que decorrem desta dupla condição.

De acordo com os números apresentados, o PROUNI contribuiu para o ingresso de novos acadêmicos na educação superior, segundo os dados do INEP referentes ao ano de 2014 (BRASIL, 2014). A política pública de inserção desses estudantes de baixa renda, por meio do

programa, se tornou eficaz para a inclusão das classes C e D da sociedade. Além disso, é importante frisar, como já foi dito, que é exigido do acadêmico um desempenho mínimo para que o benefício seja mantido.

Figura 5 – Número de matrículas na Educação Superior Brasil



Fonte: INEP 2014

Segundo o INEP (2014), as IES privadas têm participação de 74,9% do total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública participa com o 25,1% das matrículas. O INEP também aponta que em 2014 foi o ápice da participação das instituições particulares no número de matrículas.

2.4.3 Cotas raciais

Outro fator de inserção das classes C e D nas universidades brasileiras são as cotas raciais. As cotas raciais estão garantidas para os acadêmicos que se declaram pretos, pardos e indígenas, pela Lei nº 12.711/2012. A referida lei traz a seguinte redação: “a reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, mas estas vagas serão subdivididas da seguinte forma: i) metade será destinada para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*; ii) metade para estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2012).

Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

2.4.4 Educação a distância

Outro modelo de educação que tem a cada dia ganhado mais espaço entre os estudantes brasileiro é o EAD – Educação a Distância. Esse modelo tem apresentado um crescimento exponencial nos últimos anos, pois oportuniza ao acadêmico uma forma mais dinâmica e flexível de cursar uma graduação. Segundo Souza e Moraes (2013), o EAD foi uma das políticas educacionais adotadas pelos governos FHC e Lula.

O Governo FHC deu destaque ao EAD em sua política de governo, pois, entre 1995 e 2002, criou: a SEED - Secretaria de Educação a Distância, no ano de 1996; o PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, em 1997; o Proformação - Programa de Formação de Professores em Exercício, no ano de 1999; e o Progestão – Programa de Capacitação para Gestores Escolares, em 2001. Já no governo Lula, além de dar continuidade ao SEED, desenvolveu: o Proinfantil – Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício da Educação Infantil, em 2015; a UAB – Universidade Aberta, no ano de 2006; o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, 2007; e o Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, em 2009.

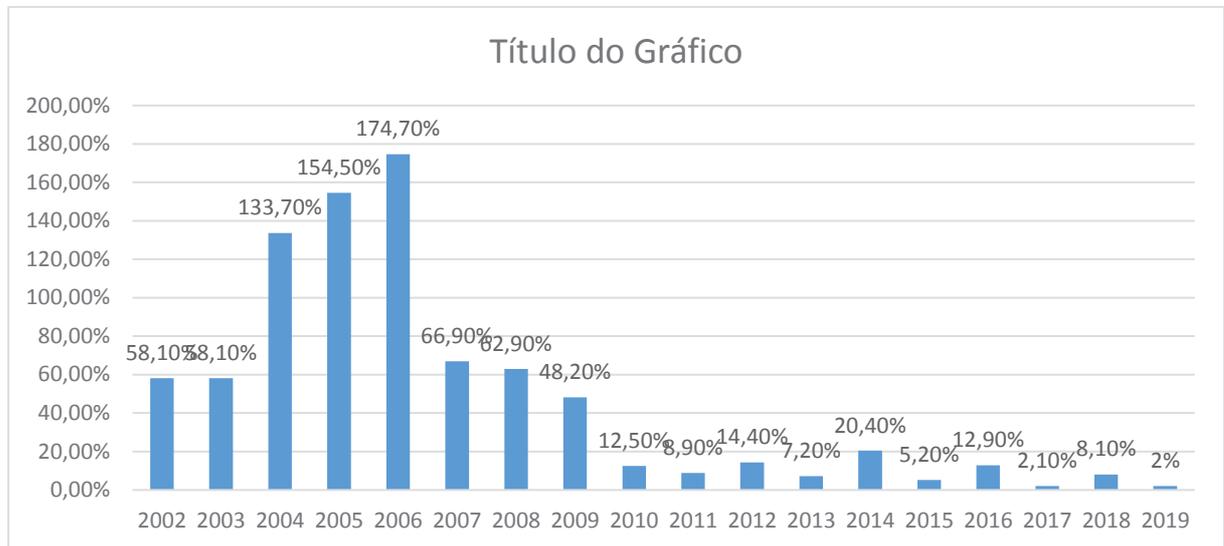
O EAD está dividido basicamente em duas modalidades: i) totalmente a distância, em que o acadêmico não precisa ir ao local da faculdade e executa todas as suas atividades em plataformas virtuais (assiste às aulas, entrega atividades, faz exercícios e provas), em um modelo 100% virtual; ii) semipresencial (ou híbrido), modelo em que o acadêmico frequenta presencialmente as aulas, em alguns dias da semana (geralmente dois encontros semanais) e o restante das atividades é todo feito no modelo a distância.

Segundo Sabatinni (2013), o EAD tem um grande potencial, pois rompe a concepção de conhecimento, de espaço e de tempo, ao fazer uso das tecnologias da informação e da comunicação, possibilitando maior alcance do sistema educativo. A esses fatores, ainda pode-se somar possibilidade de flexibilidade dos horários de estudo.

Esse seguimento educacional tem acumulado expressivos índices de crescimento, desde o ano de 2002, quando teve início o censo do modelo de graduação a distância. O número de estudantes passou de pouco mais de 1.000 acadêmicos, em 2002, para 1.270.000, em 2015, com expectativa de chegar a 1.610.000, em 2019⁹ (FNDE e Auditoria Hoper Educação, 2017). Pode-se ver a evolução do EAD no Brasil na figura 6:

⁹ Dados extraídos do estudo realizado pelo FNDE em parceria com a Auditoria Hoper de Educação, publicado no primeiro semestre de 2017.

Figura 6 – Taxa de Crescimento e Estimativa Hoper de Matrículas EaD – Graduação Superior Privada – Brasil – 2002 a 2019E (em milhões)



Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

O modelo EAD traz mobilidade e flexibilidade maior para o estudante que está inserido nesse modelo, mas que, em contrapartida, pode ser uma armadilha. O modelo EAD causa a impressão de que, pelo fato de o ensino ser a distância, a exigência será menor e a obtenção do título será mais fácil. Se engana quem pensa assim. O modelo EAD exige do estudante mais disciplina e um comprometimento maior do que de um acadêmico que está inserido na modalidade presencial, pois, no modelo a distância, não existe a figura do professor presente, fazendo as intervenções e cobrando os rendimentos escolares. Segundo Almeida (2002), a modalidade EAD traz as duas: vantagens e desvantagens. Quando se fala em vantagens, pode ser citada a flexibilidade de horário. Como ponto negativo, podem ser citadas a perda de interesse pelo curso e a restrição de trocas de ideias. Entretanto, Cunha (2006) reforça os pontos positivos do EAD, pois, com a utilização da tecnologia da informação, foi possível levar ensino a lugares que antes não seria possível somente com o advento do ensino presencial, proporcionando a inclusão de uma série de acadêmicos que, caso não tivessem acesso ao EAD, também não teriam acesso à educação superior.

Um dos fatores que podem ter contribuído para o grande aumento das matrículas na modalidade EAD seria o valor. A mensalidade média dos cursos a distância chegam a ser 65% mais baratas que as mensalidades cobradas na educação superior presencial. Os dados podem ser confirmados pelas pesquisas feitas pelo FNDE e Auditoria Hoper Educação que foram

publicados em 2017. No gráfico 7, são apresentados os valores das mensalidades do ensino presencial no Brasil.

Figura 7 – Pesquisa Hoper de Valores de Mensalidades da Graduação Presencial – Brasil UFs e DF – 2017



Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

Na figura 7, é possível observar que as mensalidades mais altas estão presentes na região Sul do país, enquanto a mais barata está presente na região Norte. O gráfico também mostra que a média da mensalidade da educação superior no Brasil é de R\$ 779,00. Em seguida, apresenta-se o gráfico 8, em que são dispostos os valores das mensalidades em EAD praticadas no país.

Figura 8 – Evolução do Valor da Mensalidade EaD Brasil em Reais – 2012 a 2017.



Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

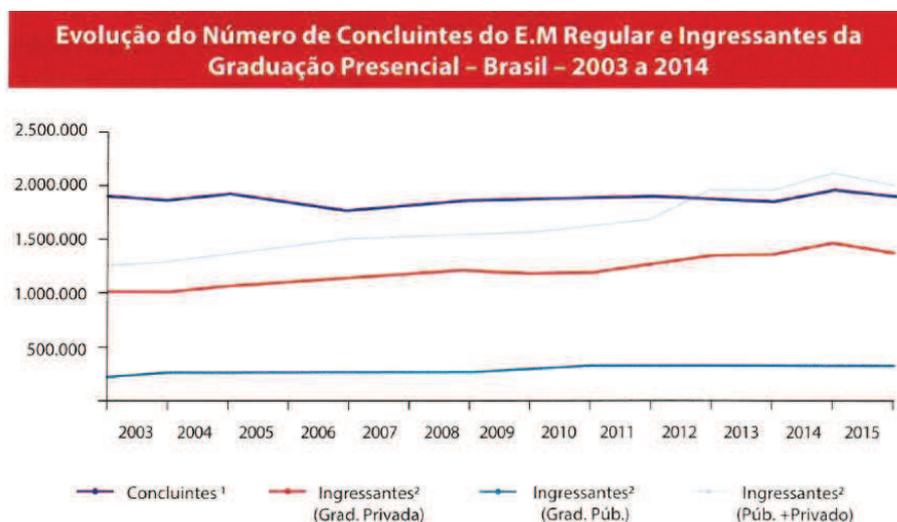
A figura 8 expressa a queda dos valores da mensalidade EAD de 2012 a 2017 e apresenta também quanto os seus preços são atrativos na comparação com o ensino presencial. Os baixos preços e a flexibilidade dos horários de estudo contribuíram para o aumento da procura por essa modalidade e, conseqüentemente, por uma fatia da expansão da educação superior no Brasil.

2.5 Expansão da educação superior – possíveis cenários

A ampliação da educação superior no Brasil é uma realidade, mesmo que tardia, mas já se encontra em processo de expansão. É possível observar, nesse processo de expansão, que as políticas públicas adotadas pelos governos FHC, Lula e Dilma contribuíram sobremaneira para o aumento da oferta de vagas nas faculdades/universidades no Brasil, sem deixar de citar que a expansão de mercado das instituições particulares foi fundamental para a oferta de vagas existentes hoje no Brasil.

É evidente que houve a expansão, mas o governo federal (2015-2018) tem metas ambiciosas para continuar a inclusão da população na educação superior, pois ainda existe lastro de expansão para esse setor no país. Basta analisar os números de estudantes que terminaram o ensino médio em comparação ao número de acadêmicos que ingressaram em instituições de ensino superior. Segundo o FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017), quase dois milhões de estudantes terminam o ensino médio por ano no Brasil, enquanto apenas uma fatia desse quantitativo, de fato, ingressa em alguma instituição pública ou privada de educação superior. Esses valores estão expressos na figura 9.

Figura 9 – Evolução do Número de Concluintes do E.M Regular e Ingressantes da Graduação Presencial – Brasil – 2003 a 2014.



Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

É notório o crescimento no número de matrículas nos anos de 2012 a 2014, devido ao maior número de matrículas efetuadas em instituições privadas no Brasil, graças a políticas públicas de inserção de acadêmicos na educação superior por meio do FIES e do PROUNI.

O governo federal (2015-2018), por meio do PNE – Plano Nacional de Educação, tem grandes metas para a expansão da educação superior no Brasil. Segundo o MEC (2017), o governo definiu como meta elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos no país. Para atingir esse objetivo, no Brasil, o governo federal terá que traçar estratégias agressivas de políticas, visto que, até o ano de 2015, a taxa bruta de matrículas estava apenas em 35,6% da população. Esses valores estão expressos na figura 10.

Figura 10 – Evolução da Taxa Bruta de Matrícula – Educação Superior Brasil e Países – 2001 a 2015

Evolução da Taxa Bruta de Matrícula – Educação Superior Brasil e Países – 2001 a 2015															
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina	58,3	62,2	64,8	65,2	63,8	66,8	66,4	68,1	70,5	73,9	77,5	79,0	80,0	82,9	-
Brasil	16,5	18,1	20,2	20,1	21,2	24,2	25,5	26,9	28,1	-	29,6	30,4	32,3	34,2	34,6
Chile	-	41,7	44,6	44,8	50,0	48,6	54,3	57,3	61,9	69,7	75,0	79,4	83,8	86,6	88,6
Colômbia	23,9	24,0	-	26,6	29,2	31,3	32,6	35,2	37,1	39,4	43,5	46,2	50,1	53,3	55,6
França	54,4	53,4	54,8	55,2	55,4	55,5	54,8	54,5	54,9	57,1	58,0	60,0	62,1	64,4	-
Peru	31,2	31,6	31,6	33,2	33,2	34,3	-	-	-	40,5	-	-	-	-	-
Espanha	59,9	61,7	64,1	66,2	67,3	68,7	69,7	71,3	73,7	78,7	83,4	85,5	87,1	89,1	89,7
Reino Unido	59,3	62,6	62,1	59,4	59,0	59,1	58,7	56,9	58,2	59,1	59,0	59,2	56,9	56,5	-
Estados Unidos	69,0	79,3	81,3	81,5	82,1	82,1	83,0	85,0	88,6	94,2	96,3	94,8	88,8	86,7	85,8
Uruguai	37,5	39,3	41,1	42,4	45,3	46,0	63,7	64,6	63,2	63,1	-	-	-	-	-

Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

Outro fator que chama a atenção é o quanto o Brasil tem se apresentado atrasado em nível de expansão, se comparado com os vizinhos da América do Sul. Países como Argentina e Chile estão acima dos 80% de inclusão, na educação superior, da população de 18 a 24 anos, enquanto a Colômbia está acima dos 50%. Várias análises podem ser tiradas dessa informação.

Dentre elas, é importante ressaltar que: i) a demora na instalação de instituições de educação superior no Brasil está refletindo nos números apresentados hoje; e ii) implantar políticas públicas em países com menor população é bem mais fácil do que em um país de extensão continental e com população superior aos 200 milhões de habitantes, segundo pesquisa feita pelo FNDE e Auditoria Hoper Educação.

Na mesma proporção da taxa bruta de matrículas, a taxa líquida também está longe de alcançar as metas do PNE. Com um número de 18,1% de matrículas líquidas, o índice fica bem longe dos 33% previstos como meta pelo governo federal. Veja a figura 11 que apresenta esses números:

Figura 11 – Evolução da Taxa Bruta e Líquida Matrículas – Educação Superior Brasil – 2001 a 2015

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	CAGR (2010-2015)
Bruta	16,5	18,1	20,2	20,1	21,2	24,2	25,5	26,9	28,1	28,9	29,6	30,4	32,3	34,2	34,6	3,7%
Líquida	9,2	10,1	11,1	10,8	11,5	12,9	13,3	14,0	14,8	14,9	14,9	15,5	16,6	17,7	18,1	4,0%

Fonte: FNDE e Auditoria Hoper Educação (2017)

Fazendo uma análise dos dados apresentados, fica claro que a política pública que o governo federal tem que adotar para o atingimento da meta do PNE deve ser muito agressiva, visto que mesmo com o maior investimento de verba federal, feito principalmente no ano de 2014, período eleitoral, o índice ainda ficou bem abaixo da meta, com valores brutos de 34,2% e líquidos de 17,7%. Ou seja, mesmo com todo o dinheiro investido em incentivos para o FIES e o PROUNI, ainda não foi possível, sequer, chegar perto das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação.

Na próxima seção, trato dos tipos de estágio e das categorias de estudantes pertencentes ao Centro Universitário pesquisado. Relato a relação que cada categoria de acadêmico tem com o estágio não obrigatório e sua relação com a educação superior.

3 ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ESTÁGIOS

Os acadêmicos do ensino superior têm três formas de ligação com o mercado de trabalho, conforme identificado na literatura, tais como Vargas e Paula (2012), Filho (2008) e Andrade e Sposito (1986): um como trabalhador-estudante, outra como estudante-trabalhador e ainda como estudante-estagiário. A seguir, será feita uma revisão dessas categorias de modo a entender como a literatura especializada descreve essas três formas em termos de impactos positivos e negativos no processo de formação e inserção no mercado de trabalho.

Pode-se notar que, no Brasil, o número de acadêmicos matriculados na educação superior vem crescendo, passando de 2.369.945, em 1999, para 4.880.381, em 2007, chegando a 7.305.977 e, segundo último censo do INEP de 2016, o número de estudantes atingiu 8.052.254 (INEP, 2016). O censo do INEP de 2016 também apresenta o número de acadêmicos ingressantes nesse ano. O quantitativo chegou a 2.985.644 novas matrículas. Ainda, segundo dados do INEP, 82,2% dos acadêmicos estudam em instituições privadas, enquanto apenas 17,8% estão matriculados em instituições públicas de educação.

Em análise a quantidade de acadêmicos inseridos na educação superior no Brasil, percebe-se o conseqüentemente aumentou no número de acadêmicos inseridos na modalidade de estágio, seja essa prática obrigatória ou não obrigatória. Sob essa ótica é importante ressaltar o quantitativo de acadêmicos que estão inseridos em programas de estágio não obrigatório. Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágios (ABRES), em 2015, após a aprovação da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, esse número é de 1 milhão de estagiários, sendo 740 mil da educação superior e 260 mil do ensino médio e técnico. Com estes números, já é possível identificar que 10,12% dos universitários brasileiros estão inseridos em algum programa de estágio.

Os programas de estágios estão distribuídos em dois momentos da vida do estudante: **i) Ensino médio** - estágio destinado a acadêmicos, em geral de baixa renda, com intuito de, ainda na sua formação inicial, já inserir o estudante no mercado de trabalho; e **ii) Estágio na Educação Superior** – esse estágio só se aplica em acadêmicos devidamente matriculados em um curso de ensino superior. O estágio nessa modalidade ainda se divide em três modelos: *ii.i) Estágio Curricular* – trata-se da modalidade de estágio acadêmico, em que o acadêmico, por força de obrigação, segundo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de formação, deve prestar horas de inserção em sua área de atuação. Esse estágio ocorre nas disciplinas de Estágio Supervisionado, em que o acadêmico deve cumprir, em média, 200h de atividades voltadas para a sua área de formação. É importante ressaltar que 200h é um valor que pode variar de acordo

com o PPC, sendo maior ou menor conforme resolução da instituição, respeitando os padrões mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação; *ii.ii) Estágio Voluntário* – nesse modelo de estágio, o acadêmico é voluntário junto a alguma empresa formal de atuação profissional de sua área, onde o acadêmico presta serviços de estágio de forma não remunerada, é formalizado contrato específico em que são descritas as atividades executadas pelo estagiário, ficando a empresa isenta de pagar qualquer pró-labore ao estagiário. Nesse caso, a empresa é obrigada apenas a formalizar seguro de vida ao estagiário. Ao término de período do estágio, o acadêmico pode solicitar declaração de prestação de serviços e esse ser aproveitado como horas complementares junto a sua instituição de ensino; *ii.iii) Estágio Extracurricular* – essa modalidade de estágio é remunerada e deve respeitar a lei que regulariza o estágio no Brasil. Nesse modelo de estágio, o acadêmico procura, de forma voluntária, se encaixar no mercado de trabalho, geralmente por meio de agências integradoras; e *iii) Estágio no Ensino Profissionalizante* – esse modelo de estágio é voltado para estudantes de cursos profissionalizantes, acadêmicos do sistema S (SENAI/SENAC), institutos federais ou programas profissionalizantes do governo.

3.1 Estágio na educação superior

Observados os modelos de estágio presente na educação superior no Brasil, torna-se indispensável descrever o universo dos tipos de estágio. Nessa perspectiva, dentre os três tipos de estágios que foram elencados neste momento, ater-se-á aos dois principais que são o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório (que também podem ser chamados de Estágios Extracurriculares), segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

O estágio, em algum momento, vai fazer parte da vida acadêmica do discente. Poderá ocorrer em etapas distintas de sua graduação: o estágio não obrigatório que é uma atividade remunerada; e o estágio obrigatório que ocorre nos semestres finais do curso, quando o acadêmico é obrigado a cursar a disciplina curricular específica de estágio supervisionado, configurando-se em uma prática não remunerada, e que é requisito básico para a sua aprovação.

Tais apreensões podem ser corroboradas por Scheibe (2007, p.52)

As práticas pedagógicas abrangeriam três modalidades consideradas como instrumentos de: integração e de conhecimento do aluno perante à realidade do seu campo profissional, a ser desenvolvido ao longo do curso; iniciação à pesquisa e ao ensino; iniciação profissional, em estágio supervisionado. As diferentes modalidades podem ser concomitantes, tornando-se mais complexas e se verticalizando de acordo com o desenvolvimento das atividades durante o curso (SCHEIBE, 2007, p.52).

Na prática, existem diferenças entres os dois modelos, tanto na sua concepção, no regimento e no tempo de duração. Apesar de ambos fazerem parte do universo da educação superior, eles apresentam diferenças significativas em sua concepção, em sua execução e em sua prática. Da sua forma de ingresso até o seu momento de encerramento, existem atividades, forma de contratação, execução, obrigatoriedade e tempo bem distintos.

3.2 Estágio curricular

O estágio curricular está presente em todos os cursos de formação superior no Brasil, pois é obrigatório, segundo o Ministério da Educação. Mas, tal obrigatoriedade não se aplica aos cursos superiores tecnológicos que tenham duração máxima de dois anos e meio. Para obedecer à obrigatoriedade dos estágios, cada instituição de ensino, por meio do seu Projeto Pedagógico de Curso, insere disciplinas em suas matrizes curriculares a fim de cumprir esse requisito legal. As disciplinas tendem a ser denominadas Estágio Supervisionado, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, entre tantos outros nomes aplicados a essa disciplina. A quantidade de estágios está definida no PPC do curso, bem como a quantidade de horas para cada uma das etapas. Em média, os estágios obrigatórios comportam um total de 200h.

Para Souza, Bonela e Paula (2007), o estágio surge como um processo fundamental na formação do acadêmico, pois é a forma de fazer a transição da condição de acadêmico para a condição de profissional. O Estágio Supervisionado consiste em teoria e prática, tendo em vista uma busca constante da realidade para uma elaboração conjunta do programa de trabalho na formação profissional.

Reforçando o argumento, Almeida (2013) evidencia que o estágio é uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do acadêmico é gerada, construída e referida. Volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica. Por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.

Segundo Mury (2015), o estágio é o momento de aderência à vida profissional e vocacional dos acadêmicos, visto que é o momento de integração com sua profissão, pois, mesmo que o acadêmico já tenha escolhido o curso no qual está inserido, a aderência em sua profissão ocorre em processo contínuo que deve passar obrigatoriamente pela vivência profissional prática em sua área de formação. A vivência prática dá ao estudante a visão real da

sua profissão, na qual ele vai poder observar e vivenciar o cotidiano de sua futura profissão. Nesse momento, ocorre um dos momentos mais belos da formação do estudante, pois ele é capaz de se desenvolver a partir dos diferentes saberes que constituem a formação profissional, produzindo um diálogo entre seu processo de formação, sua trajetória de vida e seu contexto profissional futuro.

Para comprovar a efetividade da participação do acadêmico no estágio, são exigidos preenchimentos de fichas e relatórios de estágio. Nessas fichas e relatórios, o discente deve relatar as atividades exercidas durante o estágio, conforme direcionamento do professor orientador de estágios. Após o preenchimento dos documentos específicos, o supervisor do estágio, geralmente um funcionário da empresa no qual o estagiário está inserido, lê e assina a documentação, como forma de dar validade aos relatos descritos pelo discente.

Durante o semestre, o acadêmico faz entregas regulares de documentos denominados Relatórios de Estágio, validados pela empresa, ao professor orientador de estágio. Ao final do semestre, é produzida uma pasta, geralmente chamada de Pasta de Estágio, onde estarão todos os documentos produzidos pelo acadêmico durante as suas horas de estágio praticadas no semestre. Essa pasta é insumo para que o professor de estágio possa julgar o acadêmico como apto ou inapto, durante o período de atividades.

Dessa forma, o estágio se torna presente nos momentos finais da formação acadêmica do discente, em que, primeiro, são apresentadas as noções teóricas de sua formação, ocupando a maior parte de seus estudos. Fica clara, nos programas de faculdade/universidades, a ideia de que primeiro é preciso conhecer os conceitos e depois aplicá-los, demonstrando, segundo Melo e Almeida (2014), o papel central que a teoria tem na formação: uma teoria que por vezes desconsidera a prática.

Nem sempre é fácil para o acadêmico se inserir em alguma empresa para a execução do estágio obrigatório. Como relatado por Pimenta (1994), as empresas cedentes dos estágios nem sempre recebem bem os estagiários encaminhados pelas universidades/faculdades. Por vezes, o estagiário é mais observador do que executor de atividade, de forma a não consegue exercer a rotina pertinente a sua profissão, o que deixa uma lacuna entre a teoria e a prática.

Outro problema apontado por Pimenta (1994) é a credibilidade das fichas de estágio produzidas pelos estagiários, como, em alguns casos, o estagiário não consegue exercer de fato a sua prática profissional, esse relatório passa a ser meramente uma atividade burocrática. Esse é um momento muito sensível do estágio obrigatório, pois como os documentos chegam até o professor, validados pela empresa, o docente pouco pode fazer para dar concretude ao estágio efetuado pelos acadêmicos.

Nesse momento, deve ser feita uma análise mais crítica sobre a prática do estágio nas instituições e verificar se o estágio obrigatório está exercendo a sua função primária que é fazer a integração do estudante com o mercado de trabalho. Rodrigues (2010) aponta em seus estudos que, de forma recorrente, estudantes relatam que o estágio obrigatório não passou de uma experiência meramente burocrática de preencher fichas, em que o profissional que o acompanhava na empresa apenas o recebia e o deixava observando, não permitindo que o estagiário exercesse as funções profissionais na prática.

O estágio deve ter como princípio básico demonstrar ao estudante uma vivência prática, ainda enquanto acadêmico, justamente para prepará-lo para sua futura profissão. Em um segundo momento, tem a função de confrontar as atividades teóricas com as atividades práticas de sua profissão, saindo do mundo acadêmico e ingressando no profissional. Nesta etapa, cabe, à instituição de formação, analisar as etapas de aprendizado e incorporá-las nos processos de formação do estudante, a fim de garantir que o discente consiga se formar enquanto profissional.

Como o tempo do estágio é deveras curto, nesse pequeno espaço de tempo o acadêmico deve ser oportunizado a participar diversas atividades decorrentes de sua futura área de atuação. Na praticamente, em todas as áreas de atuação profissional, existem processos de execução, planejamento, controle, reuniões etc. Portanto, dificilmente o acadêmico consegue se aprofundar em todas essas áreas de sua formação profissional na prática, o que pode acarretar em um estágio superficial no que se trata de aprofundamento das atividades profissionais.

Embora haja uma significativa estruturação do estágio obrigatório nas instituições de ensino, Melo e Almeida (2014) afirmam que, ao analisar diversas publicações, notaram uma recorrência no discurso informando a dificuldade de transformar o estágio em atividade teórico-prática. No entanto, apesar das dificuldades, o estágio é atividade de integração na formação profissional do estudante. É uma atividade válida para a prática profissional do discente e que deve ser tratada com bastante atenção. Ao final do processo, é importante que a experiência adquirida durante a estadia do estagiário no mercado de trabalho seja absorvida ao máximo possível, diante das atividades profissionais desenvolvidas.

O estágio deve ser significativo para a vida acadêmica e profissional do discente, servindo como conexão das atividades teóricas aplicadas em sala de aula e executadas no mercado de trabalho. Assim, cumpre-se com o objetivo principal de conexão entre a vida da academia e a vida profissional. Um dos intuitos é completar a formação do discente em sua futura área de atuação, oportunizando uma vivência prática antes de sua formatura e do seu ingresso formal na profissão.

Essa sequência, de acordo com Melo e Almeida (2014), evidencia igualmente a íntima relação que se estabelece entre estágio e prática, na medida em que o primeiro se constitui como locus de aprendizagem do segundo, ou como ressignificação dessa aprendizagem profissional.

Portanto, o estágio é eixo referencial da formação, pois o exercício prático transforma o estudante, futuro profissional, no momento em que ele passa a conceber as atividades efetivas de sua profissão, com ações reflexivas que não podem ser desvinculadas de teoria aplicada em sala de aula.

A prática profissional é elemento formativo na construção dos conceitos prático-teóricos do acadêmico. Por meio da prática, é possível fazer uma reflexão sobre os conceitos teóricos discutidos em sala de aula, vivenciando a sua aplicabilidade.

Sendo assim, o estágio obrigatório tem, em sua concepção, a missão de fazer o *link* entre o mundo acadêmico e o mundo profissional. Porém, a prática do estágio deve ser tratada com bastante cuidado, a fim de que o objetivo seja cumprido de fato, pois o tempo é curto e possíveis correções podem chegar de forma tardia, prejudicando o objetivo final do programa.

3.3 Estágio extracurricular na educação superior

O estágio extracurricular é o estágio realizado pelo acadêmico, visando o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e a sua iniciação profissional. Fruto de uma nova legislação, o estágio adquire feições que o distinguem de qualquer outra atividade remunerada realizada pelos acadêmicos. É este diferencial que será explorado a seguir.

Inicialmente, cumpre destacar que o estágio extracurricular pode proporcionar ao acadêmico um *link* entre os conteúdos discutido em sala de aula e a prática do mercado de trabalho a qual pertencente ao seu curso.

Segundo Colombo e Ballão (2014), o debate sobre legislação específica para o estágio no Brasil começou de forma tardia, apenas na primeira década do século XXI, demonstrando a existência de um confronto entre os interesses das empresas e as intuições de ensino. Colombo e Ballão (2014) apontam em seus estudos que nos anos 40 houve várias tentativas de regulamentar a lei de estágio no Brasil. Por meio do Decreto-Lei nº 4.073/42, instituiu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases de organização e de regime do ensino industrial (equivalente ao secundário). Nesta Lei, o estágio foi definido como “um período de trabalho” realizado pelo estudante em alguma indústria, sob o controle de um docente. Embora houvesse a previsão da superintendência de um professor sobre as atividades realizadas, o

estágio não cumpria seu papel no processo educativo por se aproximar muito de uma forma de se obter mão de obra de baixo custo, visto que não previa formalização entre a escola e a empresa, considerando-se assim, esta atividade, um mero trabalho.

Ainda, segundo Colombo e Ballão (2014), a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho (MTE) instituía o estágio escolar somente nas faculdades e nas escolas técnicas no final da década de 60, quando em 1967, sob a ditadura militar, o Ministério do Trabalho e Previdência Social sancionou a Portaria nº 1.002. Nessa norma, foi definida a importância do estágio para o aperfeiçoamento do ensino, criando condições favoráveis ao entrosamento entre a escola e a empresa. Determinou ainda que o estágio deveria ser firmado em um contrato contendo duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais. Estabeleceu que não haveria vinculação empregatícia, encargos sociais, pagamento de férias ou de 13ª salário. Mas, o foco continuava no interesse das empresas, dando continuidade à política de estágio nascida com o Decreto-Lei nº 4.073/42.

Ainda, segundo Colombo e Ballão (2014), foi publicado o Decreto nº 66.546/70, como reflexo do impulso econômico experimentado pelo país no início de 1970, quando foram criados os estágios práticos de nível superior nas áreas prioritárias de engenharia, tecnologia, economia e administração. Destaca-se que ficaram de fora áreas acadêmicas importantes como saúde e educação, pois, à época, a diretriz desenvolvimentista do governo militar estava focada na administração de obras. Neste sentido, a expressão estágios práticos induzia um sentido de trabalho para algumas áreas consideradas desenvolvimentistas, em que havia deficiência de mão de obra preparada. Para as atividades de estágio, foram previstas bolsas de estudos, tanto no setor público como no privado, com a previsão de que isso não significaria geração de vínculo empregatício.

Com o Decreto nº 75.778/75 de 26 de maio de 1975, ocorreu a regulamentação do estágio de estudantes do ensino superior e do ensino profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal. À luz da LDB, dos decretos e das portarias, a primeira lei que tratava, específica e exclusivamente, do estágio foi promulgada no final da década de 70, qual seja, a Lei 6.494 de 7 de dezembro de 1977.

Esta Lei 6.494/1977 determinava que a jornada de estágio seria estabelecida de comum acordo entre o estagiário e quem lhe concedesse o estágio. Dessa forma, o acordo tenderia a ficar do lado mais forte, no interesse da parte concedente, e este condicionado ao interesse de sua atividade econômica. As férias, que somente foram regulamentadas pelo Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, não eram vinculadas ao calendário escolar, mas sim, aos ditames da empresa. Esta lei vigorou sem nenhuma alteração por mais de uma década. Foi somente em

1994, com a Lei nº 8.859, que a primeira mudança ocorreu ao prever a inclusão de estudantes com deficiências nos estágios. Em 2000, outra importante alteração ocorreu com a Medida Provisória nº 1.952-24 que permitiu o estágio para estudantes matriculados no Ensino Médio não profissionalizante.

Relevante se faz mencionar, ainda, que o citado Decreto nº 87.497/82 afirmou que o estágio é “aprendizagem social, profissional e cultural”. Com isso, a ampla interpretação desses termos, associada a outros aspectos legais, considerava como estágio a atividade assim assumida pelo próprio estudante, sem a participação da escola, e era realizado “sob forma de ação comunitária”, que estava isenta de celebração de “termos de compromisso”, gerando o trabalho precário e distante dos fins educativos. Para exemplificar, uma empresa que tem ações de interesse social e comunitário e deseja ter abatimento no Imposto de Renda, poderia dispor de estagiários estudantes, que executariam tarefas regulares como qualquer outro trabalhador da empresa. Esta situação estava respaldada legalmente para tal, pois nem a escola e nem os fiscais trabalhistas podiam agir no sentido de verificar se a atividade era para fins educacionais regulares.

Essas foram as leis que precederam a legislação vigente em nosso país e foram norteadoras para a construção dos direitos e deveres estabelecidos hoje aos estagiários. A legislação o amparava para atuar extensivamente como aprendizagem profissional autogerida, ou seja, trabalho sem carteira assinada. Evidentemente que a empresa procurava seguir aspectos abrangidos por esta mesma legislação e outras, como excluir da periculosidade, da atividade degradante e da extrapolação das horas diárias, para não sofrer sanções. A empresa não assinava carteira e nem assumia compromissos pedagógicos e, ainda assim, receberia abatimento no Imposto de Renda. Por este aspecto, não era alcançada pela fiscalização trabalhista ou educacional. Segundo Colombo e Ballão (2014), maquiava-se o trabalho precário, para que se encaixasse no conceito alargado de estágio.

A última proposta sobre a legislação de estágio foi encaminhada ao Congresso Nacional apenas em 2006, sendo aprovada em 2007. Em 2008, sofreu modificações em sua redação, o que gerou a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Esta lei define, de forma muito clara, que o estágio deve ser um ato educativo escolar supervisionado, de forma que seja uma expansão da sala de aula¹⁰. A Lei também diz que o estágio deve ser desenvolvido em ambiente

10 Art. 1 - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

de trabalho, visando o trabalho produtivo do estudante que esteja frequentando IES, educação profissional ou ensino fundamental. Como essas alterações, ficou mais clara a função do estágio como ferramenta formativa e consolidadora dos conceitos aplicados na prática profissional diária.

É importante entender a legislação de estágio e suas atribuições na vida do acadêmico, pois o que deve ficar bem claro é que estágio não é trabalho formal; é, sim, a continuidade dos estudos, em ambiente profissional, sempre fazendo a interseção entre a teoria e a prática, possibilitando, por vezes, que a prática refaça a teoria. Nesse aspecto, podem ser citados alguns regulamentos da lei para que essa diferenciação entre trabalho e estágio fique clara nesse projeto de pesquisa. O ponto mais importante e que distingue, ao menos em teoria, o estágio do trabalho remunerado é o reconhecimento, por parte do contratante, da condição do estagiário como acadêmico, com suas obrigações e deveres estudantis, conforme veremos a seguir. De certa forma, a lei protege o acadêmico contra os abusos do mundo do trabalho e o empregador, por deixar claros os direitos e deveres de cada parte.

A Lei nº 11.788/2008 diz que o estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho. A mesma lei diz que, para que o acadêmico tenha direito a usufruir do estágio, ele deve atender alguns requisitos básicos:

- a) “Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino”;
- b) “Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino”;
- c) “Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. É importante ficar claro que, sem esses requisitos básicos, o acadêmico não pode se candidatar ou frequentar o programa de estágio extracurricular”;
- d) “Estabelece 6 horas diárias de jornada máxima de trabalhado e 4 horas diárias de jornada mínima de trabalhado”;
- e) “Estabelece o direito a vale transporte, fora o valor já recebido pela bolsa”;
- f) “Estabelece vale alimentação para os estágios que superam 4 horas de jornada diária”;

- g) “Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural”;
- h) “Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente”;
- i) “É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares de forma remunerada”

A Lei nº 11.788/2008 trata também das obrigações por parte da instituição de ensino, a saber:

- a) “exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades”;
- b) “comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas, pois nesse caso o estagiário tem o benefício de jornada de trabalho reduzida em 50% para fins de estudo”;
- c) “É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos”.

Para o acompanhamento e a gestão dos estudantes, junto ao mercado de trabalho, por meio do estágio extracurricular, foram criados institutos de acompanhamento e interlocução do estudante com a empresa, a fim de monitorar e fazer valer as normas e direitos referentes aos estagiários, objeto no qual se aprofundará no decorrer deste estudo.

Nos estudos realizados por Silva e Teixeira (2013) sobre o impacto de estágios extracurriculares na vida dos estudantes, com público de 22 e 29 anos do Curso de Engenharia Civil, os autores mostram que o estágio é capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento da sua futura carreira profissional. Segundo Silva e Teixeira (2013), o estágio se destaca entre uma das atividades mais relevantes para a formação profissional dos acadêmicos, pois o estágio, além de proporcionar empregabilidade para os acadêmicos, também estreita a sua relação com o mundo do trabalho.

Além das questões financeiras, o estágio faz com que os acadêmicos ingressantes nesse programa apresentem indicadores positivos de desenvolvimento de sua carreira, pois, segundo Silva e Teixeira (2013), as atividades de estágio são relevantes para a formação e o desenvolvimento profissional, pois, além de se relacionarem com uma maior empregabilidade dos recém-formados, também servem como uma aproximação à realidade do mundo do

trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de competências transversais. Os estágios são ainda espaços para explorar sua vocação e, ainda, esse estudante pode experimentar situações tanto com o intuito de conhecer mais sobre a profissão, quanto sobre si mesmo. Essa prática oportuniza a descoberta de novas possibilidades e o desenvolvimento de novas competências, sendo um importante recurso no processo de construção da carreira.

Nesse âmbito, é muito importante que o estágio esteja vinculado a área de formação do discente. O estágio não pode ser simplesmente uma forma de trabalho remunerada, mas, sim, a continuação dos estudos de forma remunerada. O estágio deve ser aproveitado para aprofundar e colocar em prática os conceitos adquiridos em sala de aula. Assim, o estágio que não faz o *link* com a área de formação do acadêmico deixa de cumprir o seu papel, a sua essência. Nesse sentido, é possível identificar se o estágio está sendo aplicado de forma significativa para a formação acadêmica e profissional dos estudantes.

3.4 Estudante: descrição do universo

Segundo Cardoso e Sampaio (1995), diferentemente do estudante que ingressou na universidade ou faculdade nos anos 80 e 90, com a expansão das vagas do noturno, o estudante dos anos 2000 nem sempre é aquele que já trabalhava. Em função dos programas de financiamentos, existem estudantes que ingressam na educação superior buscando a primeira experiência profissional. O estágio não obrigatório pode ser uma alternativa e pode auxiliar para resolver dois problemas eminentes para os estudantes inseridos na educação superior: renda e inserção no mercado de trabalho. Nas universidades e faculdades brasileiras, o acadêmico ali inserido busca uma ascensão social junto à sua realidade, visto que uma fatia considerável dos acadêmicos é de baixa renda (MEC, 2014). Segundo Cardoso e Sampaio (1995), esse acadêmico tem a expectativa de mudança de seu *status* social e acredita que os conhecimentos assimilados, ao ingressar na universidade ou faculdade, podem proporcionar uma melhora em sua condição de vida.

O objeto de estudo desta pesquisa restringe-se aos estudantes da classe C e D, o que faz com que o estágio possa ser a primeira oportunidade de emprego e possivelmente a primeira renda formal do indivíduo. Se esse vínculo profissional pode ou não trazer mudanças em sua vida, é o que se pretende responder com este estudo, sendo possível adiantar algumas situações que podem acontecer, caso esse estudante tenha acesso ao estágio:

- a) **Iniciação no mercado de trabalho** – o estágio extracurricular pode ser o primeiro contato do acadêmico com a sua futura área de atuação;

- b) **Iniciação financeira** – a bolsa recebida pelo acadêmico pode ser a primeira renda formal recebida em sua vida e pode ser utilizada para sua subsistência e pagamento de sua faculdade;
- c) **Rede de contatos** – o estágio pode proporcionar ao acadêmico uma rede de contatos (*networking*) com a qual ele provavelmente jamais teria acesso, caso não estivesse inserido em uma empresa como estagiário;
- d) **Experiências na área antes da formatura** – o estágio proporciona esse primeiro contato com a sua futura área de atuação e, como consequência, o acadêmico-estagiário pode sair na frente de todos os outros que não se inseriram nesses programas, pois através do estágio ele tem contatos e experiências reais com seu futuro mercado de trabalho;
- e) **Possível contratação** – segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que rege os estágios no Brasil, o contrato de estágio do estudante pode ter duração máxima de 12 meses, com a possibilidade de ser renovado por igual período, o que permite ao estudante atuar por no máximo por 24 meses consecutivos em uma mesma empresa, como estagiário. O prolongamento dessas práticas laborais permite que esse estagiário adquira uma experiência considerável em sua área de atuação e, sobretudo, na empresa em que atua. A atuação dentro da empresa pode torná-lo um forte candidato a uma vaga efetiva ao término do seu contrato de estágio. A possível efetivação desse estagiário pode trazer uma mão de obra treinada e qualificada nos moldes de trabalho exigidos pela empresa, já que ele pode estar adaptado com os procedimentos e a cultura organizacional vigente na instituição de trabalho.

3.4.1 Trabalhador-estudante e estudante-trabalhador: categorias de análise

Quando se fala em estágio, vincula-se automaticamente mercado de trabalho, salário, ponto eletrônico e responsabilidade. Na sociedade urbana, é comum identificar o indivíduo pela sua profissão, pelo papel que exerce na sociedade. É possível ver cotidianamente, em entrevistas de telejornais, entrevistados com sua respectiva identificação nominal e, logo em seguida, a sua identificação profissional. É nesse sentido que o trabalho ao mesmo tempo que é fonte de sobrevivência, também identifica e dignifica o homem e nos diferencia dos outros animais da natureza.

De acordo com Marx (1892, p.50),

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

O trabalho é munido do saber e do conhecimento. Segundo Fischer e Tiriba (2009), o trabalho envolve aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade e entendendo como resultado dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. Ainda, segundo Fischer e Tiriba (2009), o conceito relaciona-se às ideias de *práxis*, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do trabalho.

Os saberes do trabalho remetem à educação e à formação, pois cada profissional deve passar por um processo formal de ensino e aprendizagem, seja ele por meio de escolas profissionalizantes, cursos técnicos, formação superior ou pós-graduação.

Nesse sentido, de acordo com Fischer e Tiriba (2009), a atividade do trabalho pode ser percebida como fonte de saberes, assim como uma maneira de formalização dos conhecimentos científicos/escolares adquiridos pelo aluno ao longo de seu curso.

Nessa continuidade, destaca-se que a existência da espécie humana só chegou aos moldes do presente por intermédio de pesquisas, instrumentos e tecnologia produzida pelo interesse humano, que foi resultado de emprego da força de trabalho. É um senso comum que a sociedade humana não estaria onde está se não fosse o trabalho no desenvolvimento da linguagem, da matemática, da engenharia e da economia. O trabalho está vinculado ao ensino e aprendizagem e esse argumento se reforça ao se analisar a história e ver as lutas da classe trabalhadora pela busca do conhecimento e dos saberes do trabalho, pretendendo a sua afirmação enquanto classe social.

Olhando pela ótica do trabalho, a escolaridade vem para qualificar a mão de obra da população. Cursos técnicos e superiores são criados para replicar o conhecimento e difundir a tecnologia. Segundo Frigoto (2001), os processos educativos, escolares ou não, são práticas sociais mediadoras para constituir uma sociedade subordinada ao trabalho. Essa relação entre trabalho e escola fez surgir a figura do estagiário, que é um estudante que ainda não concluiu os seus estudos, tendo uma vivência profissional real no mercado de trabalho.

No governo Lula (2003/2011), houve um investimento governamental considerável em escolas técnicas, fazendo com que os trabalhadores pudessem aperfeiçoar os seus conhecimentos ou, então, pessoas que estavam desempregadas pudessem aprender novas profissões em um tempo relativamente curto. O questionamento que se foca nesta pesquisa é sobre se a educação escolar e de formação técnico-profissional são, de fato, a solução para a qualificação definitiva desse trabalhador? Será que esse processo não se trata apenas da reprodução do conhecimento ao invés de produzi-lo? Não se quer dizer aqui que a formação técnico-profissional não ajude o trabalhador, mas abre apenas um parêntese para a reflexão sobre a formação completa desse estudante. Frigoto (2006) diz que a educação formal nunca foi prioridade no país. Talvez, por isso, explica-se a política de tecnificação da mão de obra brasileira. De toda forma, esse modelo de formação não somente gera um acadêmico-estagiário, mas um estagiário técnico.

A literatura sobre o acadêmico da educação superior, principalmente o acadêmico que frequenta as aulas no período noturno, aponta para a dificuldade que esse acadêmico tem de se emancipar, apesar do seu ingresso neste nível educacional. A literatura mostra que com o acesso de novas classes sociais às universidades e às faculdades particulares e públicas, esses acadêmicos se dividiram em duas grandes categorias: trabalhador-estudante e estudante-trabalhador, conforme apontam Vargas e Paula (2012). Nessa sequência, ainda se pode destacar a categoria do estudante-estagiário, que é uma discussão nova e não há muitos estudos sociológicos sobre a atuação desse acadêmico-estagiário. Apesar disso, um fato observado pelos estudiosos da área é que existe uma heterogeneidade de estudantes.

Na composição da educação superior/estágio, são encontrados três tipos de relacionamento do acadêmico para com o mercado de trabalho:

- a) **Trabalhador-estudante** – formado por aqueles trabalhadores que exercem uma profissão durante o dia, como meio de sua subsistência e de sua família, e estudam no período noturno;
- b) **Estudante-trabalhador** – composto por estudantes que estudam e trabalham, mas que têm como prioridade o estudo, pois não necessitam da sua renda para sua subsistência;
- c) **Estudante-estagiário** – são estudantes que exercem, por meio do estágio, aperfeiçoamento de sua formação acadêmica

Cada um dos tipos de estudantes tem em comum a educação superior e a busca pelo aperfeiçoamento profissional. Contudo, carregam consigo características bem distintas quando

se trata do certame de sua relação trabalho/educação, bem como estudo e aprofundamento teórico e prático.

O debate acadêmico em torno dos estudantes do ensino superior e a sua massificação realça, já nos anos de 1970, pelos clássicos trabalhos de Foracchi (1965), novos personagens, a saber, o de estudante-trabalhador e o do trabalhador-estudante. Estas duas categorias se diferenciam entre si, porém compartilham o mesmo diagnóstico, qual seja, a relação conflituosa entre trabalho, estudo e a reprodução das desigualdades.

3.4.2 Trabalhador-estudante

Segundo Fischer e Tiriba (2009), nas sociedades de classe, via de regra, os trabalhadores interrompem sua escolarização para poder sobreviver e deixam de se apropriar do saber formal. Na outra ponta, existe a cobrança do mercado formal da profissionalização dos seus trabalhadores, mão de obra qualificada e especializada. O que força com que o trabalhador volte a frequentar o ambiente acadêmico, buscando tal aperfeiçoamento. É importante destacar que nesse contexto, historicamente, para a grande maioria da classe trabalhadora foi ofertada qualificação nas áreas de necessidade do mercado capital¹¹. A profissão surge, num primeiro momento, como um instrumento do Estado, para a manutenção da ordem burguesa, em que se desenvolve a *práxis* do conhecimento.

Segundo Cardoso e Sampaio (1995), o trabalho prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado e reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico. Pelo fato de trabalhar, o jovem deixa de gozar plenamente sua condição de estudante

Ainda, segundo Cardoso e Sampaio (1995), jamais o trabalho do estudante é tratado enquanto uma opção, mas aparece sempre como compulsório. Ou seja, a inserção precoce do jovem no mercado de trabalho, antes de concluir sua formação superior, sempre aparece vinculada a condicionantes de ordem econômico-social. Volta-se, assim, a remeter o trabalho do jovem à sua origem familiar em termos das classes sociais. O trabalho do estudante é uma realidade nas universidades e faculdades particulares e não se pode mais desvincular o trabalho

¹¹ A educação/formação em economia (popular) solidária contrapõe-se aos projetos educativos do capital, os quais se apresentam nas formas de *educação para a empregabilidade* (para tornar vendável a força de trabalho no mercado), *educação para o empreendedorismo* (para estimular a “gestão do próprio negócio”) e *educação para o (falso) cooperativismo* (para garantir a nova cadeia produtiva requerida pela acumulação flexível). Com perspectivas político-pedagógicas distintas do capital, a *pedagogia da produção associada* apresenta-se como campo teórico-prático, que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana e emancipação da classe trabalhadora. (FISCHER; TIRIBA, 2009).

da mão de obra universitária. Hoje, para a realidade das empresas, esse tipo de trabalho já ocupa uma fatia considerável do mercado, embora parte dos estudantes-trabalhadores não se deem conta de todas as variáveis que envolvem a opção pelo trabalho e estudo.

É possível observar que o trabalho nem sempre significa carteira assinada e, mesmo os que possuem, trabalham em subempregos no qual a sua remuneração mal é suficiente para sua subsistência, além de contribuir negativamente na formação do seu futuro profissional. Esses estudantes são trabalhadores durante o dia e estudantes à noite, o que causa um déficit nos estudos desses acadêmicos, pois, após um dia de trabalho, estão cansados e nem sempre conseguem desenvolver todo o seu potencial acadêmico.

Segundo Andrade e Sposito (1986), a expansão da educação superior nos anos 60 causou mudanças profundas no perfil dos acadêmicos que ingressam nas universidades e faculdades no Brasil. Os acadêmicos da educação superior têm cada vez mais um perfil heterônimo e com grande diversidade de origem social. Uma grande parte dos acadêmicos inseridos por essa expansão da educação superior é responsável pela sua própria subsistência. Com a inserção dessas classes sociais diversas na educação superior, surge a figura do trabalhador-estudante. Esse acadêmico traz consigo toda a difícil tarefa de conciliar o trabalho com os estudos.

De acordo com Andrade e Sposito (1986),

A relação desse estudante com o ensino formal é bastante conflituosa, pois se realizou sob a égide de uma escolarização que reproduziu, ao longo dos anos, as desigualdades sociais originadas nas diferentes esferas de organização da vida coletiva. Desfavorecidos por uma escola que acentuou as diferenças de classes (ao invés de lutar por relativizá-la), esses alunos acabaram por encontrar um ensino superior que reforça essa estratificação social, outorgando-lhes apenas um certificado de conclusão de curso que traduz e modo meramente formal a sua habilitação.

O trabalhador-estudante, ao ingressar na educação superior, ainda tem que lidar com as questões relativas aos seus conhecimentos reais, às dificuldades com a linguagem oral e com a escrita, à repulsa a textos com conteúdo mais denso, à ausência de pensamentos mais abstratos, ao desinteresse pelas atividades acadêmicas, ao baixo rendimento acadêmico, ao desgaste físico e ao desgaste psicológico. Estes desafios fazem com que os cursos superiores noturnos no Brasil não tenham apenas a função de formar estes acadêmicos em uma área do conhecimento, mas também de complementar os seus estudos básicos e dar criticidade de pensamento aos acadêmicos.

Segundo Andrade e Sposito (1986), para esse acadêmico, o estudo noturno é uma estratégia para sua própria sobrevivência e de sua família, pois ele busca, no prolongamento dos estudos, uma saída para ascensão salarial. Os aspectos apontados pelas autoras, apesar de

já terem mais de 30 anos, ainda são a realidade das salas de aula do século XXI, talvez reflexo das políticas públicas precárias voltadas para a educação básica brasileira.

De acordo com Andrade e Sposito (1986),

O trabalhador-estudante tem a expectativa ao encontrar na educação superior a possibilidade de trocar de profissão, acender em outro cargo dentro da própria empresa que trabalha, realização de um projeto de vida ou buscar a ascensão social.

Entretanto, há que ser levado em consideração o aspecto de que o acadêmico deve conciliar os estudos com a sua necessidade de trabalhar, pois, caso contrário, ele não terá condições de arcar com sua subsistência e, conseqüentemente, com os custos oriundos dos seus estudos.

De acordo com Vargas e Paula (2012),

Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização. Essa situação, em verdade, traduz a evidência das incompatibilidades entre estudo e trabalho, ou seja, a possibilidade ou não de uma escolaridade longa, segundo a relação do estudante com o trabalho.

Uma outra questão levantada por Vargas e Paula (2012) é o fato de que os problemas desses acadêmicos não se encerram apenas com o fato de conciliar o trabalho com o estudo. O trabalhador-estudante tem, no decorrer do curso, o desafio de conciliar o seu trabalho com o estágio obrigatório (não remunerado), pois todos os acadêmicos devem cursar a disciplina de Estágio Supervisionado. Esse acadêmico, especificamente, enfrenta problemas em conciliar o trabalho com as horas obrigatórias de estágio que devem ser cumpridas, além de perder oportunidade de estágio não obrigatório em sua área de formação.

Estudantes que durante o seu período de estudos trabalham em áreas que não estão ligadas à sua formação acadêmica sofrem com a árdua escolha entre trabalhar e estagiar em sua área de formação, seja essa prática obrigatório ou não obrigatório, pois o fato de optar pelo estágio pode significar a queda brusca de renda ou a sua ausência definitiva. Isso é uma grande desvantagem quando o comparamos com o estudante-trabalhador, pois como esse estudante não tem como foco principal o seu trabalho, ele tem a possibilidade de escolha referente ao seu futuro profissional e acadêmico, sendo mais fácil a sua transição para o estágio não obrigatório.

O estudante por si só já está inserido em uma realidade diferente do restante da sociedade, tornando a realidade do trabalhador-estudante um tanto quanto mais árdua, pois, além de viver a realidade social que envolve o trabalho, esse acadêmico também deve viver os aspectos sociais referentes ao seu “ser estudante”, conciliando sua vida profissional diurna com

a sua vida acadêmica noturna. Sobre essa ótica, existem também uma responsabilidade e falta de adequação das instituições de ensino para com esses acadêmicos. O que é possível ver, em geral, é que as metodologias aplicadas para os acadêmicos que frequentam as aulas no período matutino são as mesmas aplicadas para os acadêmicos do período noturno. Segundo Fischer e Franzoi (2009), existe um grande abismo entre os estudantes que fazem a sua trajetória de forma contínua e os estudantes que, por algum motivo, interrompem os seus estudos para se inserirem no mercado de trabalho e só mais tarde retornam a vida acadêmica.

Nesse sentido, analisa-se que, para um melhor atendimento a esse público, talvez fosse interessante uma ruptura com esse processo formal de ensino/aprendizagem e pensar uma nova “pedagogia” para esses trabalhadores-estudantes. Essa reflexão faz entender que as instituições de ensino também falham com esse acadêmico, de forma que talvez não seja apenas culpa do trabalho o seu baixo rendimento escolar. Talvez seja, também, a adoção de um currículo mal aplicado para esse perfil de estudante. No processo de formação profissional, não se pode tratar os diferentes como iguais, pois não há como utilizar o mesmo processo para acadêmicos que só estudam e para acadêmicos com jornada diuturna. Não se está dizendo aqui que o trabalhador-estudante deve ser menos cobrado ou deve ser tratado como um estudante de segunda classe, a reflexão que se faz é sobre o processo aplicado pelas instituições de ensino, sobre a prática engessada do processo de transmissão do conhecimento. Já existem modelos e metodologias que são capazes de ajudar o estudante e as instituições de ensino, um desses modelos, acredita-se, pode ser as Metodologias Ativas¹².

As autoras Vargas e Paula (2013) também lançam luz sobre essa questão levantada, pois, segundo as mesmas, para inserir esse tipo de estudo é necessário levar em consideração as características sociais, culturais e econômicas da população matriculada. Bittar, Almeida e Veloso (2008) também reforçam essa perspectiva de que o curso noturno, voltado para o trabalhador-estudante, não pode ser apenas a transcrição do curso diurno para o noturno, pois é necessário fazer adequações dos métodos, dos instrumentos, dos conteúdos, dos professores e da motivação diferenciada, para que esse acadêmico não abandone a sala de aula.

O trabalhador-estudante de fato apresenta características muito distintas dos demais estudantes, pois a sua jornada de trabalho e de estudos faz com que a sua relação com a formação acadêmica seja tratada como uma forma de melhora da sua condição de vida ou de busca por uma nova área de atuação. Os desafios encontrados por esse tipo de estudantes, sem

¹² A Metodologia Ativa é uma concepção educacional que coloca os estudantes da graduação como principais agentes de seu aprendizado. Nela, o estímulo à crítica e à reflexão são incentivados pelo professor que conduz a aula, mas o centro desse processo é, de fato, o próprio aluno.

dúvida, são maiores que os enfrentados pelos estudantes que só estudam e podem se dedicar integralmente à vivência estudantil. É importante relatar que o trabalhador-estudante tem um período reduzido para a execução de suas tarefas extraclasse, como trabalhos, exercícios e atividades de fixação dos conteúdos apresentados, sem contar o tempo reduzido para os estudos preparatórios para as provas das disciplinas cursadas durante o semestre.

Segundo Fischer e Franzoi (2009), a relação desse acadêmico com o estudo pode ser bem complexa, pois, durante o processo de estudo, o acadêmico pode apresentar sentimentos diversos, como:

- a) liberdade por buscar uma outra forma de conhecimento;
- b) prazer por estar conquistando algo que não foi possível no passado;
- c) sofrimento por muitas vezes não conseguir conciliar o trabalho com os estudos;
- d) frustração por falta de base curricular para o entendimento dos conceitos apresentados em sala de aula;
- e) medo por estar a muito tempo afastado da vida acadêmica;
- f) culpa por deixar seus filhos, marido ou esposa em casa, abrindo mão do convívio familiar;
- g) realização por, enfim, conquistar algo que era um sonho seu, e talvez de seus familiares.

Essa miscelânea de sentimentos faz parte do cotidiano desse acadêmico que lida com conflitos profissionais, pessoais e familiares para o seu aperfeiçoamento profissional e conclusão de seus estudos após o ingresso no mercado de trabalho.

3.4.3 Estudante-trabalhador

Se por diversas razões o trabalho pode se tornar um empecilho para que o acadêmico estude, a ausência dele também pode ser fator determinante para sua falta de escolarização. Nesse contexto, encontra-se, além do trabalhador-estudante, a figura do estudante-trabalhador, que tem como função principal o estudo que é conciliado com um trabalho em período parcial. Segundo Vargas e Paula (2012), a principal diferença entre o estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante está na importância que cada um deles pode dar aos seus estudos. No caso do estudante-trabalhador, o trabalho acaba sendo o setor mais atingido quando se fala em termos de prioridades da vida desse indivíduo; o que ocorre é exatamente o contrário quando se fala de trabalhadores-estudantes, pois, nesse caso, o aspecto mais atingido serão os estudos.

Segundo Filho (2007), nesse cenário de educação superior noturna que envolve diretamente o trabalho, talvez a melhor situação se aplique ao estudante-trabalhador que é aquele estudante que trabalha, mas continua sendo mantido, em sua grande parte, por sua família. Ou seja, não há grande envolvimento no momento com o seu trabalho, pois seu futuro profissional está atrelado aos conhecimentos adquiridos em sua formação acadêmica superior.¹³ Nessa perspectiva, o estudante-trabalhador pode priorizar seus estudos, pois sua sobrevivência não está atrelada ao seu trabalho. Esse acadêmico ainda tem a opção de, no decorrer do curso, migrar para um estágio não obrigatório, justamente por ainda ter essa “dependência/suporte” financeiro da família.

O estudante-trabalhador apresenta uma maior dedicação aos estudos do que ao trabalho e pode fazer de forma mais tranquila a sua transição para o estágio extracurricular, passando a ser regido por suas leis específicas e tendo jornada máxima de trabalho de 6h diárias, sendo que pode ser liberado 3h antes do fim do expediente em dias de prova, de acordo com a Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2008. O estágio pode ser considerado uma transição entre o estudante-trabalhador e o trabalho. Segundo Filho (2007), existem empresas que contratam estagiários já com a intenção de capacitá-los para que, futuramente, esses estagiários se tornem funcionários da instituição. Por outro lado, existem empresas que contratam acadêmicos como estagiários visando ter uma mão de obra qualificada de baixo custo.

As questões do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador são situações distintas, mas que necessitam de ser observadas. O trabalhador-estudante passa por diversos desafios durante a sua jornada na educação superior, pois seu trabalho e salário são fontes de sua subsistência e, por vezes, fonte de subsistência de sua família. Tanto o trabalhador-estudante, quanto o estudante-trabalhador, tendem a estudar no período noturno, o que faz com que ele sofra com o cansaço físico e mental, além de perder diversas oportunidades de estágio que serviriam para seu aperfeiçoamento profissional.

A grande vantagem do estudante-trabalhador é a facilidade do desprendimento para com seu emprego formal. Esse emprego é tratado como “bico”, como um emprego temporário, a

¹³ [...] o “estudante em tempo integral” é aquele que pode se dedicar exclusivamente aos estudos, seja aluno do período diurno, integral ou noturno, pois é mantido economicamente pela família. O “estudante-trabalhador” é aquele estudante que trabalha, porém continua sendo parcialmente mantido economicamente pela família, não havendo grande envolvimento com seu emprego ou atividade, pois seu futuro profissional seria planejado a partir da qualificação obtida no curso superior. Finalmente, segundo a autora, o “trabalhador-estudante” não tem dependência financeira alguma com a família, pelo contrário, pode até contribuir com o orçamento familiar doméstico; em geral, a família não dispõe de recursos para mantê-lo, ou então, não considera importante a formação superior do membro da família. Assim, para o trabalhador-estudante, estudar é uma decisão pessoal, baseada em seus valores, aspirações e recursos financeiros, embora, em alguns casos possa ter um incentivo familiar. (FILHO, 2007).

espera de uma oportunidade na sua área de formação ou um estágio que atenda às suas necessidades. Nesse sentido, o estudante-trabalhador passa a ter mais vantagem sobre o trabalhador-estudante.

De acordo com Vargas e Paula (2012),

O trabalho parcial acentua o divórcio entre interesses e necessidade, sem concentrar-se neste ou naquele setor, se dilui entre estudo e trabalho, convertendo-os em atividades precárias e insatisfatórias. Contudo, nesse caso, o trabalho é o setor mais atingido por ser, na perspectiva do estudante, um trabalho incompleto e parcial.

Nesta situação, o estudo tem um papel mais importante do que o trabalho; é a grande característica do estudante-trabalhador, de forma que o trabalho tem uma importância acessória e não fundamental. De qualquer modo, esse estudante-trabalhador também vive momentos de angústia em relação ao estágio, pois, por vezes, pode ser difícil abrir mão de um emprego formal, com carteira assinada e renda superior, por um estágio que tem duração máxima de 24 meses e provavelmente remuneração menor. Não há dúvida quanto a vantagem que um estudante, por exemplo, do curso de direito que faz estágio em um escritório de advocacia tem sobre um estudante do curso de direito que é vendedor no contra turno, mas o dilema pessoal encarado por esse acadêmico é real quando se fala em renda.

Outra questão que pode ser um fator complicador para a vida do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante é o expediente de trabalho. Quando se fala de estudante-trabalhador que tem jornada de trabalho entre 40h e 44h semanais, quase que certamente a sua jornada de trabalho se encerra às 18h e as aulas tendem a começar entre 19h e 19h20min. Essa situação faz com que esse acadêmico tenha um grande desgaste em sua trajetória até o local da instituição de ensino, por enfrentar um caminho, muitas vezes, feito por meio de transporte público e culminando com várias horas sem comer, devido ao tempo gasto no percurso. O estudante-trabalhador que trabalha no período vespertino passa por esse mesmo problema, pois sua jornada também se encerra entre 18h e 18h30, fazendo com que esse dilema de deslocamento entre o local de trabalho e a instituição de ensino seja um parâmetro em comum entre essas duas categorias. Está se falando aqui em horário de *rush* em uma cidade, o que torna o deslocamento muito cansativo, estressante e demorado.

O que se compreende é que aqueles que estudam e trabalham sofrem maiores desgastes físicos, alimentam-se precariamente e não encontram tempo suficiente para repouso. Por outro lado, para muitos destes, o trabalho confere a possibilidade de frequentar o curso superior, o

que configura, de certa maneira, momentos de autonomia para aqueles que ainda não se tornaram completamente independentes de seus familiares.

Para sintetizar as considerações dos autores supracitados, o Quadro 1 apresenta algumas características entre os conceitos de Trabalhador-Estudante e Estudante-Trabalhador.

Quadro 3: Trabalhador-Estudante e Estudante-Trabalhador

	Trabalhador-Estudante	Estudante-Trabalhador
Semelhanças	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego formal • Cansaço físico e mental atrapalham os estudos • Dificuldade de deixar o emprego formal • Estudantes do período noturno 	
Diferenças	<ul style="list-style-type: none"> • Maior prioridade ao trabalho • Trabalha 8h diárias • Responsável pelo seu sustento e de sua família • Falta de prática na área de formação • Idade cronológica avançada • Recolocação no mercado de trabalho • Em sua maioria estudam no período noturno 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior Prioridade aos Estudos • Pode trabalhar menos de 8h diárias • Não é responsável pelo seu sustento • Vantagens no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos; • Jovens adultos • Formação profissional • Podem estudar no turno matutino

Fonte: Vargas e Paula (2012); Cardoso e Sampaio (1995)

A diferença fundamental entre o trabalhador-estudante e o estudante-trabalhador está no fato de que o primeiro não é custeado pela família, além de em muitos casos colaborar com o orçamento doméstico, o que não se faz 100% verdadeiro no segundo caso, pois, neste, o acadêmico ainda depende do berço financeiro familiar e prioriza, com isso, seus estudos. Essas duas categorias acabam convergindo em muitos pontos, pois apresentam diversas características em comum, não podem ser tratadas como iguais, apesar de existirem algumas linhas de intersecção.

3.4.4 Aluno-estagiário

Segundo Scalabrin e Molinari (2013), em seus estudos feitos sobre estágio nas licenciaturas, o estágio é o momento em que o acadêmico da educação superior exercita as funções referentes a sua futura profissão e faz a conexão da teoria com a prática. Existem várias

modalidades de estágio: o estágio curricular obrigatório¹⁴, o estágio curricular não obrigatório e as monitorias¹⁵. Para esse estudo, o foco da pesquisa se aterá ao estágio não obrigatório que é aquele ligado ao desenvolvimento profissional acadêmico, pois proporciona ao estudante uma maior imersão em seu campo prático de formação.

Para que a relação de estágio/faculdade funcione, é necessário haver incentivos que tornem possível ao acadêmico conciliar seus estudos com o estágio. Alguns desses incentivos foram normatizados pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que trata sobre as normas e os critérios para adesão ao estágio.

De acordo com Fischer e Franzoi (2008),

Considerando-se a condição ainda precária das relações de trabalho no país e as adversidades que esses alunos vivenciam, seria pertinente criar uma rede de suporte, nesse nível de ensino, através de bolsas associadas a estágios efetivamente supervisionados e/ou outros tipos de auxílio, como alimentação, transporte, entre outros.

O estágio é o primeiro contato do acadêmico com a sua área de atuação, proporcionando ao estudante o domínio dos instrumentos teóricos e práticos, se tornando um programa de grande relevância para o acadêmico.

Nesse sentido, segundo Scalabrin e Molinari (2013, p.3),

Busca-se, por meio desse exercício, beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso nas instituições superiores de ensino, bem como, favorecer por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos acadêmicos.

De acordo com estudo feito por Linhares *et al.* (2014), o estágio proporciona ao estudante a possibilidade de identificar novas e variadas estratégias para solucionar problemas que talvez ele nem fosse capaz de imaginar que encontraria em sua área profissional. O estágio se torna essencial para a formação completa do acadêmico, pois o mercado de trabalho exige, cada vez mais, profissionais bem preparados para a execução de suas atividades.

Segundo Souza, Bonela e Paula (2007), em seu estudo com 7 discentes do curso de educação física do 8º período, chegou-se a conclusão de que o estágio proporciona ao acadêmico a possibilidade de desenvolver uma postura profissional, reflexão crítica, facilidade

¹⁴ [...] o estágio curricular *obrigatório*, que é uma atividade assegurada na matriz curricular do curso, cuja prática varia de acordo com o curso e pode ser realizada em organizações públicas, privadas, organizações não governamentais ou através de programas permanentes de extensão da universidade.

¹⁵ As *monitorias* se caracterizam pela inclusão de universitários dos cursos de graduação, em atividades desempenhadas pelos mesmos, que evidenciam a capacidade técnica e didática em certas áreas do conhecimento.

de reorganizar as suas ações para poder aprimorar a prática, quando for necessária à sua aplicação, além de inserir o estudante na realidade do mercado de trabalho, ajudando a consolidar a sua formação profissional. Os autores Linhares *et al.* (2014) afirmam que o estágio é uma ferramenta ideal para o início da profissionalização do estudante, um instrumento de aquisição de experiências através da vivência em sua área de formação profissional. O estágio em sua concepção geral sugere dar condições ao estudante de se tornar um profissional mais ligado com suas condições profissionais. Scalabrin e Molinari (2013) afirmam ainda que, dessa forma, o estágio atua como um campo de experimentação aproximando o estudante-estagiário com a prática profissional cotidiana.

Na opinião de Caires e Almeida (2000), o estágio consiste em desenvolver relações entre aprendizagem teórica e prática, ou seja, o estágio possibilita ao estudante dar praticidade ao conhecimento adquirido em sala de aula, podendo, de fato, completar a sua função profissional, atendendo às necessidades impostas pelo mercado de trabalho. Ainda segundo a opinião dos autores, o estágio permite ao estudante estabelecer relação profissional com sua área de formação, possibilitando que esse acadêmico possa entrar no mercado de trabalho.

De acordo com Caires e Almeida (2000, p.147),

Uma outra questão importante a debater neste diálogo prende-se com a avaliação dos estágios. Para além de surgir como uma forma de reconhecer o valor e o trabalho dos alunos, essa avaliação dos estágios assume também um importante papel em termos da sua entrada no Mercado de Trabalho (CAIRES; ALMEIDA, 2000, p.147).

Scalabrin e Molinari (2013) concluem que o estágio deve ser visto como um meio de formação do estudante para o mercado de trabalho, pois é no estágio que o acadêmico percebe a utilização dos conhecimentos discutidos em sala de aula. O “chão de fábrica” proporciona desafios que só podem ser vividos e compreendidos no exercício de sua profissão. Segundo Caires e Almeida (2000), o objetivo do estágio é dar ao estudante domínio de competências práticas importantes em sua área de formação, pois o estágio reúne atividades que contextualizam o mundo real da sua futura profissão.

De acordo com Caires e Almeida (2000, p.149), “ao longo do estágio, é esperado que o aluno adquira e aplique corretamente os conhecimentos que foram aprendendo ao longo do seu percurso acadêmico e que estes sejam relevantes sob o ponto de vista profissional”.

O estágio não obrigatório deve partir da predisposição dos acadêmicos em buscar experiência profissional na sua área de atuação. O acadêmico por conta própria procura a inserção nesse modelo de estágio por intermédio da instituição de ensino e por meio de convênios ou de agências integradoras que fazem o papel de ligação entre empresas, instituições

de ensino e acadêmicos. É importante reforçar que o estágio não pode ser tratado pelo acadêmico como uma mera fonte geradora de renda. Ele deve entender o estágio como momento de formação continuada do seu processo de ensino aprendizagem.

Nas pesquisas bibliográficas desenvolvidas pelo autor desta dissertação, é fato que a maioria dos textos encontrados trabalha a questão do estágio obrigatório/curricular, mas devem ser respeitadas as suas diferenças, sem esquecer que ambas as experiências práticas são igualmente ricas para o acadêmico. No que tange a sua maior diferença é que, no estágio obrigatório, o acadêmico é obrigado a participar do estágio por um tempo que varia em torno de 200h, dependendo do projeto pedagógico do curso. Por vezes, a citada prática acaba tendo um viés mais acadêmico. Por outro lado, o estágio extracurricular só acontece quando o acadêmico se candidata a uma determinada vaga e vai trabalhando *in loco* na empresa por um período de até dois anos, o que torna esse estágio mais profissional e menos acadêmico.

A bibliografia encontrada sobre estágio, escrita por atores como Vargas, Paula, Andrade, Sposito, Torres, Silva e tantos outros, não faz a diferenciação entre o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório, pois tratam ambos em um único pacote. Entretanto, apesar de ambos serem fundamentais para a formação do acadêmico, apresentam grandes diferenças. Para tanto, faz-se a seguinte análise:

- a) Parte-se do pressuposto que um é obrigado e o outro é voluntário;
- b) Estágio obrigatório tem duração de em média 200h, o que totaliza, aproximadamente, dois meses, enquanto o não obrigatório pode durar de 12 a 24 meses;
- c) Na prática obrigatória, o acadêmico por vezes é mero espectador, enquanto no não obrigatório ele exerce a sua função profissional;
- d) Pelo tempo destinado a cada um deles, o estágio obrigatório se apresenta mais raso na prática da futura profissão;
- e) O estágio obrigatório, em sua maioria, não incide remuneração para o estagiário, enquanto no obrigatório existe o pagamento da bolsa de estudo, vale transporte e em alguns casos a alimentação é obrigatória;
- f) Se torna mais fácil construir uma rede de contato no estágio não obrigatório, devido ao tempo que o estagiário permanece na empresa, o que pode, inclusive, resultar em uma futura oportunidade de emprego.

De acordo com Silva e Teixeira (2013),

[...] as experiências de estágio se destacam entre as atividades relevantes para a formação profissional e o desenvolvimento profissional. Os estágios, além de se

relacionarem com uma maior empregabilidade dos recém-formados, também servem como uma aproximação à realidade do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de competências transversais (ou seja, não técnicas, tais como responsabilidade, autonomia) e para uma adequação mais realista das expectativas dos estudantes frente ao trabalho.

Na revisão bibliográfica desta pesquisa, apoiada em autores como Vargas, Paula, Andrade, Sposito, Torres, Silva, Caires, Almeida, Fischer, Tiriba, Frigotto, Chauí, Cunha e tantos outros, ficou muito evidente a relação positiva entre o estágio e a formação superior. Na revisão efetuada, os autores citam as vantagens de colocar em prática as teorias desenvolvidas em sala de aula. Pode-se notar que nas pesquisas feitas pelos autores, o fato de se colocar em prática o conhecimento adquirido em sala de aula, faz com que o acadêmico desenvolva habilidades que não seriam possíveis, caso não tivesse participado de um programa de estágio.

Na vivência prática, o acadêmico se depara com situações cotidianas e, também, com situações inesperadas com que ele é obrigado a interagir. No ambiente profissional, o acadêmico obtém vivências inerentes ao seu futuro ambiente de trabalho; claro, sem deixar de respeitar a cultura organizacional de cada empresa, ambiente que tende a variar.

Segundo Kuenzer (2001), o processo que permite desenvolver a capacidade de agir em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, fazendo a ponte entre a teoria e a prática, está presente na vida laboral que pode ser desenvolvida dentro do estágio. Com a prática, é possível solucionar problemas e transpor desafios. Dessa forma, o autor entende que a capacidade de atuar na área mobiliza o conhecimento adquirido.

De acordo com Keunzer (2001),

A análise levada a efeito permite compreender que, embora se articulem para compor o conceito de práxis, há especificidades que permitem distinguir as atividades teóricas das atividades práticas e seus respectivos espaços de desenvolvimento e de realização; e que atividade teórica não é práxis, e que a educação é mediação entre os processos de aquisição do conhecimento e a sua materialização em ações transformadoras da realidade.

É um consenso, entre autores da área, que o estágio é uma etapa fundamental para a formação completa do estudante. Por isso, todas as instituições de ensino reservam um espaço em suas matrizes curriculares para a utilização de disciplinas de estágio.

O estágio não obrigatório apresenta diversos benefícios para o estudante, mas de nada vale fazer o estágio se o acadêmico não estiver inserido em sua área de formação. Se o estudante não estiver inserido em sua área de formação, o estágio se torna um mero emprego com baixo salário, o que, nesse caso, acaba por se transformar em um aspecto de grande desvantagem para o acadêmico. As agências integradoras e as instituições de ensino têm como obrigação fiscalizar

essa situação, por meio de inspeções no local do estágio, de validação do plano de estágio e de avaliações do estagiário.

A inserção do acadêmico em um estágio que esteja vinculado a sua área de formação é um requisito muito sério, pois o estágio assim como o trabalho, impacta na vida cotidiano do acadêmico. Nesse sentido, alguns aspectos negativos do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador se aplicam também ao aluno-estagiário. Afinal, esse acadêmico já está exercendo a sua futura profissão e, como todo trabalhador, apesar de ter um regime de “trabalho” diferenciado, passa pelos mesmos sacrifícios.

Por isso, é importante que o estágio esteja ligado à sua área de formação. Caso contrário, o acadêmico passa de estagiário a trabalhador, frustrando, assim, os objetivos máximos do estágio que são dar formação complementar ao acadêmico, dar praticidade aos conceitos aprendidos em sala de aula, promover possível iniciação profissional e financeira.

A transição do estudante que é apenas acadêmico para o estudante que se torna estagiário passa por uma mudança de identidade, pois ele se insere no mercado de trabalho e passa a ter uma iniciação de sua formação profissional. Segundo Silva e Teixeira (2013), a transição do acadêmico para profissional não implica apenas em uma transição de ambiente, mas uma transição de identidade.

De acordo com Silva e Teixeira (2013), “cada papel carrega um conjunto de expectativas sociais distintas, demandando uma identificação específica e contribuindo para a percepção que o indivíduo tem sobre si mesmo”.

Ainda segundo os mencionados autores (SILVA; TEIXEIRA, 2013), na transição da sala de aula para o mercado de trabalho, os indivíduos são demandados a se identificar mais intensamente com o papel de trabalhadores e menos com o de estudantes, interagindo com o papel do profissional, o que traz características específicas das áreas de formação. Nesse sentido, deve-se destacar que o início do exercício da profissão é também um ponto crucial no processo de construção da identidade profissional. É o momento a partir do qual o indivíduo será reconhecido socialmente de acordo com sua profissão e terá a oportunidade de satisfazer suas necessidades psicológicas, sociais e materiais através do seu trabalho. Diante disso, nota-se que as atividades extraclasse relacionadas ao ensino superior cumprem um papel importante nessa passagem de estudante para profissional.

O Quadro 2 apresenta a contextualização de algumas características dos estágios, conforme Silva e Teixeira (2013).

Quadro 4: Características dos estágios obrigatório e não obrigatório

	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
Semelhanças	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigatoriedade do termo de estágio • Ficha avaliativa de desempenho do estágio • Existe a figura de um supervisor • Exigência de apólice de seguro • O acadêmico deve estar devidamente matriculado em uma instituição de ensino 	
Diferenças	<ul style="list-style-type: none"> • É obrigatório • Duração máxima de 200h • Não remunerado • Existe um período específico para acontecer 	<ul style="list-style-type: none"> • É voluntário • Duração máxima de 2 anos • Remunerado • Não existe período específico para acontecer

Fonte: Silva e Teixeira (2013).

Os autores que estudaram o tema aluno-estagiário apontam para uma série de vantagens que o estágio pode proporcionar na vida acadêmica, social e profissional do estudante. Apontam para os benefícios que o estágio não obrigatório é capaz de proporcionar, tais como inserção no mercado de trabalho, iniciação financeira, rede de contatos, experiência na área antes da formatura e possibilidade de contratação ao término do estágio.

A seguir trataremos do estágio não obrigatório no Centro Universitário Projeção, como uma breve descrição da instituição, formas de estágio, controle, parcerias e divulgação das oportunidades de estágio para os acadêmicos.

4 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO PROJEÇÃO

Este item descreve o estágio tratando, exclusivamente, das características do Centro Universitário Projeção, ambiente deste estudo. Para tanto, parte-se da descrição do próprio centro universitário como um todo, passando para o estágio obrigatório em si, além de questões acadêmicas que viabilizam sua consecução.

4.1 Descrição do Centro Universitário

O Grupo Projeção foi criado em 1977, na cidade de Taguatinga-DF, pelo seu fundador e atual presidente Oswaldo Luiz Saenger. No início das atividades, o Projeção funcionava como cursinho pré-vestibular e preparatório para concurso público. Em seu segundo momento, após parceria com entidades religiosas da região, foi fundado o Colégio Projeção, também em Taguatinga –DF.

No ano 2000, devido a expansão da educação superior no Brasil, o Projeção fundou a sua primeira unidade de educação superior, denominada Faculdade Projeção de Taguatinga. Com a intensificação desse processo de expansão da educação superior em 2006, o Grupo Projeção incorporou a Faculdade União de Ensino Superior de Brasília - UNESBA, hoje denominada Faculdade Projeção do Guará. Em 2010, o Grupo fez mais uma aquisição, incorporando a Escola Superior Paulo Martins -ESPAN, hoje denominada Faculdade Projeção de Sobradinho e Faculdade Projeção de Ceilândia. Já, em 2014, o Grupo fez a sua última aquisição, a Faculdade Jesus Maria José - FAJESU que posteriormente passou a ser denominada Faculdade Projeção de Taguatinga Norte.

Atualmente o Grupo Projeção conta com 11 unidades de educação, sendo 5 de educação básica, 5 de educação superior e 1 de educação superior a distância. No que tange a educação a distância, o Grupo Projeção conta com 2 postos avançados no Estado de Goiás, 1 em Águas Lindas de Goiás, que fica aproximadamente à 37 km de Brasília, e outro, em Valparaíso de Goiás, que fica à 47 km de Brasília. Nesse relato, trato apenas das instituições e incorporações feitas da educação superior, pois o foco do trabalho desenvolvido está nas faculdades.

Em 2016, o Grupo deu um passo em seu processo de expansão, credenciando a Faculdade Projeção de Taguatinga como Centro Universitário, mudando a sua denominação para UniProjeção. Em 2017 criou-se mais uma unidade de centro universitário, credenciando a Faculdade Projeção de Taguatinga Norte também como centro universitário. Dessa forma, o UniProjeção passa a ter dois Campus de Centro Universitário, Campus I em Taguatinga e

Campus II em Taguatinga Norte. A configuração de suas instituições de educação superior fica da seguinte forma: dois *Campi* do centro universitário; três faculdades; e um polo de ensino a distância.

O Grupo Projeção está localizado fora do grande centro da capital federal. Suas unidades estão todas localizadas nas periferias do Distrito Federal. São duas unidades em Taguatinga, uma unidade na Ceilândia, uma unidade no Guará e uma unidade em Sobradinho. Como está localizada na região periférica, a comunidade estudantil que frequenta a instituição também pertence às regiões periféricas da cidade. Os acadêmicos em sua maioria são moradores das cidades satélites, nas quais as unidades estão instaladas, mas também existem acadêmicos que frequentam as aulas que moram em outras cidades satélites ou no entorno do Distrito Federal, em Goiás. Entre as outras cidades de origem, podem ser citadas: Recanto das Emas - DF, Samambaia - DF, Brasilândia – DF, Cidade Estrutural - DF, Águas Claras - DF, Vicente Pires – DF, Águas Lindas de Goiás - GO, Padre Berneando – GO e Cocalzinho – GO.

Por atender cidades do entorno de Brasília e de Goiás, o público que frequenta as aulas é composto por pessoas das Classes B, C e D da sociedade, sendo que, na unidade foco da pesquisa, *Campus II*, a maioria de sua população pertence às classes C e D. Segundo a última pesquisa da Comissão Própria de Avaliação - CPA, realizada em junho de 2016: 42% dos acadêmicos são homens e 58% são mulheres; 25,5% têm menos de 20 anos, 21,4% têm de 31 a 45 anos, 26,5% têm de 26 a 30 anos e 2% têm mais de 46 anos; 70,4% são solteiras e 20,4% são casados. Quanto à sua cor, 48% se consideram pardos; 8,2% se consideram amarelos; 11,2%, pretos; e 26,5%, brancos. Quanto à faixa de renda, 13,3% ganham até um salário mínimo; 22,4% ganham de 3 a 6 salários mínimos; e 41,8% de um a três salários mínimos. Outro dado interessante é que 94,9% dos acadêmicos terminaram o seu ensino médio em escolas públicas, enquanto apenas 5,1% fizeram em escolas particulares. Quanto ao estado civil dos estudantes, 70,4% são solteiros e 29,6%, casados.

A seguir apresentam-se os dados referentes à população estudantil da instituição, extraídos da última pesquisa da CPA, realizada em 2017, referente ao *Campus II* do centro universitário, foco da pesquisa proposta, a saber: 43,9% dos estudantes são do sexo feminino; 41,8%, do sexo masculino; e 14,3% não informaram. Quanto à idade dos estudantes: 25,5% informaram ter até 20 anos de idade; 26,5%, entre 21 e 25 anos de idade; 21,4%, entre 26 e 30 anos; e 26,5%, mais de 30 anos.

Com relação à renda, pode ser observado que 34,7% dos acadêmicos trabalham e contribuem com o sustento da família, se encaixando no perfil de trabalhador-estudante; 24,5% trabalham e recebem ajuda da família, se enquadrando como estudante-trabalhador; 26,5% não

trabalham, são apenas estudantes; e 12,2% são responsáveis pelo sustento da família. Ou seja, 46,9% dos acadêmicos da instituição são trabalhadores-estudantes e 53,1% dos estudantes têm alguma atividade profissional no contra turno dos estudos. Apenas 40,8% dos acadêmicos pagam a faculdade com recursos próprios e 59,2% dependem de algum tipo de financiamento ou bolsa do Governo Federal.

4.2 Estágio não obrigatório no Projeção

O Grupo Projeção tem em sua estrutura organizacional um setor responsável pelos estágios não obrigatórios e a sua relação com as agências integradoras e empresas. Esse setor é denominado Central de Relacionamento com o Mercado e Sociedade - CRMS e é responsável pela validação dos contratos de todos os estágios do Grupo Projeção.

Anteriormente, a CRMS se chamava Coordenação de Excelência e atendia apenas os cursos das áreas de negócios da Unidade Taguatinga do Grupo Projeção. A gênese da função do setor era apenas a de auxiliar a Escola de Negócios¹⁶ com as suas atividades extraclasse, como visita técnicas e palestras. Na medida que o setor foi tomando corpo, passou a cuidar dos estágios obrigatórios dos acadêmicos da Escola de Negócios. Posteriormente, passou a tomar conta também dos estágios não obrigatórios e do relacionamento das empresas contratantes com a Faculdade. A Faculdade começou a ver com bons olhos o relacionamento desenvolvido pela CRMS nos cursos da ENEG e resolveu por meio de seu diretor expandir o atendimento do setor para todos os cursos da Unidade Taguatinga. Com a transformação da Faculdade Taguatinga em UniProjeção, a CRMS passou a atender também o Campus II do centro universitário, antes denominado Faculdade Projeção de Taguatinga Norte.

Entre as atribuições da CRMS podem ser destacadas:

- a) CRMS faz todas as validações dos termos e contratos de estágio de todos os acadêmicos matriculados no Centro Universitário, verificando as cláusulas contratuais e as apólices de seguro;
- b) A CRMS faz o relacionamento com as agências integradoras de estágio como CIEE e IEL, no âmbito de captar vagas de estágio, receber oportunidades de estágio das agências integradoras, filtrar as vagas de interesse do Centro Universitário e divulgá-las;

¹⁶ Os cursos de graduação do Centro Universitário e das Faculdades Projeção são agrupados por Escolas Superiores que compreendem as suas respectivas áreas do saber.

- c) A divulgação das vagas é feita em quatro canais de comunicação: semanalmente, no site institucional, blog do aluno, portal do egresso (no caso de vagas de emprego) e mídias sociais;
- d) O setor também trabalha fazendo o controle da atividade que o estagiário executa dentro da empresa, visando fazer com que o estagiário cumpra jornada de fato em sua área de atuação. Quando é detectado qualquer discrepância em suas atividades a empresa é notificada e é solicitado a adequação do setor de atuação do acadêmico ou encaminha o acadêmico para outra empresa. (Funções e Atribuições. p. 01, 2013)

No tocante aos números do setor do UniProjeção/Faculdade Projeção, tem-se que atualmente 11.500 acadêmicos estão matriculados, dentre os quais 7.000 estão cursando estágio, ou seja, 60,8% dos acadêmicos matriculados no Projeção estão inseridos em algum tipo de estágio (CRMS,2017). Empresas do terceiro setor também fazem parte do guarda-chuva da CRMS, onde são captadas vagas de estágio e de emprego para acadêmicos egressos.

As colaboradoras do setor acreditam que o serviço de estágio fornecido pelo Projeção é ferramenta de captação para novos acadêmicos. Essa observação se dá, pois o Projeção é a única instituição de ensino que trabalha de forma específica e setORIZADA com o estágio e a empregabilidade do acadêmico. Esse trabalho acabou criando um *status* junto às empresas empregadoras de Brasília, em que já não é mais preciso a CRMS procurar as empresas para novas parcerias. As empresas espontaneamente já procuram o setor para adesão do termo de parceria.

4.3 Divulgação das vagas de estágio

O Campus II do Centro Universitário/Faculdades Projeção conta com o total de 1.800 acadêmicos distribuídos em 11 cursos de graduação. Nesse universo de cursos são oferecidos o estágio não obrigatório de três formas:

- a) Blog acadêmico;
- b) Mural de informações; e
- c) Contato com agências integradoras.

4.3.1 Blog acadêmico

Os grupos educacionais que integram o Grupo Projeção trabalham com um sistema de comunicação com o acadêmico, que é vulgarmente chamado de “Blog do Aluno”, mas que na verdade chama-se *Phidelis*. No *Phidelis*, além de todas as informações acadêmicas, o estudante é capaz de visualizar mensagens e informações postadas pela Faculdade/Universidade, a fim de se comunicar com seus acadêmicos. O *Phidelis* é o meio de comunicação em massa que a instituição utiliza para informar ou se comunicar com seus acadêmicos. É justamente utilizando-se dessa fermenta que as vagas de estágio são públicas semanalmente em “blog do aluno”.

4.3.2 Mural de informações

Outra forma de comunicação com os acadêmicos são os murais de informação. Em específico, no Campus II, existe um mural, localizado no Centro de Convivências, onde semanalmente as vagas também são postadas. Esse mural é alimentado pelo assistente administrativo da unidade. Seu trabalho consiste em retirar os informes das vagas da semana anterior e divulgar as vagas da semana corrente. Essas vagas são envidas pelas agências integradoras (CIEE, ILE e BRED) para as unidades de educação, a fim de que cada instituição promova a sua divulgação.

4.3.4 Contato com agências integradoras

Nesse caso, o acadêmico se dirige a uma das agências integradoras de estágio e se cadastra em seu sistema. À medida que as vagas de estágio vão surgindo, havendo aderência com o cadastro dos acadêmicos, a agência integradora entra em contato com o discente e o oferece a oportunidade. Caso o acadêmico se interesse, ele é encaminhado para o processo seletivo realizado pela empresa detentora da vaga.

A seguir, apresento os resultados obtidos na pesquisa realizada junto aos acadêmicos do centro universitário e faço as considerações e as análises obtidas com a compilação dos dados colhidos.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

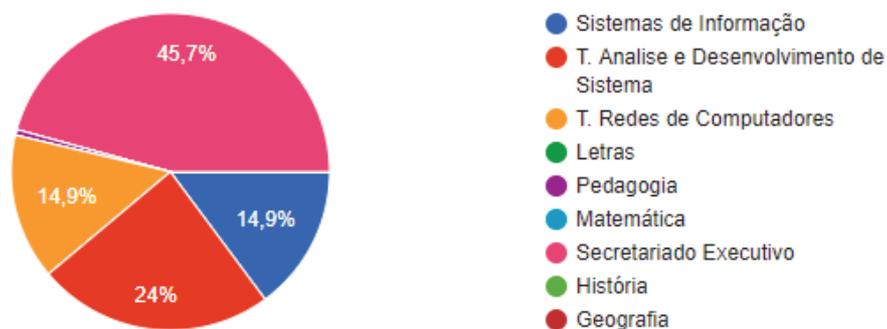
Este item apresenta os resultados obtidos por este estudo. Para tanto, estão estruturados em dois momentos: (i) Questionário; e (ii) Grupo Focal.

5.1 Questionário

Conforme anteriormente estabelecido, o questionário ficou aberto por um período de 14 dias a todos os acadêmicos da instituição, visto que, dessa forma, foi possível mensurar quantos acadêmicos de fato estão inseridos no programa de estágio não obrigatório. Assim, dos dez cursos pertencentes ao *Campus II*, instituição foco da pesquisa, acadêmicos de cinco cursos responderam ao questionário. Os cursos que responderam ao questionário eletrônico foram os de Sistemas de Informação, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Redes de Computadores, Secretariado Executivo Bilingüe e Pedagogia. No total, 175 (cento e setenta e cinco) acadêmicos responderam à pesquisa em um universo de 1.800 (mil e oitocentos) acadêmicos.

Os acadêmicos que responderam ao questionário estão divididos da seguinte forma, com relação ao quantitativo de discentes: i) Sistemas de Informação – 26 acadêmicos, o que correspondeu a 14,9% dos participantes; ii) Tecnologia em Análise e de Desenvolvimento de Sistemas – 42 acadêmicos, que correspondeu a 28%; iii) Tecnologia em Redes de Computadores – 26 acadêmicos, que correspondeu a 14,9%; iv) Secretariado Executivo – 80 acadêmicos, o que correspondeu a 45,75%; e v) Pedagogia – 1 acadêmico, o que correspondeu a 0,6%, conforme a Figura 12.

Figura 12 - Curso dos acadêmicos que responderam o questionário

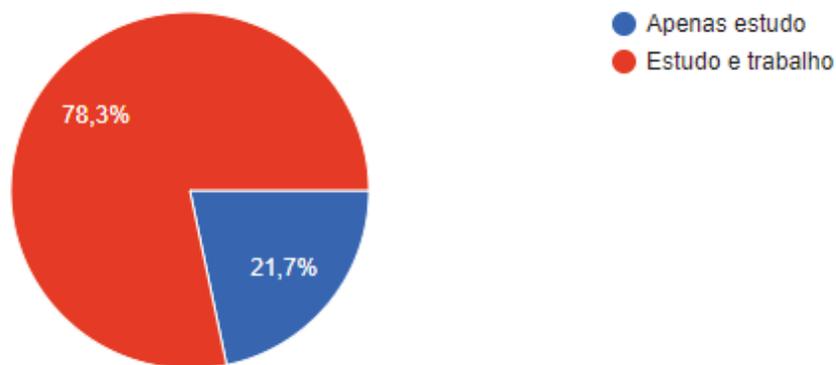


Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação às características dos acadêmicos, 50,9% foram do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino; 81,1% dos pesquisados alegaram ter até 30 anos de idade e 18,9% acima de 30 anos de idade; 50,3% se declararam da cor parda, 9,7%, da cor preta, 34,9% se declararam da cor branca e 5,1%, da cor amarela.

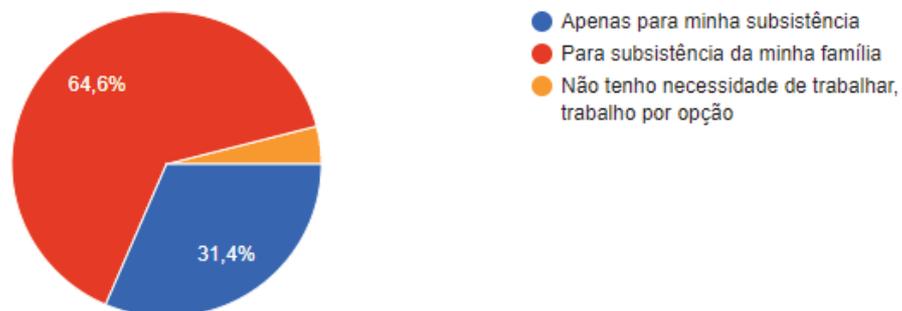
Quanto aos estudos no contra turno do trabalho, 78,3% exercem função remunerada durante o dia e estudam à noite, enquanto 21,7% apenas estudam, conforme a figura 13. Dos acadêmicos pesquisados, o trabalho tem grande importância para a sua subsistência, visto que 64,6% dos acadêmicos trabalham para sustentar a sua família, 31,4% trabalham para a própria subsistência, enquanto apenas 4% dos acadêmicos não têm necessidade de trabalhar, conforme a figura 14.

Figura 13 – Exerce função remunerada



Fonte: Elaborado pelo autor.

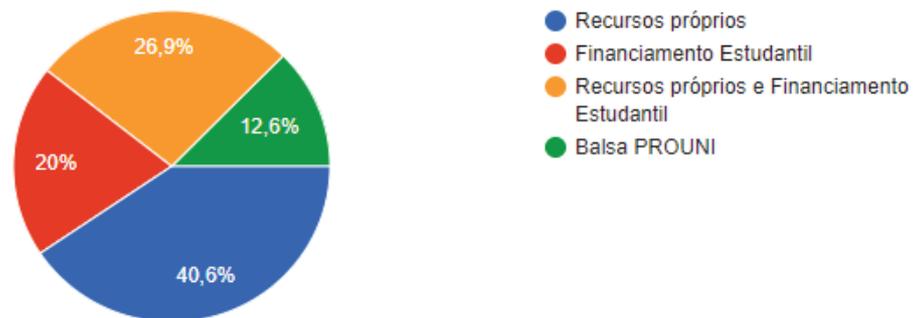
Figura 14 – Importância do trabalho para a sua subsistência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi identificado na pesquisa uma grande dependência de custeio financeiro dos estudos para que os acadêmicos sejam capazes de cursar a educação superior. Nesses termos, 59,4% dos acadêmicos dependem de auxílio do governo como o PROUNI (12,6%), financiamento estudantil FIES (46,9); enquanto 40,6% pagam a faculdade com recursos próprios, conforme pode ser visto na figura 15. Nesse gráfico, fica bem evidente a importância das políticas públicas de custeio e financiamento estudantil para que os discentes integrem a educação superior, visto que, sem tais políticas, mais da metade dos acadêmicos não conseguiram ser inseridos nesse modelo de educação e, provavelmente, teriam que buscar vagas em instituições públicas de ensino.

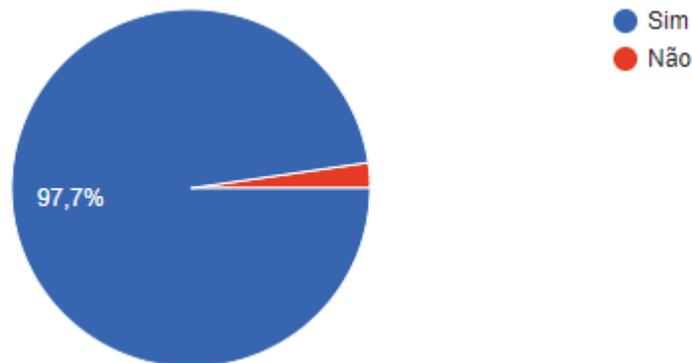
Figura 15 – Forma de Custeio dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange às expectativas de uma melhor qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, 97,7% dos pesquisados entendem que o curso superior poderá inseri-los no mercado de trabalho ou recolocá-los em uma posição melhor, enquanto apenas 2,3% acham que o fato de cursar um curso superior não influenciará em sua vida profissional. Essa informação pode ser vista na figura 16.

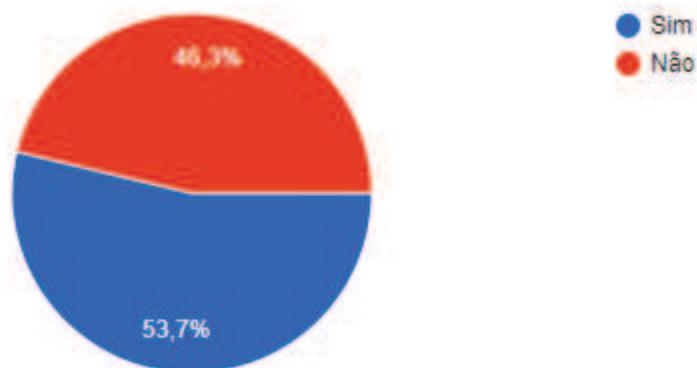
Figura 11 – Importância da educação superior em sua formação profissional



Fonte: Elaborado pelo autor.

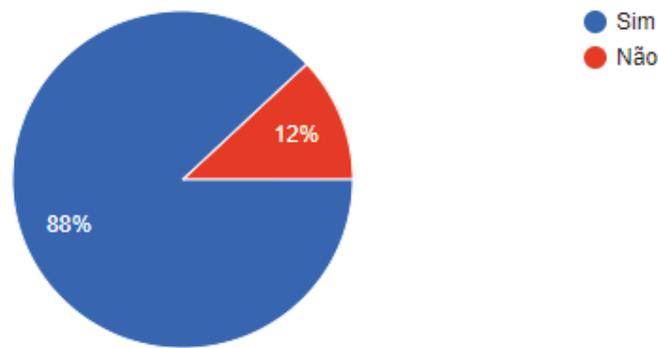
Quando o questionário trata especificamente das questões de estágio, 53,7% dos acadêmicos pesquisados tiveram oportunidade de estágio, após ingressar na educação superior, conforme aponta a figura 17. Por sua vez, 88% dos acadêmicos pesquisados conhecem algum acadêmico da instituição que conseguiu estágio após o início dos estudos na Faculdade, conforme pode ser visto na figura 18.

Figura 17 – Acadêmicos que tiveram oportunidade de estágio após ingresso na Faculdade



Fonte: Elaborado pelo autor.

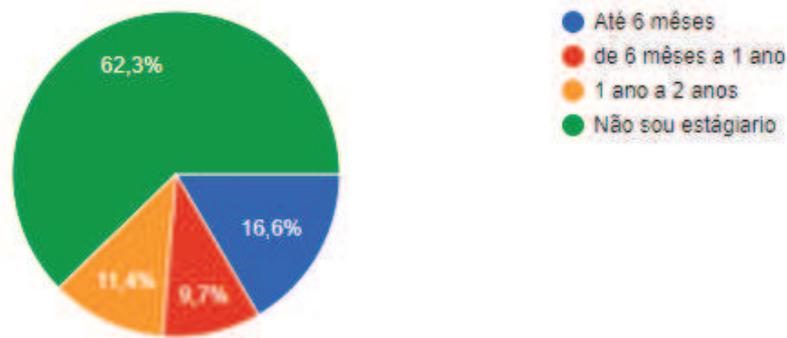
Figura 18 - Conhece alguém que conseguiu estágio após ingressar na Faculdade



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos acadêmicos que fazem estágio na instituição, 37,7% são estagiários, o que corresponde a um número expressivo dos acadêmicos inseridos nesse programa, visto que grande parte dos acadêmicos dependem de trabalho para custear os seus estudos. Essa perspectiva leva a acreditar que o estágio é fonte de renda e de sustentabilidade para uma parcela dos acadêmicos. Além disso, dos acadêmicos que são estagiários, 44% têm até seis meses de inserção no estágio, 25% têm de seis meses a um ano de inserção no estágio e 30% têm de um a dois anos de inserção no programa de estágio, como pode ser visto na figura 19.

Figura 19 – Tempo de início do estágio

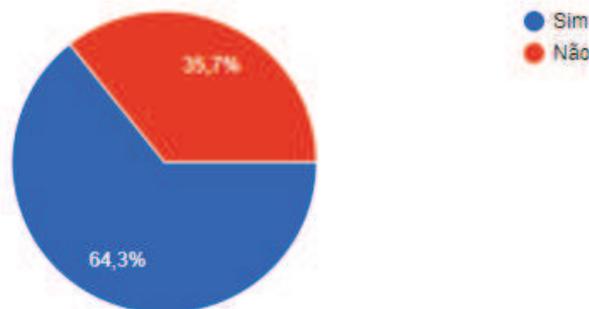


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando o questionário tratou do significado e importância para a suas formações acadêmica e profissional, 64,3% dos acadêmicos pesquisados informaram que o estágio é uma formação prática em sua área de atuação e é importante para sua formação acadêmica, como pode ser visto na figura 19. Quando questionado especificamente quanto à importância em sua

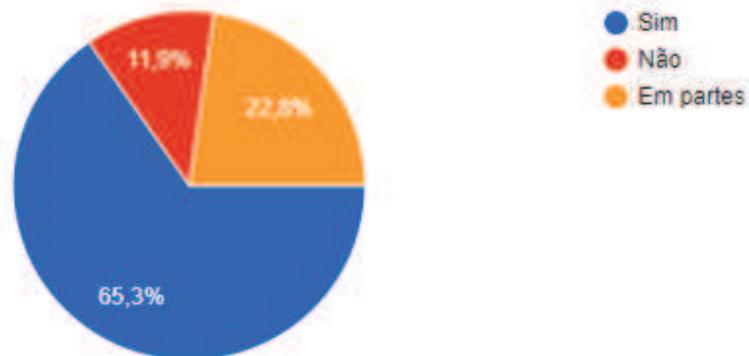
formação profissional, 65,3% dos acadêmicos pesquisados disseram que o estágio foi significativo; 22,8% em parte; e 11,9% declararam que não foi significativo, como pode ser visto na figura 20. Acredita-se que este último dado se deve a 34,4% dos acadêmicos estagiários estarem exercendo função alheia ao seu plano de estágio.

Figura 20 – Estágio foi importante para formação acadêmica e atividade prática



Fonte: Elaborado pelo autor.

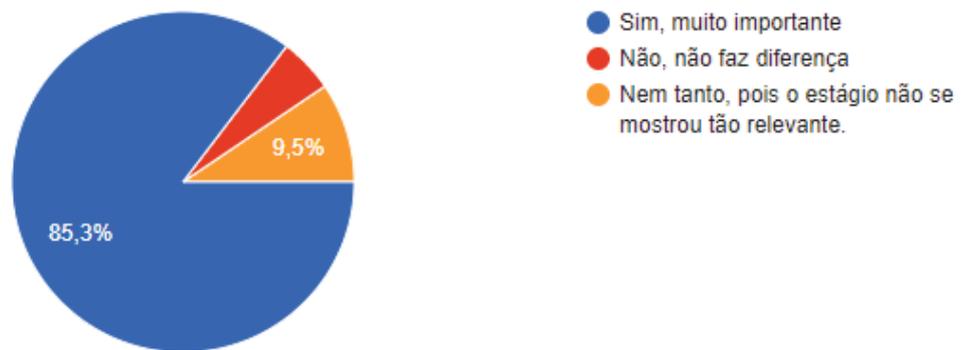
Figura 212 – Importância do estágio em sua formação profissional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda no tocante à formação profissional, 85,3% acreditam que o estágio é um fator determinante para sua formação profissional; e 14,7% informaram que o estágio não é tão importante em sua formação profissional, conforme pode ser visto figura 22.

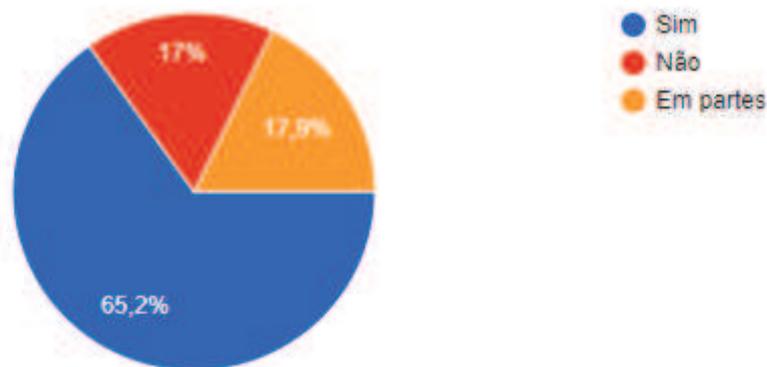
Figura 22 – Estágio como fator determinante na formação profissional



Fonte: Elaborado pelo autor.

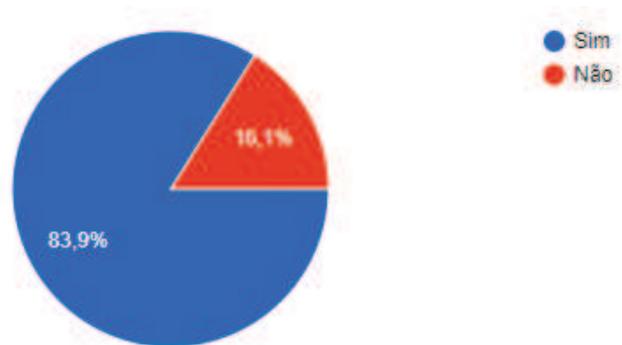
Quando perguntado se o estágio possibilita a interação com profissionais da área e a troca de experiências, 65,2% dos discentes disseram que o estágio proporciona tal interação, conforme pode ser visto na figura 23. Nessa perspectiva, 83,9% dos acadêmicos informaram que o estágio amplia a visão do acadêmico, quanto ao mercado de trabalho, conforme pode ser visto na figura 21. Por sua vez, 82,8% dos acadêmicos informaram que, caso haja possibilidade de contratação após o término do contrato, gostariam de continuar na empresa como funcionário formal, conforme pode ser visto na figura 24.

Figura 23 – Interação com profissionais e troca de experiência



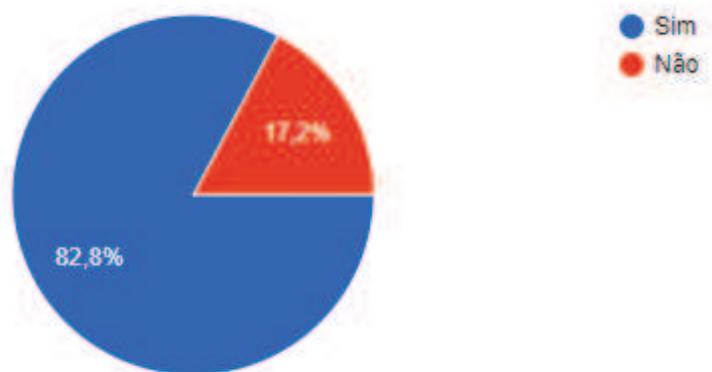
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 24 – Amplia a visão do mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

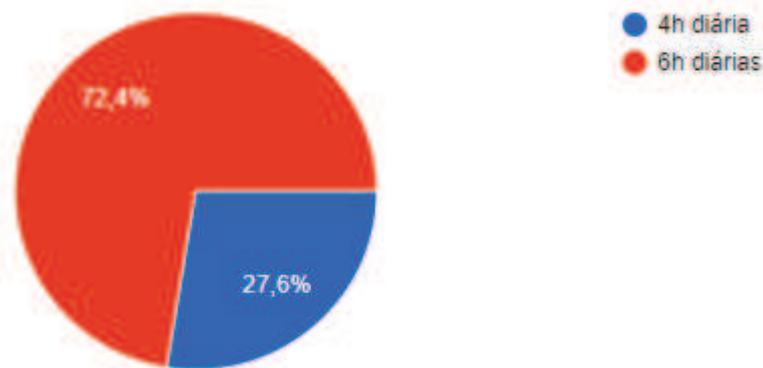
Figura 25 – Interesse em ser contrato ao término do contrato



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um ponto da pesquisa que chamou a atenção foi o fato de grande parte dos estagiários cumprirem jornada de 6h diárias, mais especificamente 72,4% dos acadêmicos, e apenas 27,6% cumprirem 4h, com pode ser visto na figura 23. Isso levanta uma questão inerente sobre o acadêmico-estagiário: provavelmente, uma parte desses estagiários passe pelos mesmos problemas enfrentados pelos trabalhadores-estudantes, como cansaço físico e mental, pouco tempo de dedicação aos estudos, se equiparando muito a jornada de trabalho dessa modalidade de discente com a jornada de 8h diárias de trabalho.

Figura 26 – Jornada de trabalho no estágio



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Grupo focal

Para o grupo, foram convidados 7 acadêmicos de áreas distintas de formação e que estão inseridos no programa de estágio não obrigatório. Todos confirmaram a presença, mas apenas 4 acadêmicos compareceram para participar do grupo focal. O grupo foi formado por 3 acadêmicos do curso de Secretariado Executivo e 1 acadêmicos do curso de Sistemas de Informação. Como o pesquisador também é diretor da instituição, no início da conversa notou-se certo receio em abordar alguns temas, mas tal situação não perdurou por muito tempo. Em aproximadamente 5 minutos, a conversa fluiu de forma muito direta, extrovertida e espontânea.

Vários pontos foram tratados durante a pesquisa e todos os participantes relataram experiências muito parecidas na sua relação com o estágio não obrigatório. Todos foram bem sinceros em temas bastante delicadas. Foi possível observar que muitos pontos que se pretendia trabalhar acabaram sendo abordados por eles de forma espontânea, o que tornou a atividade muito prazerosa e gratificante.

No início foi perguntado qual a importância do estágio obrigatório para sua vida acadêmica, em que todos foram unânimes em relatar que o estágio foi de grande importância em sua formação acadêmica, informando que foram feitos vários *links* dos conteúdos, em sala de aula, com as atividades práticas profissionais, sobretudo, a possibilidade de ingressar na área antes do término do curso. Quanto à formação profissional, todos também foram unânimes em dizer que foi um programa muito enriquecedor, pois já se relacionavam com profissionais

renomados e a troca de experiência é de grande importância para complementar a formação profissional.

Quando foi tratado sobre a *network*, todos relataram o convívio com os profissionais da área da empresa onde estagiam e, também, com profissionais de outras empresas, dando visibilidade ao seu trabalho e o inserindo no mercado corporativo. Foi relatado que em momentos como esses, acontece a troca de contatos profissionais, como telefones e e-mails para contatos futuros. A *network* foi apontada como uma das grandes vantagens do estágio, pois segundo os participantes, eles jamais teriam acesso a esse tipo de profissional se não fosse por meio do estágio. Uma participante do grupo focal informou que seu estágio proporcionou que atuasse diretamente com deputados e senadores da República.

Um ponto bastante interessante tratado foi a relação do estágio com a autoestima do estudante. A população dos estudantes que frequenta o Centro Universitário Projeção é de acadêmicos pertencentes as classes C e D da sociedade. Para esse discente, estagiar no SEBRAE, Senado Federal, Procuradora Geral da República, entre outros locais, é um salto em sua formação profissional e, também, em sua formação social. Os participantes relataram a ampliação de sua percepção de mundo e de como eles se encaixam na sociedade. Esse novo ambiente, agora frequentado pelo estagiário, é um mundo totalmente diferente de sua realidade social. As atividades e o convívio diário saltam aos olhos dos acadêmicos, como uma nova oportunidade de recolocação social.

Com relação ao ambiente de trabalho, alguns estagiários informaram que é o local perfeito para se estagiar, pois o local é composto de pessoas dispostas a ajudar em sua vida profissional e pessoal, com apoio psicológico, o que torna o ambiente muito agradável e acolhedor. Outros estagiários já relataram que a sua jornada de trabalho é “alucinante”, sem tempo algum para parar, inclusive para beber água ou ir ao banheiro. Houve relatos de estagiários que informaram que o importante era apenas a empresa, não importando as necessidades das pessoas envolvidas no processo de trabalho dentro da corporação, sem se importar com o bem-estar do estagiário. Foi relatado o excesso de atividade e atribuições destinadas para cada estagiário, passando a impressão de que, segundo eles, “... no momento de passar a demanda, somos profissionais. Mas na hora da remuneração e dos direitos iguais aos contratados, somos estagiários...”. Ficou claro no relato de todos que, apesar de serem contratados como estagiários, todos exercem função de profissionais regularmente contratados, restando como diferença apenas seu *status* dentro da organização e sua remuneração muito aquém dos colegas de trabalho.

Em seu relato de excesso na carga de trabalho, todos foram unânimes em informar que ficam muito cansados com a rotina de estágio de 6h diárias, em conjunto com os estudos no período noturno. Entre os motivos que mais contribuem para o seu cansaço, está o transporte público lotado: grande tempo de deslocamento até o local do estágio e, posteriormente, à faculdade gera cansaço físico e mental e, conseqüentemente, alguns tipos de stress. O estudo concomitante com o estágio deixa o acadêmico preocupado com as suas atividades acadêmicas, pois, por vezes, não sobra tempo para realizar as suas tarefas de casa ou estudar para provas. Alguns acadêmicos relataram que estudaram para prova apenas 15 minutos antes da avaliação, o que inevitavelmente contribui para o seu baixo rendimento escolar. Devido à falta de tempo durante a semana, os estagiários são obrigados a virar a noite estudando e a dedicar praticamente todo o seu fim de semana às atividades acadêmicas da faculdade.

No que tange à questão do cansaço, ficou muito evidente, no discurso de todos, que existe um esgotamento físico e mental que, inclusive, influencia em seu rendimento acadêmico. Os estagiários relataram que o fato de estagiarem durante o dia e estudarem à noite limita o seu tempo de dedicação aos estudos. Há falta de tempo para as atividades extraclasse, pois o cansaço físico e mental impede que os estagiários se dediquem aos estudos no momento que estão em casa, pois nessas horas só resta a vontade de descansar, sobrando pouco tempo para família, amigos e atividades sociais.

Com a falta de tempo para os estudos durante a semana, os finais de semana são dedicados aos estudos e às tarefas. Razão pela qual foi relatado o distanciamento de seus núcleos de amigos e, conseqüentemente, um distanciamento do seu núcleo social. Foi mencionado ainda, que a convivência com seus amigos foi prejudicada com o estágio concomitante com a faculdade. Se, por um lado, o convívio com os antigos amigos foi prejudicado, novos núcleos sociais foram criados, pois eles constantemente são chamados para almoços, lanches e *happy hour*, fazendo com que novas relações sociais sejam criadas, o que não seriam possíveis caso não estivessem inseridos no programa de estágio. Relataram que, mesmo com os convites constantes, devido à falta de tempo e ao cansaço, por vezes, preferem ir para casa descansar ou dormir. Informaram que o estágio em concomitância com a faculdade torna a vida do estagiário muito cansativa e com pouco tempo livre.

Quanto à bolsa recebida no estágio, todos informaram que ela serve como auxílio para a sua própria subsistência. Mesmo ainda todos morando com seus pais, os valores recebidos são utilizados para compra de alimentos, vestuário e custeio de seus filhos, visto que alguns estagiários também são pais. Segundo relato, o estágio ajuda na complementação da renda do

núcleo social, fazendo com que esse valor tenha impacto no *status* social do acadêmico e de sua família.

Foi relatado que a percepção de cada um com relação ao seu ambiente de trabalho ficou mais aguçada, após o início do estágio. Os estagiários relataram que as formas com que eles enxergam as atividades diárias e as formas com que eles conseguem perceber as necessidades referentes a cada atividade desenvolvida aumentaram consideravelmente, fazendo com que cada um tenha uma maior pró-atividade em suas tarefas profissionais no estágio, na escolar e no cotidiano. A questão da percepção do estagiário foi alterada também no que tange à sua atividade acadêmica. Por já estarem inseridos no mercado de trabalho e já executarem atividades que ainda estão sendo desenvolvidas em sala de aula, às vezes, as aulas se tornam tediosas. Foi relatado que, como eles já adquiriram esse conteúdo que ainda está sendo aplicado em sala de aula na prática, as aulas por vezes se apresentam tediosas, pois não é apresentado algo novo para os seus conhecimentos. Contudo, entendem que, se os professores apresentarem o conteúdo de forma mais rápida, os acadêmicos que não estão estagiando, por vezes, não vão conseguir acompanhar o andamento das aulas. Foi apontado pelos estagiários que eles têm mais facilidade de absorver os conteúdos em comparação com seus colegas que ainda não estão inseridos no estágio não obrigatório.

Os estagiários relataram que o momento do estágio, por vezes, se torna um momento de dúvidas quanto à sua continuidade na atividade enquanto profissional e dúvidas também no que diz respeito a qual área de sua profissão será aprofundada por eles, em seu momento pós-faculdade. No que tange à sua continuidade na área profissional, foi relatado que o impacto psicológico sofrido pelo estudante, no momento que se vê inserido no mercado de trabalho, assusta o estagiário, pois ele tem contato com a realidade de sua área de formação e, por vezes, essa realidade causa medo e preocupação. Surgem dúvidas quanto ao seu sucesso na área após a sua formatura. Com relação à área de aprofundamento, foi relatado que após a inserção no estágio, abriu-se uma gama de possibilidades de trabalho em sua área de formação, o que causou dúvidas em saber qual atividade desenvolver após a sua graduação.

Um ponto abordado pelos estagiários e que ficou claro durante o grupo focal foi a relação contraditória causada pelo estágio. Na fala de todos, ficou muito evidente que o estágio faz *link* com os conteúdos apresentados em sala de aula, proporciona inserção no mercado de trabalho, completa a sua formação profissional, gera renda, mas em contrapartida foi relatado que todos apresentaram queda em seu rendimento acadêmico. Foi relatado que as suas notas caíram pelo fato da falta de tempo para se dedicarem aos estudos da forma que faziam antes do

início das atividades no estágio. Foi relatado que ao mesmo tempo que o estágio completa sua formação profissional, ele também atrapalha o desempenho acadêmico.

Os estagiários relataram que o fato de estarem em atividade profissional, antes da sua formatura, os colocam na frente dos colegas que não estão inseridos no estágio. Foi relatado que as empresas buscam profissionais que já atuaram e têm experiência na área para a contratação. Os estagiários relataram que, na empresa onde estagiam, é comum estagiários serem efetivados e passarem a fazer parte do quadro regular de funcionários. Uma das estagiárias, durante o período do grupo focal, estava passando pelo processo de treinamento para a sua efetivação na empresa. Quando perguntado se o estágio proporciona a possibilidade de contratação, após o término do estágio, os estagiários que atuam em empresas particulares relataram que a chance de contratação é real.

Quando perguntado aos participantes do grupo focal, qual a percepção que eles têm com relação ao estágio obrigatório (disciplina obrigatória que todos os acadêmicos devem cursar durante o seu curso com duração média de 200h), foi unânime a colocação de que essa modalidade de estágio pouco contribui para a formação profissional. Foi apontado que existem colegas de sala de aula, ou até eles mesmos, não chegaram a atuar na área conforme prevê o regulamento do estágio. Foi relatado que colegas apenas conseguem as assinaturas dos documentos de estágios, sem efetuarem as atividades de fato, apenas para “comprovação” junto à disciplina. Foi relatado que por ser um período muito curto, em média 200h, não é possível desenvolver todos os conteúdos que foram apresentados durante os anos de faculdade. Foi informado que um dos fatos de os acadêmicos apenas conseguirem as assinaturas dos documentos, sem exercerem a atividade, se deve ao fato de trabalharem e não terem tempo de estagiar. Muitos já estão inseridos no estágio não obrigatório e outros tantos esbarram na burocracia das empresas para contratar esse estágio. Mesmo, quando são contratados, pouco atuam nas áreas de interesse do estágio. Foi relatado que essa angústia de não conseguir o estágio obrigatório causa um desgaste emocional muito grande durante o processo. Quando perguntado se o estágio não obrigatório é mais completo e mais significativo que o estágio obrigatório, foi unânime, entre todos, o discurso de que o estágio não obrigatório é muito mais significativo e mais importante em seu processo de aperfeiçoamento profissional e aprendizagem, sem contar que o próprio estagiário se dedica mais às atividades, devido ao fato da remuneração e da expectativa de contratação, após o término do contrato.

Os estagiários relataram que o fato de enfrentarem ônibus lotados, o cotidiano cansativo de estágio durante o dia e o estudo à noite, bem como a baixa no rendimento acadêmico,

influenciou em sua motivação para a conclusão do estágio. Contudo, três fatos contribuíram para que eles não abandonassem o estágio:

- i) o próprio estágio** – mesmo com o cansaço das atividades diárias foi relatado que o estágio é importante para a sua formação profissional;
- ii) o dinheiro** – a bolsa recebida no estágio é fundamental para a sua subsistência, pois todos contribuem para o sustento da família;
- iii) medo do mercado de trabalho** – todos apontaram que o mercado de trabalho não está favorável para profissionais que não estão com a sua graduação concluída. Mas todos foram unânimes com relação a motivação ao seu curso; em nenhum momento, o estágio foi fator decisivo para a desmotivação com relação ao seu curso, não sendo considerada a possibilidade de abandonar a faculdade.

Sobre a questão das interações sociais, foi relatada a dificuldade de estreitar os laços de amizades, pois o seu tempo de permanência na empresa é de um ano, podendo ser prorrogado por no máximo mais um. Uma das estagiárias participantes do grupo focal relatou que escutou de um colega de trabalho que não teria como se aproximar dela como já se aproximou de outros colegas porque a sua passagem ali é temporária.

Ao término da entrevista, foi perguntado qual a impressão do estágio não obrigatório. Todos os estagiários participantes do grupo focal relataram que a experiência em seus estágios foi muito enriquecedora no âmbito da sua formação profissional, *network*, inserção no mercado de trabalho, experiência antes da formação e renda. Mas, também, foi apontado que o cansaço físico e emocional atrapalha as atividades acadêmicas desenvolvidas em sala de aula.

Sendo assim, acredita-se que alguns pontos relevantes foram abordados durante a execução do grupo focal. Muitos deles estavam inseridos nos objetivos da pesquisa, mas tantos outros apareceram de forma inesperada, o que proporcionou um olhar mais aprofundado em alguns aspectos referentes ao estágio não obrigatório.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos chamaram a atenção na relação do estagiário, no que tange a sua vida social, acadêmica e profissional. Analisando o discurso obtido com a pesquisa, ficou claro que existem pontos positivos e negativos, e o que talvez mais tenha chamado atenção foram as dicotomias existentes no estágio não obrigatório.

Falando primeiramente na questão acadêmica do discente, ficou claro que a inserção no programa de estágio facilita a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, visto que ele consegue compreender de forma mais fácil os assuntos abordados e, também, consegue fazer os *links* entre o que é discutido em sala de aula e o que é aplicado no mercado de trabalho.

Ficou evidente, nesse caso, a primeira dicotomia. Na análise do discurso, ficaram claros os *links* estabelecidos com o mercado de trabalho, mas, em contrapartida, os acadêmicos tiveram uma queda em seu rendimento escolar. Ao analisar o histórico escolar dos acadêmicos envolvidos na pesquisa, notou-se uma queda de 20% em seu rendimento acadêmico, após o ingresso no estágio não obrigatório. Os fatores motivadores para essa queda de rendimento estão associados à falta de tempo e ao cansaço físico e emocional. Ao analisar os dados, os acadêmicos apontaram que o estágio ocupa o espaço de tempo antes dedicado somente aos estudos, pois sua jornada de trabalho é de 6h diárias, podendo ser ampliada para 7 ou 8h, em função do tempo gasto com deslocamentos no transporte público.

Quando analisada a ótica dos requisitos profissionais, ficou evidente a rede de contatos estabelecida no ambiente de estágio. Os estagiários apontam essa rede como muito importante para uma possível chance de empregabilidade no futuro. Os estagiários passam a ter contato direto com grandes empresas, executivos e políticos, fazendo com que seu nome se torne conhecido no mundo empresarial e que seu trabalho seja observado. Foi possível observar que estagiários que prestam serviços em instituições particulares têm grande chance de contratação, pois, ao término do seu estágio, caso tenham desempenhado um bom trabalho, tendem a ser contratados. Inclusive, a pesquisa apontou que 82,8% dos acadêmicos que estão inseridos no estágio têm perspectiva ou gostariam de ser contratados ao término de seu contrato.

Ainda, analisando os resultados referentes ao mercado de trabalho, notou-se que existe, por parte dos estagiários, uma falta de preparo emocional para atuação no mercado de trabalho, talvez motivada pela pouca idade dos acadêmicos inseridos no programa. Foi possível observar que, mesmos os acadêmicos estando contratados como estagiários, eles são cobrados como se fossem profissionais da área. São estabelecidas metas e atividades que devem ser cumpridas em um determinado período, o que causa mais uma dicotomia do processo: o trabalho sob pressão. Foi possível observar que os acadêmicos têm dificuldade de lidar com a pressão imposta no ambiente de trabalho e por vezes essa situação afeta a sua vida acadêmica e pessoal. Foi relatado, durante o grupo focal, que a pressão colocada sobre os estagiários, para o cumprimento de metas e atingimento dos resultados, afeta o seus resultados acadêmicos e seu psicológico.

No âmbito social, foi possível observar que são estabelecidas novas redes de contatos profissionais, mas também existem integrações sociais que ocorrem em seu ambiente de estágio. Inevitavelmente, esse estagiário deve ser treinado por alguém e dessa forma já se estabelece o primeiro vínculo social dentro do local de trabalho. Foi possível perceber que os estagiários são convidados para atividades comemorativas das empresas, atividades de lazer extramuros, após o expediente, de forma com que eles consigam interagir com todos os setores e pessoas pertencentes à empresa. Na análise do discurso, ficou claro que eles estabelecem relações sociais com os membros da empresa, mas que não conseguem estabelecer relações de amizade, visto que seu tempo de permanência na empresa é por tempo determinado. Inclusive, apareceu de forma muito clara esse discurso durante a execução do grupo focal.

Durante a aplicação da pesquisa, dois pontos chamaram a atenção: a pressão no ambiente de estágio e a pouca efetividade do estágio obrigatório. Com relação a pressão estabelecida na relação de trabalho, são necessários mais pesquisas e estudos para melhor avaliar essa questão, visto que essa informação foi adquirida de forma inesperada durante este estudo. Dessa forma, não se conseguiu fechar todos os argumentos. Por sua vez, sobre os estágios obrigatórios das faculdades e seu real aproveitamento, também necessita de mais pesquisas para fechar esse assunto, pois tal questão não fazia parte dos objetivos deste estudo. Acredita-se que vale uma investigação mais profunda, em momento oportuno.

O estágio não obrigatório pode ser uma realidade para acadêmicos inseridos na educação superior em grande parte do território nacional e é capaz de completar a sua capacitação junto ao mercado de trabalho, visto que é possível adquirir conhecimentos práticos, em sua área de formação, antes mesmo da conclusão de seu curso. É possível que o estágio não

obrigatório se torne um fator de vantagem, para os acadêmicos que fizeram o estágio, no momento da contratação para o mercado de trabalho.

Os aspectos levantados nas observações e que foram motivadores para essa dissertação conseguiram ser abordados, em alguns casos confirmados e em outros refutados. Entre os aspectos confirmados, é possível dizer, após a conclusão da pesquisa, que o estágio não obrigatório integra o estudante em uma rede de contatos, fazendo com que o estudante inserido no programa de estágio estabeleça *networks*¹⁷ profissionais que podem auxiliá-lo em uma futura busca de emprego.

Foi possível confirmar os seguintes aspectos referente ao estágio não obrigatório:

- a) O estágio não obrigatório fornece ao estudante uma complementação em sua formação acadêmica, pois foi possível identificar que as atividades exercidas durante o estágio fazem *link* com as atividades desenvolvidas em sala de aula e, sobretudo, ajudam em sua capacitação profissional, pois representam experiência na área de formação antes da conclusão dos estudos;
- b) Outro aspecto confirmado foi a geração de renda. Foi possível constatar que a bolsa recebida durante o estágio é parte integrante da renda familiar do estudante. Essa bolsa, por vezes, é a única fonte de renda do núcleo familiar, conforme Filho, (2007);
- c) Outro fato que pode ser considerado como confirmado foi a perspectiva de contratação após o termino do contrato. Na pesquisa, os acadêmicos relataram que colegas foram contratados após o estágio e eles mesmos tinham possibilidade de contratação. Um dos participantes do grupo focal estava em processo de contratação.
- d) Ficou claro que existe uma diferença significativa entre o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório, principalmente no que tange a sua relevância com relação a formação profissional do acadêmico;
- e) Ficou claro que o trabalhador-estudante não tem condições de participar do programa de estágio não obrigatório, pois não pode abandonar a sua vida profissional para se dedicar ao estágio, conforme foi relatado em seus estudos por Cardoso e Sampaio (1995);
- f) Ficou clara a relação dos estudos/vida profissional entre os trabalhadores-estudantes, estudantes-trabalhadores e estudantes-estagiários e o grau de

¹⁷ Rede de contatos de cunho profissional.

importância que cada categoria aplica ao trabalho, conforme apontado por Vargas e Paula (2012)

Os aspectos que foram refutados da pesquisa dizem respeito a dois pontos:

- a) Não necessariamente o estágio significa a iniciação profissional desse acadêmico. Existem acadêmicos que já atuam em ramos profissionais, não necessariamente em sua área de formação, pois precisam do dinheiro para sua subsistência e de sua família. Existem acadêmicos que trocam o mercado formal de trabalho por uma oportunidade de estágio não obrigatório em sua área de formação. Dessa forma não é possível afirmar que o estágio é a primeira oportunidade profissional desse acadêmico;
- b) No que tange ao desenvolvimento acadêmico, a partir das pesquisas iniciais, acreditava-se que a prática do estágio só traria consequências positivas para a vida acadêmica do discente, o que não se mostrou verdadeiro, pois os acadêmicos inseridos no programa de estágio apresentam sintomas de cansaço, estresse e falta de tempo. O resultado é a queda no rendimento escolar de todos os acadêmicos pesquisados.

Durante a pesquisa, foram identificados aspectos positivos e negativos no que tange a vida social, acadêmica e profissional do acadêmico.

No que tange aos aspectos positivos, podemos citar:

- a) experiência em sua futura área de formação antes da conclusão da graduação;
- b) rede de contatos com profissional de sua área de formação;
- c) geração de renda;
- d) relação entre teoria e prática;
- e) inserção de um novo ciclo social;

No que tange aos aspectos negativos podemos citar:

- a) cansaço físico e psicológico;
- b) queda no rendimento acadêmico;
- c) falta de tempo para o seu núcleo social

Outros aspectos que foram observados durante a pesquisa e que não apareceram nas perspectivas iniciais dos estudos foram basicamente duas questões:

- a) a pressão psicológica sofrida pelo acadêmico durante o período no qual está inserido no estágio não obrigatório; e

b) a verdadeira efetividade do estágio obrigatório na formação profissional do acadêmico, visto que, durante o grupo focal, os acadêmicos, em sua grande maioria, apontaram a baixa produtividade desse modelo de estágio.

Entende-se que o estudo ainda não está encerrado. Existem aspectos desse estudo que apareceram durante a pesquisa e que carecem de mais aprofundamento nas discussões, visto que os resultados podem impactar diretamente no modelo de estágio existente hoje, nas faculdades/universidade. Alguns dos aspectos que podem ser aprofundados em discussões futuras são a pressão psicológica sofrida no estágio e a efetividade do estágio obrigatório na formação profissional do acadêmico.

REFERÊNCIAS

ABRES, Associação Brasileira de Estágios. **Estatísticas da Educação**. Brasil: Abres, 2015. Disponível em: <<http://www.abres.org.br/v01/dados-estagiarios-estudantes-no-brasil/>>. Acesso em: 28 de julho de 2016.

AGILISRH. **A importância do programa de estágio**. Copyright 2012. Disponível em: <<http://blogconexaoprofissional.com.br/blog/2013/06/27/a-importancia-do-programa-de-estagio/>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

ALMEIDA, Loriza Lacerda de. **A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura?**, In VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza. **A importância do Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social**. Belo Horizonte 2013.

ALMEIDA, M.E.B. Educação a distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 6, 2002, Vigo, **Anais...**, Vigo, 2002. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/cecemca/EaD/artigos/atigo%20Beth%20Almeida%20RIBIE.pdf>>. Acesso em 12 out. 2010. BARDIN, Laurence. **Análisis de contenido**. Madrid: Akal, 1986.

ANDRADE, Cleide Lugarini de; SPOSITO, Marília Pontes. **O aluno do curso superior noturno um estudo de caso**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p.3-19, maio 1986. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1333/1333>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades**. 36 v. 131. ed. São Paulo: Educ. Soc., Campinas, 2015. p. 361-390.

Bittar, Mariluce; Almeida, Carina Elisabeth Maciel de; Veloso, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à Educação Superior**. Brasil, 2008

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas**. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2016 - Notas Estatísticas**. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasil: Governo Federal, 2015a. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>>. Acesso em: 16 de maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Indicadores de qualidade para cursos

BRASIL. Ministério da Educação. **FIES Apresentação**. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Brasil reúne informações sobre o Fundo de Financiamento Estudantil**. Brasil: Portal Brasil, 2015b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/portal-brasil-reune-informacoes-sobre-fundo-de-financiamento-estudantil>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI**. 2016. Disponível em: <<http://www.prouni2016.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CAIRES, Susana; ALMEIDA, Leandro S. **Vivências e percepções dos estágios pedagógicos: estudo com alunos de licenciaturas em ensino**. São Paulo, 2000

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. **Estudantes universitários e o trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, n. 26, p. 45-58, 1994.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES, Brasília, 2013 - **Funções e Atribuições**. Brasília, 2013.

CIEE, Centro de Integração Empresa-Escola. Disponível em: <<http://www.ciee.org.br/portal/institucional/index.asp>>. Acesso em: 16 maio 2016.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, Educar em Revista, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Silvio Luiz Souza. **Reflexões sobre o EAD no Ensino de Física**. Revista Brasileira do Ensino de Física, v.28, n 2, p 151-153, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 1965

FILHO, Armando Terribili. **Ensino Superior Noturno no Brasil: As Dificuldades do Entorno Educacional e a Importância do Relacionamento Social no Ambiente Educacional**. São Paulo, 2007

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. **Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis**. Educação, Sociedade & Culturas, nº 29. Porto: FPCE/UP, 2009, p. 35-51.

FRIGOTTO, G. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis: CED/UFSC, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Rev. Bras. Educ., 2011, vol.16, n.46, p. 235-254.)

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. **A expansão da educação superior no brasil contemporâneo: questões para o debate**. In: 32ª Reunião anual da ANPED. Caxambu, 2009.

GOMES, Magno Federici. **Evolução histórica do ensino superior brasileiro**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8679>. Acesso em: 12 abr. 2016.

<http://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/> - Ebenezer Takuno de Menezes - 01 de janeiro de 2001

LERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A Utilização do Grupo Focal Como Metodologia Qualitativa na Promoção da Saúde**. São Paulo, 2001

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes MEC/USAID. Dicionário interativo da educação brasileira - Educabrasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. **Evolução histórica do ensino superior no Brasil**. São Paulo, 2011.

IEL, Instituto Euvaldo Lodi. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.sistemafibra.org.br/iel/institucional/historico>>. Acesso em: 10 maio 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. São Paulo: Cortez, 2001

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Coleção Educação e transformação v. 1 1980.

CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacir de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. 60. Ed., 20 v. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTO, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Entre Teoria e Prática?**. São Paulo: Cad. Pesquisa, 1995.

QUARESMA, Silva Jurema; BONI, Valdete. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Santa Catarina, 2005

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo, 1991.
SCHEIBE, Leda. Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: trajetória longa e inconclusiva. **Cadernos de Pesquisa**. v.37, n.130, p.43-62, 2007.

SILVA, Cláudia Sampaio Corrêa da; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Experiências de Estágio: Contribuições para a Transição Universidade-Trabalho**. 54. ed. Porto Alegre: Paidéia, 2013.

SILVA, Sandra Siqueira da. **Os impactos das políticas de expansão do ensino superior e os seus reflexos nas relações de trabalho na educação a distância: flexibilização e precarização do trabalho docente**. Araraquara, 2010.

SOUZA, Jânua Coely Andrade; BONELA, Luciane Aparecida; PAULA, Alexandre Henriques. **A Importância do Estágio Supervisionado na Formação do Profissional De Educação Física: Uma Visão Docente e Discente**. Ipatinga, 2007.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. **A importância da Prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas**. São Paulo, 2013

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Hustania Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A Inclusão do Estudante-Trabalhador e do Trabalhador-Estudante na Educação Superior: Desafio Público a Ser Enfrentado**. São Paulo, 2013

WITTMANN, Milton Luiz; TREVISAN, Marcelo. **Estágios Extracurriculares: Identificação dos resultados na formação de Administradores**. Santa Catarina, 2000.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1- Qual seu sexo?

- Masculino Feminino

2- Qual a sua idade?

- Até 20 anos
 21 a 25 anos
 26 a 30 anos
 31 a 35 anos
 36 a 40 anos
 41 a 45 anos
 Maior de 45 anos

3- Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça:

- Branca
 Preta
 Parda
 Amarela
 Indígena

4- Qual o grau de escolaridade do seus pais?

- Ensino Superior completo
 Ensino Superior Incompleto
 Ensino Médio completo;
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Fundamental completo
 Ensino Fundamento incompleto
 Analfabeto

5- Você é apenas estudantes ou também trabalha no contra turno da Faculdade?

- Apenas estudo Estudo e trabalho

6- Se você trabalha, qual a importância da sua renda no seu núcleo familiar?

- Apenas para minha subsistência
 Para subsistência da minha família
 Não tenho necessidade de trabalhar, trabalho por opção

7- Qual a forma de custeio de seus estudos?

- Recursos próprios

- Financiamento Estudantil
- Recursos próprios e Financiamento Estudantil
- Balsa PROUNI

8- Com seus estudos na Faculdade você está atingindo as suas expectativas com relação ao mercado de trabalho?

- Sim Em partes Não

9- Você já pensou em abandonar ou mudar o seu curso alguma vez?

- Sim Não

10- Você considera que o curso superior pode te inserir ou recolocar no mercado de trabalho?

- Sim Não

11- Você já teve oportunidade de estágio após ingressar na faculdade?

- Sim Não

12 -Você conhece alguém algum colega que conseguiu estágio após ingressar no ensino superior?

- Sim Não

13- Curso de Graduação

- Sistemas de Informação
- T. Análise e Desenvolvimento de Sistema
- T. Redes de Computadores
- Letras
- Pedagogia
- Matemática
- Secretariado Executivo
- História
- Geografia

13- A quanto tempo ingressou no estágio?

menos de 6 meses entre 6 meses e 1 ano mais de 1 ano

14- Como foi a orientação que você recebeu no início de seu Estágio?

Boa Regular Insuficiente

15- As atividades que você desenvolve estão de acordo com as descritas no Termo de Compromisso de Estágio?

sim não

16- O seu Plano de Estágio foi cumprido integralmente?

sim não

17 - As atividades do Plano de Estágio executadas por você, foram:

Exclusivamente na sua área de estudo Parcialmente na sua área de estudo Totalmente fora da sua área de estudo

18 – Você tem encontrado dificuldade para solicitar orientações durante o estágio e, quando as solicita, obtém esclarecimentos suficientes?

sim eventualmente não

19 – As atividades que você desenvolve na empresa exigem níveis de conhecimentos adequados ao ano/semestre que você está cursando?

sim não

20 – Como você avalia o andamento do seu estágio?

Excelente Bom Regular

21 - O estágio atende às suas expectativas em relação à aquisição de novos conhecimentos e experiência prática importantes para a sua futura atuação profissional?

sim não

22 – O ambiente de estágio tem possibilidade a interação com diversos profissionais e a troca de conhecimentos e experiências?

sim não em partes

23 – O estágio amplia sua visão do mercado de trabalho e do funcionamento da estrutura de uma empresa?

sim não

24 – Caso haja possibilidade, você teria interesse em ser contratado pela empresa?

sim não

25 - A orientação técnica recebida durante o Estágio foi:

Suficiente Regular Insuficiente

26 – Você fez estágio em que tipo de empresa?

Pública Privada

27- Qual a sua jornada de trabalho?

4h diária 6h diárias

28 – O estágio foi importante para sua formação profissional?

sim não

29 - Você acredita que o estágio pode ser um fator determinante em sua qualificação profissional?

Sim, muito importante Não, não faz diferença Nem tanto, pois o estágio não se mostrou tão relevante.

30 – Pensando em seu grau de aproveitamento no estágio, como você classifica sua atuação e desenvolvimento:

- Raramente atinjo as expectativas
- Algumas vezes atinjo as expectativas.
- Frequentemente atinjo as expectativas
- Quase sempre supero as expectativas
- Sempre supero as expectativas

ROTEIRO GRUPO FOCAL

Funções:

Mediador, observador e operador de gravação

Objetivos

- Identificar os principais aspectos do estágio na vida do discente estagiário;
- Analisar a influência das relações do estágio com sua formação profissional;
- Identificar as percepções e impressões dos discentes sobre o estágio extracurricular;
- Constatar as perspectivas dos discentes no que tange à concepção do ambiente do estágio enquanto construtor da formação profissional.

Temas: Estágio, educação superior, formação acadêmica

Palavra-chave: 1- Estágio Extracurricular; 2- Aprimoramento profissional

Questão-chave 1 – “ Qual a sua impressão sobre o estágio extracurricular? ”

- () O estágio na sua área de formação (Quais as vantagens? Quais as dificuldades?)
- () Link com as atividades desenvolvidas em sala de aula (considera que as atividades acadêmicas estão vinculadas com a realidade do mercado de trabalho?)
- () Estágio / formação acadêmica (o estágio ajudou na sua formação acadêmica ?)
- () O ambiente no qual estagia é adequado para a execução de suas funções e atribuições?

Questão-chave 2- “ O estágio ajudou no aprimoramento da sua formação profissional? ”

- () Quais pontos você entende que foram mais importantes no seu cotidiano de estagiário?
(Situação / conflitos)
- () Quão importante foi o estágio?
- () As atividades são pertinentes a sua área de formação? Recebeu orientação do seu supervisor de estágio?
- () O estágio completou a sua formação acadêmica?
- () Qual a sua percepção sobre o estágio extracurricular?